



RELATÓRIO

Biênio 2014-2015



Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

EXPEDIENTE

Coordenação Geral
Andréa Resende

Criação
Raphael Vasconcellos do Valle

Edição
Raphael Vasconcellos do Valle / Vinicius Borges

Redação
Natalia Bongiovani
Elza Silva

Fotografia
Acervo da Assessoria de Imprensa e Comunicação - TJES

Revisão Final
Elza Silva

Editor de Publicação
Fábio Buaiz de Lima

Impressão
Gráfica do Tribunal de Justiça - ES

Tiragem - 100 exemplares

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Desembargador Homero Mafra, 60
Enseada do Suá, Vitória - ES - CEP 29050-906
www.tjes.jus.br



RELATÓRIO

Biênio 2015 - 2016



ÍNDICE

Palavra do Presidente	Pág. 06
Composição do Tribunal durante o Biênio	Pág. 09
Principais Ações do Biênio	Pág. 17
Assessorias e Secretarias do Tribunal de Justiça	Pág. 29
Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Pág. 30
Supervisão e Coordenadoria da Infância e Juventude	Pág. 35
Coordenadoria dos Juizados Especiais	Pág. 44
Assessoria de Precatórios	Pág. 48
Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas	Pág. 51
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	Pág. 56
Assessoria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Pág. 63
Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo – EMES	Pág. 68
Assessoria de Segurança Institucional	Pág. 71
Núcleo de Processamento de Estatística	Pág. 74

Secretaria de Controle Interno	Pág. 75
Secretaria Judiciária	Pág. 80
Coordenadoria de Gestão da Informação Documental	Pág. 83
Secretaria de Tecnologia da Informação	Pág. 84
Secretaria de Gestão de Pessoas	Pág. 89
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	Pág. 92
Secretaria de Infraestrutura	Pág. 101
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Pág. 112

PALAVRA DO PRESIDENTE

Estamos hoje a poucos dias do término do mandato da presidência deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Coube-me a honra de ter sido eleito primeiro mandatário do Poder para o biênio que ora finda. Unanimidade que, se constituía então a imensa honra que me conferiram os colegas desembargadores, por outro lado impunham a obrigação de um sucesso na administração.

Foi, no entanto, uma administração que se revelou com linearidade de situações, com altos e baixos que se intercalavam na sequência de problemas, uns resolvidos, mas justo porque problemas pertinentes e comuns a qualquer administração de um poder judiciário, outros nem tão bem resolvidos, porque revelavam origens alheias aquelas que são, de ordinário, causas de impasses próprias de tais instituições. Um biênio, esse meu, em que uma vez mais se desmentiu a consistência de uma Carta Magna que em momento ainda de esperança, gravara nosso Poder de garantias necessárias para que se tivesse um Judiciário forte, independente e atuante.

Ao tomar posse, dois anos atrás, afirmei que minhas ações apontariam a magistratura e os servidores como detentores de um privilégio de administração. Tenho a mais absoluta convicção de que cumpri esses meus propósitos. A magistratura, a ela me refiro como um corpo único, parece ser-me grata. Terá ocorrido o mesmo com

os servidores? Que se busque a resposta nos departamentos financeiros dos Poderes Judiciário e Legislativo e nas pessoas, individualmente consideradas, dos eminentes desembargadores e deputados estaduais do Estado. Indague-se a todos esses, de preferência tendo em mãos o texto da Lei nº 10.278/14 e Lei Complementar nº 790/14.

Vou parar por aqui. Porque se quanto ao que houve de indesejável na minha administração, o que houve de bom está aí registrado, nas páginas seguintes, e o sucesso ali delineado foi conseguido com a colaboração de todos os eminentes pares, desembargadores deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, de todos os valorosos juízes de direito de primeiro grau, de todos os servidores e particularmente de Heloisa Cariello, Rodrigo Cardoso Freitas, Getúlio Marcos Pereira Neves, Larissa Tardin Cardoso, Mônica Cristina Castilho Calmon, Marcelo Tavares de Albuquerque, Fabio Cardoso Mello, Fábio Buaiz de Lima, Jean Carlos de Oliveira, Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba e Andréa Mesquita de Resende, em nome de quem agradeço penhoradamente a todos que trabalharam diretamente na administração que ora termina.

Desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo





COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DURANTE O BIÊNIO



Composição da Mesa Diretora Biênio 2014/2015

Desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Presidente do Tribunal de Justiça - ES

Desembargador Fabio Clem de Oliveira
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça - ES

Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa
Corregedor Geral da Justiça - ES



Composição do Tribunal Pleno Biênio 2014/2015

Des. Adalto Dias Tristão
Des. Manoel Alves Rabelo
Des. Pedro Valls Feu Rosa
Des. Alvaro Manoel R. Bourguignon
Des. Annibal de Rezende Lima
Des. Sérgio Luiz Teixeira Gama
Des. Samuel Meira Brasil Júnior
Des. Ney Batista Coutinho
Des. José Paulo Calmon Nogueira da Gama
Des. Carlos Simões Fonseca
Des. Namyr Carlos de Souza Filho
Des. Dair José Bregunce de Oliveira
Des. Telêmaco Antunes de Abreu Filho

Des. Willian Silva
Des^a. Eliana Junqueira Munhós Ferreira
Des^a. Janete Vargas Simões
Des. Robson Luiz Albanez
Des. Wallace Pandolpho Kiffer
Des. Jorge do Nascimento Viana
Des. Fernando Estevam Bravin Ruy
Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior
Des. Fernando Zardini Antonio
Des. Arthur José Neiva de Almeida
Des. Jorge Henrique Valle dos Santos
Des^a. Elisabeth Lordes



Desembargadores Aposentados durante o biênio 2014/2015

Desembargador José Luiz Barreto Vivas

Desembargadora Catharina Maria Novaes Barcellos
Vice-presidente do TJES - 19/12/13 a 17/04/15

Desembargador Carlos Roberto Mignone
Corregedor Geral da Justiça - 19/12/13 a 28/05/15

Desembargador Paulo Roberto Luppi

Desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral
Vice-presidente do TJES - 30/04/15 a 22/10/15

Homenagem Póstuma

Desembargador William Couto Gonçalves

★ 27/05/48 † 31/08/15



Equipe de Trabalho da Presidência Biênio 2014/2015

OUVIDORIA

Desembargador Dair José Bregunce de Oliveira
Ouvidor do Poder Judiciário Estadual

SUPERVISORES

Desembargador Fernando Zardini Antonio
Supervisor das Varas de Execuções Criminais

Juiz de Direito Daniel Peçanha Moreira
Coordenador das Varas de Execuções Criminais

Juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira
Coordenadora das Varas de Execuções Criminais

Desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira
Supervisora das Varas de Infância e Juventude

Juíza de Direito Janete Pantaleão Alves
Coordenadora das Varas de Infância e Juventude

Juiz de Direito Vladson Couto Bittencourt
Coordenador das Varas de Infância e Juventude (Infracional)

Desembargador Ney Batista Coutinho
Supervisor dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Juíza de Direito Giselle Onigkeit
Coordenadora dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Juiz de Direito Rogério Rodrigues de Almeida
Coordenador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA, SECRETÁRIOS E COORDENADORES

Secretário Geral do Tribunal de Justiça
Marcelo Tavares de Albuquerque

Subsecretária Geral do Tribunal de Justiça
Aline Carolino Santos Davel

Chefe de Gabinete da Presidência

Larissa Tardin Cardoso
Mônica Cristina Castilho Calmon

Juizes Assessores Especiais da Presidência

Heloísa Cariello
Fernando Augusto de Mendonça Rosa

Juiz Auxiliar de Precatórios

Rodrigo Cardoso Freitas

Apoio da Presidência

Maria Tereza Vasconcellos do Valle
Melina Miglio Navarro
Patricia Madeira Abad
Priscyla Maria Avidos Pelissari

Assessores Jurídicos da Presidência

Eduardo Barros Duarte de Morais
Filipe Ramos Oliveira
Fernanda Mesquita Monteiro
Gustavo Pimentel
Joaquim Pacheco Rodrigues

Assessora de Cerimonial e Relações Públicas

Maira Pereira Ferreira

Assessora de Imprensa e Comunicação Social

Andréa Mesquita de Resende

Assessores de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica

Adriano Vieira Spessimilli
Maria Elysa Gonçalves de Souza

Coordenadores da Escola da Magistratura

Izabella Dalla Sily Casagrande
Mariana Santos de Queiroz Araújo

Assessor de Segurança Institucional

Anderson Perciano Faneli

Assessor Militar

Tenente Coronel Jocarly Martins de Aguiar Junior

Assessora de Precatório

Livia Simões de Nadai

Secretário de Controle Interno

José Adriano Pereira

Coordenador de Auditoria da Secretaria de Controle Interno

Frederico de Sá Magalhães

Coordenadora de Acompanhamento de Gestão da Secretaria de Controle Interno

Simone Caliman Rangel

Secretária da Secretaria Judiciária

Luciana Merçon

Coordenadora de Protocolo, Registro, Preparo e Distribuição

Karla di Marcello Valladão Lugon

Coordenador de Gestão da Informação Documental

Fábio Buaiz de Lima

Coordenadora da Taquigrafia

Danilza Pina Bernardes

Secretário de Tecnologia da Informação - STI

Jean Carlos de Oliveira

Coordenador de Desenvolvimento da STI

Alamir Costa Louro

Coordenador de Suporte e Manutenção da STI

Marcos Rosi Marinho

Secretária de Gestão de Pessoas - SGP

Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba

Coordenador de Recursos Humanos da SGP

Eufania Aparecida Franck

Coordenador de Pagamento de Pessoal da SGP

Fabício da Silva Cabidelli

Coordenadora de Serviços Psicossociais e de Saúde da SGP

Valéria Maria Bermudes Gavazzoni

Secretário de Engenharia e Projetos

Wagner Oliveira Marques

Coordenadora de Projetos

Raffaella Lage Cardinelli

Coordenador de Fiscalização de Obras

Reginaldo Amaral de Souza

Secretária da Secretaria de Infraestrutura

Valéria Cavati Ribeiro de Freitas

Coordenador de Suprimento e Controle Patrimonial

Anderson Richa

Coordenadora de Compras, Licitação e Contratos

Ellen Virgínia de Freitas Tononi

Coordenadora de Serviços Gerais

Sandra Carvalho Moreira Força

Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

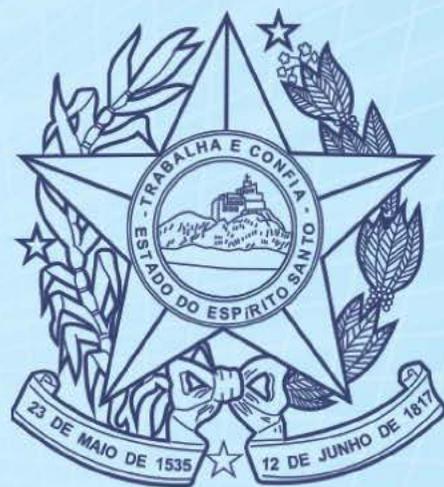
Fábio Cardoso Melo

Coordenadora de Contabilidade

Soneide de Almeida Santos

Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira

Carla Zambi Meirelles



PRINCIPAIS AÇÕES DO BIÊNIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO: BIÊNIO 2014/2015

Medidas adotadas pelo presidente do TJES, desembargador Sérgio Bizzotto, deram celeridade ao Poder Judiciário Estadual.

A gestão do desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça à frente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) neste biênio (2014-2015) foi marcada pelos esforços realizados para reestruturar o Poder Judiciário Estadual, promover e estimular a transparência nos atos gerenciais e reduzir gastos sem prejuízo para as atividades jurisdicionais.

Mais Juízes

Entre as medidas adotadas no biênio merece destaque a nomeação de novos juízes, fato que não ocorria há dez anos. Ao todo, foram empossados 60 juízes e promovidos ao cargo de desembargador dez magistrados, além de ter chegado ao Palácio da Justiça um membro do Ministério Público Estadual. Assim, pela primeira vez na história todas as 30 cadeiras do Tribunal Pleno foram ocupadas.



Os 17 dos 20 primeiros colocados no concurso público para juiz substituto do Poder Judiciário do Espírito Santo tomaram posse no dia 27 de maio de 2014.

Reestruturação da Justiça

Com mais magistrados, foi possível realizar um maior número de julgamentos e agilizar a prestação jurisdicional. Desta forma, houve a reestruturação das Comarcas, oportunidade em que as unidades judiciais com menor número de processos foram fundidas com o objetivo de otimizar a prestação de serviços e economizar recursos.

Os esforços para reorganizar o Judiciário Estadual resultaram na Lei Complementar nº 788/2014, aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e sancionada pelo então governador do Estado. A lei reestruturou a primeira instância do Poder Judiciário e deixou mais funcional a máquina judiciária.

Essas mudanças garantiram um atendimento mais rápido às demandas da sociedade e ainda economizaram recursos financeiros. A lei permitiu o equilíbrio da carga de trabalho dos juízes, com a criação e reorganização das Comarcas. Como resultado houve a redução de gastos com transporte, diárias e funções gratificadas.



Pela primeira vez na história do Poder Judiciário Estadual, o Tribunal Pleno teve preenchidas as 30 cadeiras de desembargador, o que trouxe mais celeridade.

Novos Fóruns

Outra importante melhoria foi a inauguração dos novos Fóruns de Dores do Rio Preto e Boa Esperança. Com a implementação de programas de ampliação de serviços, o objetivo de aproximar a Justiça do cidadão vem sendo alcançado. Preocupado com a situação dos Fóruns de Vitória e de Serra, o presidente do TJES também lançou editais para aquisição ou locação de imóveis para abrigar os Fóruns.



O novo Fórum de Dores do Rio Preto foi inaugurado no dia 21 de novembro de 2014. Também foi inaugurado no biênio 2014/2015 o Fórum de Boa Esperança.

Redução das Custas Processuais

De igual importância na aproximação do Judiciário com o cidadão foi a redução nas custas processuais. No final de 2013, o Tribunal de Justiça propôs, o Legislativo aprovou e o Executivo sancionou a revisão da lei que aumentava o valor das custas processuais em até 1.500%.

A Lei nº 9.974 entrou em vigor em janeiro de 2014, logo no início da administração, que precisou solicitar a revisão dos valores. A Presi-

dência entendeu que um aumento tão alto nas custas poderia dificultar o acesso à Justiça.

Mais Sentenças

Já para evitar o congestionamento de processos, a administração do TJES criou o Grupo Permanente de Sentenças.

Julgar a maior quantidade possível dos processos incluídos na Meta 02 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Grupo Permanente de Sentenças é composto por juízes que tenham cumprido, no ano corrente, no mínimo 90% das metas prioritárias do CNJ. Ele foi instituído pela Resolução nº 57/2015 e teve a atuação regulamentada pelo Ato Normativo nº 241/2015. O trabalho é realizado sem prejuízo das atividades dos magistrados em suas unidades judiciárias.



Além de criar o Grupo Permanente de Sentenças, o TJES divulgou uma campanha interna incentivando a celeridade na tramitação dos processos.

Economia de Papel e Celeridade

Seguindo a linha da modernização, a gestão do desembargador Sérgio Bizzotto deu início à implantação no Espírito Santo do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Todo o trâmite vem sendo feito de forma segura, com treinamento e preparação dos envolvidos.

O PJe vem sendo implantado nas Varas de Execução Fiscal. Ao todo, 28 unidades judiciárias já receberam o programa e mais de 3,5 mil processos foram peticionados de forma eletrônica. A previsão do TJES é que todo o sistema judicial seja eletrônico nos próximos quatro anos.



O Pje foi lançado no dia 29 de abril de 2015 no Poder Judiciário do Espírito Santo, funcionando hoje em 28 Varas com competência em execução fiscal.

Menos Presos

Segundo Estado a implantar o programa Audiência de Custódia, o Espírito Santo foi destaque nacional ao ser também o segundo ente da Federação a ampliar o atendimento para o interior. O lançamento do programa teve a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski.

As audiências garantem que os presos em flagrante sejam apresentados a um juiz em até 24 horas após a prisão. Esse programa garante os direitos constitucionais do cidadão, mantendo na prisão apenas os criminosos de maior poder ofensivo e economizando recursos públicos.

Apenas nos quatro primeiros meses de implantação (maio – setembro), o programa economizou para os cofres públicos mais de R\$ 4 milhões. Foram apresentados ao juiz em menos de 24 horas mais de dois mil presos em flagrante. O índice de reincidência de crimes dos custodiados liberados é de apenas 7%. Merece registro ainda o fato de o Espírito Santo ter a iniciativa de encaminhar custodiados para atendimento psicossocial.



A primeira audiência de custódia no Estado contou com a presença do ministro Ricardo Lewandowski. O programa foi lançado pelo TJES em maio de 2015.

Segunda Chance

Para evitar a superlotação dos presídios, a administração do TJES recomendou aos juízes estaduais a aplicação de medida cautelar de monitoramento eletrônico por meio de tornozeleira, nas hipóteses em que não houver pagamento de fiança devido à situação financeira do custodiado. A Recomendação Conjunta nº 001/2015 foi publicada no Diário da Justiça Eletrônica (e-diário) do dia 13 de fevereiro.



As tornozeleiras eletrônicas, além de diminuírem a lotação carcerária, geram economia para o Estado e ajudam na prevenção de fuga dos detentos.

Projetos Sociais

Outra iniciativa de destaque do TJES diz respeito à aplicação dos recursos de penas pecuniárias em projetos sociais. Por meio dos editais lançados pelo Judiciário Estadual, em dois anos, cerca de R\$ 2,5 milhões foram destinados a entidades filantrópicas da Grande Vitória.

Para participar do programa, as entidades filantrópicas devem se credenciar para obter os recursos oriundos das penas pagas em dinheiro. Dessa forma, o pagamento da pena se transforma, de forma direta, em benefício social.

Reserva de Vagas para Negros

Em observância à Resolução nº 203/2015 do CNJ, a administração do TJES aprovou a reserva para negros, em todo o Poder Judiciário Estadual, de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de cargos oferecidos no concurso público for igual ou superior a três. Caso a aplicação do percentual de 20% resulte em número fracionado de vagas, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente.

Consulta de Jurisprudência

Além da Revista Ementário de Jurisprudência, o site do TJES conta com uma consulta online, que inclui o Colegiado Recursal dos Juizados Especiais.

Além da revista trimestral Ementário de Jurisprudência, que traz a seleção dos julgados de temas mais relevantes e recorrentes no Tribunal de Justiça, os interessados agora podem consultar pelo site do TJES a jurisprudência do Colegiado Recursal dos Juizados Especiais. A novidade foi implementada no segundo semestre de 2014 e tanto o público interno quanto o público externo podem encontrar com facilidade as teses que têm sido encampadas pelos magistrados das Turmas Recursais.

Nova Taxonomia

Com o objetivo de melhorar a administração da Justiça e a prestação da atividade jurisdicional, segundo padrões de nomenclatura nacionais, o TJES adotou, a partir de setembro de 2015, a taxonomia no 1º grau de jurisdição, instituída pelo CNJ por meio da Resolução nº 46/2007, que criou as Tabelas Processuais do Poder Judiciário.

A ideia é padronizar e uniformizar a taxonomia e a terminologia de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A iniciativa permite a extração de dados estatísticos mais precisos e, ainda, o melhor uso da informação processual, essenciais à gestão do Poder Judiciário.



O TJES adotou, em setembro de 2015, a taxonomia no 1º grau de jurisdição, instituída pelo CNJ, que criou as Tabelas Processuais do Poder Judiciário.

Central de Mandados

Também no biênio 2014/2015 foi implantado o Sistema Central de Mandados, que permite rastrear a localização de um mandado, além de verificar se ele já foi cumprido. Cerca de 56 Comarcas do

Poder Judiciário Estadual já trocaram a consulta e o acompanhamento de mandados de maneira manual pelo uso da ferramenta digital. Com a modernização do sistema, já foram expedidos mais de 240 mil mandados, além de terem sido feitas mais de 360 mil diligências.

Novo Sistema de Alvará de Soltura

Lançado em junho de 2015 por meio do Ato Normativo nº 99/2015, o sistema “Alvará” é integrado com o Sistema de Execução Penal (SIEP) e com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), melhorando o gerenciamento do trâmite dos alvarás emitidos pelas Varas de competências criminais, de execuções penais e de infância e juventude.

Processo Seletivo para Juiz Leigo

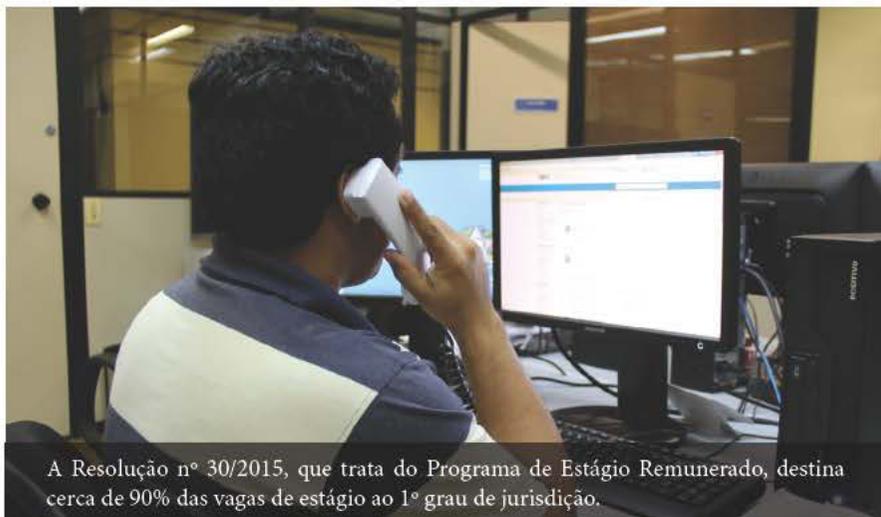
Por falar em Juizados Especiais, foi realizado em 2015 o II Processo Seletivo para a função de Juiz Leigo, com o objetivo de incrementar a produtividade mensal no âmbito dos Juizados. Ao todo, foram abertas 42 vagas em Juizados Especiais de todo o Estado. Além do preenchimento das vagas disponíveis, o processo será também utilizado para formação de cadastro de reserva enquanto durar a validade do concurso, dois anos prorrogáveis por igual período uma única vez.

Programa de Estágio Remunerado

De forma inédita, o TJES regulamentou no âmbito do Poder Judiciário Estadual o Programa de Estágio Remunerado, que engloba os estágios de graduação, de conciliador e de pós-graduação.

A Resolução nº 30/2015, que dispõe sobre o assunto, destina cerca de 90% das vagas de estágio de graduação ao primeiro grau, con-

siderando a Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, do CNJ.



A Resolução nº 30/2015, que trata do Programa de Estágio Remunerado, destina cerca de 90% das vagas de estágio ao 1º grau de jurisdição.

Para a distribuição das vagas de estágio, a resolução considera a média de processos distribuídos no último triênio e o acervo contabilizado no último ano.

Programa de Serviço Voluntário

Outra novidade implantada no biênio 2014/2015 é o Programa de Serviço Voluntário. Como o próprio nome diz, com o programa, maiores de 18 anos podem prestar serviços voluntários ao Poder Judiciário Estadual no desempenho de funções técnicas ou científicas de apoio à atividade judiciária. A iniciativa foi implementada por meio da Resolução nº 36/2015.

Economia e Respeito ao Meio Ambiente

Em julho de 2015, foi criado o Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), que atende à resolução do CNJ que dispõe sobre a criação dos núcleos socioambientais, de caráter permanente, nos órgãos do Poder Judiciário de todo o País para o planejamento, a implementação e o monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho.



Atendendo a resolução do CNJ, o TJES instituiu o Núcleo Socioambiental, que se reúne periodicamente para discutir planejamentos sustentáveis.

Este núcleo é responsável pela elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS), que visa estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, para que se alcance uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho na Justiça Estadual.

O TJES também lançou, de forma inédita, a campanha intitulada “Economizar: Tem jeito sim”, que, por meio de peças publicitárias, buscou conscientizar servidores e magistrados sobre a importância do uso adequado de recursos e insumos. A campanha teve como foco o consumo racional de água, energia elétrica e materiais de trabalho, como o papel.



Ética

Outra importante medida aprovada pelo TJES nesta gestão foi a criação do Código de Ética. O texto foi aprovado pelos servidores em Conferência Estadual e segue agora para apreciação do Tribunal Pleno. A elaboração do documento atende a uma recomendação do CNJ para que a regulamentação seja implantada em todos os Tribunais do País.



Aprovado em Conferência Estadual, o Código de Ética segue para apreciação do Pleno. A comissão foi presidida pelo desembargador Carlos Simões Fonseca.

Descarte de Processos Antigos

Com o objetivo de gerar economia e desafogar as salas ocupadas pelos processos, o TJES aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade Unificada dos Processos Judiciais do Poder Judiciário do Espírito Santo (PCTTUP/PJES).

Após a aprovação deste plano, os processos com decisões transitadas em julgado serão definitivamente arquivados quando não necessitarem de diligência do juízo processante, da secretaria da unidade judiciária respectiva e de terceiros designados para atuar na lide ou alcançados pelo julgado.

Destruição de Armas

Durante o biênio, mais de 5,5 mil armas apreendidas foram destruídas. O recolhimento das armas em todo o Estado contribuiu para minimizar os riscos de furto desses objetos, não havendo notícia, há um ano e meio, de furtos nas unidades judiciárias.

Higienização de Processos

Após as fortes chuvas de 2013 e início de 2014, aproximadamente 8 mil processos da Comarca de Itaguaçu, que foram afetados, passaram pelo procedimento de higienização. Outros 3 mil autos também atingidas, da Comarca de Barra de São Francisco, também passam pelo processo, que consiste na limpeza das folhas, uma a uma, na retirada de qualquer material que contenha ferrugem e na colocação de nova capa.



Cerca de 8 mil processos afetados pelas chuvas foram higienizados em Itaguaçu. Outras 3 mil ações de Barra de São Francisco passam pelo processo.

O processo é realizado por meio de aspiradores, sem a utilização de produtos químicos, mas a maior parte do trabalho é feita manualmente. Além de permitir o manuseio dos autos, a higienização também permite a detecção de processos antigos que contribuem para o resgate da história e da memória do Poder Judiciário Estadual.

História e Cultura

Também foi criado nesta gestão o Centro de Memória e Espaço Cultural do TJES. O espaço, que funciona permanentemente no andar térreo do Palácio Renato de Mattos, abriga objetos, fotos e documentos que registram a história do órgão e do Estado. No local também são realizadas exposições e mostras de arte.



Lançado em 2015, o Centro de Memória do TJES abriga objetos, fotos e documentos que registram a história do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Incentivo à Leitura



Com o propósito de estimular a leitura de livros diferentes dos habituais utilizados para fins de trabalho, foi criado no biênio 2014/2015 o Clube de Leitura, que conta com mais de 200 livros, todos doados. O espaço funciona na Biblioteca do TJES, e contém obras de autores de diversas nacionalidades, tendências e épocas, incluindo livros pertencentes ao campo da literatura e ícones do pensamento filosófico ocidental.

Capacitação de Servidores e Magistrados



Durante o biênio, a EMES ofereceu 268 cursos, sendo que, desse número, 252 foram destinados aos servidores, enquanto os outros 16 a magistrados.

Ao longo do biênio 2014/2015, a Escola da Magistratura do Espírito Santo (EMES) investiu na capacitação de servidores e magistrados. Ao todo, foram realizados 268 cursos. Desse número, 252 foram destinados aos servidores, enquanto os outros 16 a magistrados. Além disso, a EMES realizou durante o biênio 14 eventos, dentre colóquios, seminários e palestras.

Conhecendo a Justiça

Por meio do projeto Visita Monitorada, estudantes de 40 instituições puderam conhecer as instalações e o funcionamento do TJES durante o biênio 2014/2015. As visitas monitoradas acontecem às quintas-feiras, a partir das 13 horas. Após receberem informações sobre o trâmite dos processos e a dinâmica da Corte, os estudantes têm a oportunidade de acompanhar a sessão do Tribunal Pleno.



O projeto Visita Monitorada permitiu que estudantes de 40 instituições conhecessem as instalações e o funcionamento do TJES durante o biênio.

Precatórios

Para manter em dia o pagamento de precatórios no Espírito Santo, o presidente do TJES, desembargador Sérgio Bizzotto, nomeou um juiz com dedicação exclusiva ao tema. Coube ao magistrado Rodrigo Cardoso Freitas administrar os pagamentos.

Nesta gestão foi firmado ainda um termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o Tribunal de Contas Estadual (TCE) e o Governo do Estado para a apuração dos valores referentes aos 30 denominados “precatórios da trimestralidade”.



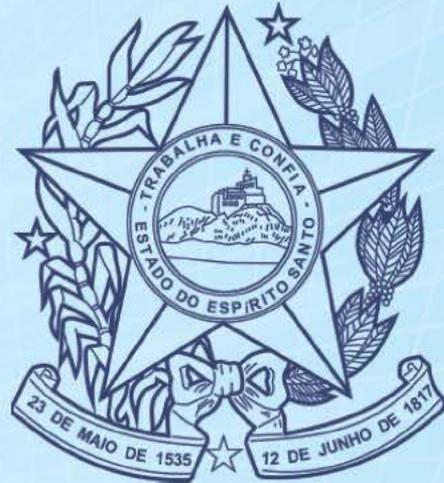
A 3ª Reunião de Trabalho dos Gestores de Precatórios teve entre os temas debatidos o limite de atuação das presidências dos Tribunais nesse âmbito.

Futuro Planejado

Para garantir a organização do Poder Judiciário para os próximos anos, a administração 2014/2015 realizou o Planejamento Estratégico que traçou os rumos da Justiça Estadual até 2020. Pela primeira vez na história do TJES, o planejamento foi realizado dentro de técnicas modernas, utilizando tecnologia de ponta e com o envolvimento de todos: magistrados, servidores e sociedade civil.



O Planejamento Estratégico 2015/2020 foi realizado dentro de técnicas modernas, com o envolvimento de magistrados, servidores e sociedade civil.



ASSESSORIAS E SECRETARIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÕES PENAIS

Implantação do Projeto Audiência de Custódia no dia 22/05/2015

O Estado do Espírito Santo foi o segundo da Federação a implantar o Projeto Audiência de Custódia, com suas atividades desenvolvidas no Centro de Triagem de Viana (CTV). O projeto abrange, atualmente, a Comarca da Capital - Juízos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, além das Comarcas de Afonso Cláudio, Domingos Martins e Marechal Floriano.

A Audiência de Custódia visa garantir a rápida apresentação dos presos a um juiz nos casos de prisão em flagrante e, durante a audiência, o juiz analisará a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação de sua continuidade ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. O juiz poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.



O presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, participou do lançamento do programa Audiência de Custódia no Estado, em maio de 2015.

O projeto prevê também a estruturação de centrais de alternativas penais, centrais de monitoramento eletrônico, centrais de serviços e assistência social e câmaras de mediação penal, que serão responsáveis por representar ao juiz opções ao encarceramento provisório.

A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose.

Fonte: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>

Expansão, em breve, para a Comarca de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, com conversas já avançadas neste sentido, abrangendo toda a 2ª e 4ª regiões do Plantão Judiciário do PJES.

Estatística do projeto até a data de 05/11/2015:

APFS RECEBIDOS	INDICIADOS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	APRESENTAÇÕES AO JUIZ	CONVERSÕES EM PREVENTIVA	RELAXAMENTO DA PRISÃO	LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA	LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA	LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA E COM MEDIDA CAUTELAR	LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA E COM MEDIDA CAUTELAR	ENCAMINHAMENTOS ASSISTENCIAIS (ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL)
13	15	12	14	8	-	-	-	6	-	6

De 21/05 a 05/11/2015:

APFS RECEBIDOS	INDICIADOS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	APRESENTAÇÕES AO JUIZ	CONVERSÕES EM PREVENTIVA	RELAXAMENTO DA PRISÃO	LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA	LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA	LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA E COM MEDIDA CAUTELAR	LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA E COM MEDIDA CAUTELAR	ENCAMINHAMENTOS ASSISTENCIAIS (ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL)
2378	3091	2366	3069	1622	59	32	22	1219	127	1274

Projeto Cidadania nos Presídios

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo foi escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para desenvolver de maneira pioneira o projeto “Cidadania nos Presídios”, que compreende um

conjunto lógico e articulado de ações, com desdobramento em três planos de atuação (eixos): processual-cartorial, administrativo-penitenciário e social.



A iniciativa do CNJ busca a valorização dos direitos da pessoa presa, em sentido amplo, tendo por foco os condenados contempláveis pelos decretos presidenciais n. 8.172/2013 e 8.380/2014, que estabelecem situações de indulto (perdão da pena) e de comutação (redução da pena aplicada).



O programa Cidadania nos Presídios, que busca a valorização dos direitos da pessoa presa, será desenvolvido de forma pioneira aqui no Espírito Santo.

A ideia, segundo o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), é discutir de uma forma dinâmica uma nova metodologia para o sistema de execução e fiscalização das penas, revendo o funcionamento das varas de execução penal e a superocupação dos presídios, com aptidão para tornar o sistema de justiça e as estruturas penitenciárias “mais humanas, aproximando o juiz e a sociedade do jurisdicionado”.

Para tanto, será prestigiado o “potencial desencarcerador” dos decretos presidenciais, além da criação de fluxos e rotinas de trabalho que incentivem, de maneira permanente, uma maior produtividade das unidades judiciais e a própria mobilização da rede local de assistência social, como forma de facilitar a inclusão social dos presos que alcançarem seus direitos.

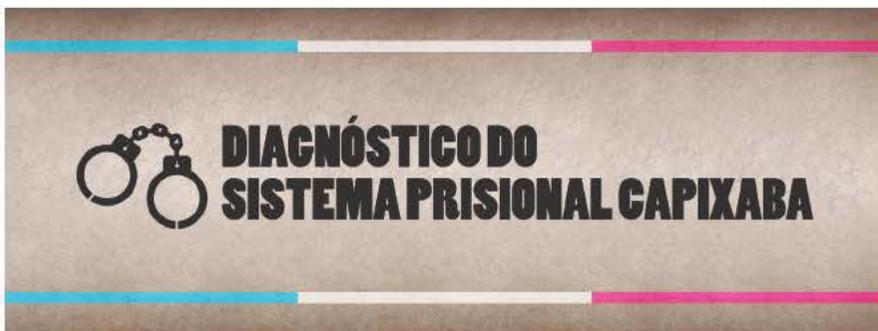
O projeto ainda prevê e fomenta o fortalecimento de estruturas locais, por meio de um diálogo construtivo com Tribunais de Justiça, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Poder Executivo local, que atuarão sob a coordenação dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário dos Estados (GMFs).

Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79298-tjes-se-prepara-para-implantar-o-programa-cidadania-nos-presidios>

Diagnóstico do Sistema Prisional Capixaba

Como ação preliminar ao desenvolvimento do projeto cidadania nos presídios, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, através da Coordenadoria das Varas Criminais e de Execução Penal, em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça, realizou o diagnóstico do sistema prisional, cujo lançamento ocorreu no dia 27

de outubro de 2015, com a presença do juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça e diretor do DME, Dr. Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi, além do vice-presidente do TJES, desembargador Fábio Clem, de outros desembargadores, secretário de Justiça, defensor público geral do Estado, advogados entre outros.



O relatório faz uma profunda análise do sistema penitenciário capixaba e serve como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto Cidadania nos Presídios. Dados da pesquisa revelam que o Espírito Santo ocupa o 8º lugar em número absoluto de presos.



Em outubro de 2015, a Coordenadoria das Varas Criminais e de Execução Penal lançou o diagnóstico do sistema prisional, uma ampla análise do sistema.

No estado, a taxa de pessoas presas para cada 100 mil habitantes é de 468 — são 18.371 internos para uma população de 3,9 milhões habitantes. A Grande Vitória concentra 11.844 mil presos, enquanto o interior reúne 6.527 detentos. Dado que o sistema local possui 13.784 vagas, a taxa de ocupação está em 135,70%. Até setembro, o estado contava com 36 unidades prisionais.

Segundo o relatório, o Espírito Santo foi Estado que mais aplicou recursos próprios na modernização do sistema carcerário. Nos últimos oito anos, perto de R\$ 500 milhões foram empregados na construção de prisões na região. O Cidadania nos Presídios complementa o projeto Audiência de Custódia e trata da saída dos presos das unidades, de modo com que tenham uma completa ressocialização.

I Encontro Estadual de Juízes Criminais e de Execução Penal do Espírito Santo

O evento foi realizado no dia 25 de setembro de 2015 e contou com a presença de mais de 50 magistrados, resultando na aprovação de sete enunciados, que tem servido como vetor de orientação na jurisdição criminal e de execução penal.



Realizado em 25 de setembro de 2015, o evento contou com a participação de mais de 50 juízes criminais, resultando na aprovação de sete enunciados.

Criação do Serviço de Apoio ao Juiz Criminal

Consiste na criação de um e-mail específico a ser administrado pela Coordenadoria das Varas Criminais com o objetivo de receber dos magistrados os requerimentos já protocolados nas diversas secreta-



Para agilizar a tramitação de procedimentos, os magistrados poderão encaminhar por e-mail requerimentos já protocolados nas secretarias do TJES.

rias e setores da área meio do TJES, visando agilizar a tramitação dos procedimentos e com isso proporcionar o atendimento das demandas em menos tempo possível.

A Coordenadoria atua como uma facilitadora em prol dos magistrados, fazendo o acompanhamento das demandas de forma a poupar tempo dos juízes, atuando sempre de maneira proativa e dialogando junto à administração do TJES.

Serviço de Intimação/Citação/Notificação de Réus Presos

O Serviço de Notificação/ Citação/ Intimação de presos é um setor vinculado à Coordenadoria de Execuções Penais do Espírito Santo, que

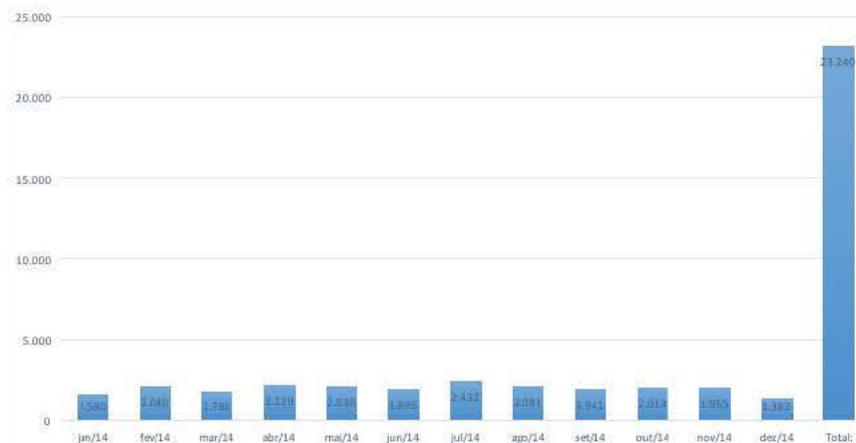
tem como objetivo principal desburocratizar e contribuir para a celeridade dos processos envolvendo réu/adolescente, preso/apreendido.

Houve a adesão de todas as Comarcas do Estado do Espírito Santo, não só pelas Varas Criminais, mas também pelas Varas de Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões, Fazenda Pública, Varas Cíveis e Juizados Especiais.

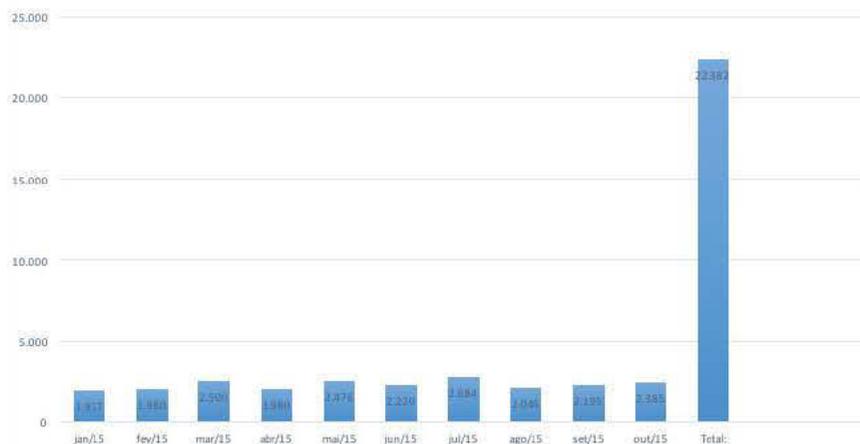
A práxis forense demonstrou que muitas vezes as cartas precatórias demoravam até quatro meses para serem cumpridas e devolvidas, e, atualmente com o serviço ora em comento, torna-se desnecessária a elaboração da mesma e o prazo para cumprimento e devolução do mandado é de até sete dias.

A proposta do serviço de notificação/citação/intimação de presos se iniciou em 02 de agosto de 2012 e, atualmente, cumpre-se, em média, 2.000 (dois mil) mandados por mês, conforme gráficos abaixo:

Quantitativo de Mandados cumpridos pelo Serviço de Citação, Notificação e Intimação de Réus Presos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo no ano de 2014



Quantitativo de Mandados cumpridos pelo Serviço de Citação, Notificação e Intimação de Réus Presos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo no ano de 2015



Todos os jurisdicionados e interessados envolvidos em demandas judiciais no Estado do Espírito Santo foram beneficiados. Isto porque o serviço tem reflexo direto e indireto, qual seja, os diretos são os imediatamente atingidos pelas diligências dos meirinhos à disposição do setor central, ao passo que os indiretos são agraciados pelo desafogamento que o serviço provoca nas centrais de mandados de cada Comarca capixaba, possibilitando que os oficiais de justiça cumpram os atos comunicatórios em tempo significativamente menor. Cumpre ressaltar, por fim, que não houve aporte financeiro investido no serviço, uma vez que toda estrutura advém do Poder Judiciário.

II Encontro dos Juizes Criminais e de Execução Penal

O evento foi realizado no dia 13 de novembro de 2015, contando com a presença de mais de 40 magistrados, oportunidade em que foram debatidas importantes questões do cotidiano da jurisdição criminal, tais como questões relativas às medidas protetivas de urgência e à audiência de custódia.



SUPERVISÃO E COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Área Cível e Rede Social

- **Projeto Meu Pai É Legal** – Realizado pela Supervisão/Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude em parceria com as Escolas, Ministério Público, Defensoria Pública e Faculdades, visa ao reconhecimento voluntário de paternidade e a consequente redução do número de crianças e adolescentes que não possuem o nome do pai em suas certidões de nascimento, bem como a promoção de escuta subjetivada, com a finalidade de favorecer a re-



construção dos laços afetivos.

Em 2015, foram realizados 216 atendimentos, com um total de 53 reconhecimentos voluntários de paternidade. Ainda no mesmo ano, as ações referentes ao Projeto avançaram, com a disponibilização das diretrizes gerais do Projeto a todas as Varas da Infância no Estado, permitindo a interiorização dos trabalhos; com a criação do Núcleo Permanente de Reconhecimento Voluntário de Paternidade, por meio do Ato Normativo Conjunto nº 003/2015, responsável pelo atendimento, no âmbito da Coordenadoria da Infância, das demandas espontâneas que visem assegurar o direito à paternidade das pessoas menores de 18 anos, ampliando-se os benefícios dessa ação; e ainda,

com a assinatura dos Termos de Cooperação Técnica entre o TJES e as Faculdades Doctum e Faesa, tendo por objetivo implementar ações conjuntas visando ao combate do sub-registro de paternidade.



Em 2015, o Projeto Meu Pai é Legal alcançou 53 reconhecimentos voluntários de paternidade.

- **Programa de Combate ao Abandono Intelectual:** parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), através da Supervisão/Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude, o Programa tem como uns de seus mandamentos principais fomentar a conscientização dos pais e/ou responsáveis de alunos quanto à importância dos estudos formais, e motivar todos os educadores ao redor do objetivo único de combater a evasão escolar. A proposta contempla a realização de audiências, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com os pais ou responsáveis legais de alunos das escolas do município, os quais apresentam faltas escolares injustificadas.
- **Projeto Apadrinhamento Afetivo** – Visa garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Em 2015, a Supervisão das Varas da Infância, a

Corregedoria-Geral de Justiça e a Presidência do Tribunal regulamentaram a matéria por meio da publicação do Ato Normativo Conjunto nº 13/2015 de 27 de agosto de 15, que dispõe sobre os requisitos necessários à elaboração e à execução dos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos no Estado do Espírito Santo.



Ação de incentivo ao apadrinhamento afetivo foi realizada em um shopping de Cariacica.

- **Rede Empresarial de Inclusão Social** – Objetiva fornecer oportunidades de trabalho aos jovens do sistema socioeducativo do Espírito Santo, promovendo sua inclusão social. Os adolescentes recebem capacitação, acompanhamento psicossocial e são encaminhados ao mercado de trabalho com apoio das empresas parceiras.
- **Projeto Comemorar** - busca promover convivência familiar das presidiárias que utilizam o “Berçário do Presídio Feminino”, desenvolvendo atividades que visem o fortalecimento do vínculo de

mães encarceradas, seus filhos e os futuros detentores da guarda provisória, após os seis meses de amamentação, quando se inicia o momento do desligamento e entrega de seus bebês pelas mães para o convívio fora das dependências do Presídio com a família extensa. Para além de promover a manutenção do vínculo afetivo e familiar, são realizadas orientações jurídicas durante um evento festivo, em comemoração ao Dia das Mães.

- **Central de Depoimento Especial Para Crianças/Adolescentes Vítimas de Violência** – Justifica-se devido ao fato do ES ter se destacado perante as demais entidades federativas, pelos altos índices de violência, aparecendo em segundo lugar no ranking das Unidades Federativas Brasileiras com as maiores taxas de homicídio e índices de assassinatos de crianças e adolescentes de até 19 anos, conforme dados fornecidos pelo Mapa da Violência 2012 - Crianças e Adolescentes do Brasil. Parceria: Central de Apoio Multidisciplinar das Comarcas do ES. Para atendimento a todas as Varas: Família, Infância e juventude, Violência Doméstica, Criminais etc.



O depoimento especial consiste em uma metodologia diferenciada de escuta judicial de crianças e adolescentes, executada por equipe multidisciplinar.

- **Programa Entrega Voluntária** – Objetiva promover o acolhimento das mulheres gestantes ou parturientes que manifestam o desejo de entregar o seu filho para adoção, evitando o abandono e morte de recém-nascidos e oferecendo às mulheres uma alternativa segura e legal para decidir sobre a saúde e a vida da mãe e da criança.



- **Núcleo de Estudos sobre as Práticas da Justiça Restaurativa** – Proposta da Supervisão das Varas da Infância à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que as práticas da Justiça Restaurativa sejam estabelecidas, em um primeiro momento, no âmbito das Varas da Infância e da Juventude.
- **Padronização dos cursos para habilitação à adoção (art. 194-A e segts. Ecriad)**. Visa facilitar o acesso dos pretendentes à adoção.
- **Justiça e Cidadania também se aprendem na escola (Programa da AMB), Em Parceria com a Amages**. O projeto compõe-se de ciclos de palestras e programações nas escolas e comunidade em geral (Centro Comunitário, Igrejas etc). São utilizados materiais

didáticos oferecidos pela AMB e outros que destacam os valores humanos.

Temas principais: Adolescentes com dependência química – Programa “Menino Valente” - trabalho conjunto com as famílias, escolas, programas sociais esportivos e profissionalizantes. Em parceria com a Polícia Militar através do programa Proerd.

Consciência alimentar – Programa “Comida Saudável”: despertar na criança/adolescente o desejo de fazer uma refeição saudável, através de dicas que levem à prática de esportes e aumento da capacidade intelectual – em parceria com a escola, programas sociais (Cras) e imprensa.

A criança/adolescente e o meio ambiente – Programa “Floresta Legal” - despertar a responsabilidade individual para se conviver num meio ambiente saudável – Junto às escolas, programas sociais e imprensa.

- **Projeto Bem Formar para Bem Cuidar**. Em parceria com o Lar Batista Albertine Meador. Visa qualificar os trabalhadores das instituições de acolhimento do ES para atendimento digno, humanizado, de qualidade, técnico e seguindo as normativas nacionais vigentes (art. 90 e segts. do Ecriad), buscando assim o aprimoramento do cuidado prestado às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.
- **Fluxo Unificado de Acolhimento Institucional nos Casos Urgentes** – Padroniza o procedimento das Varas de Infância e Juventude quanto ao acolhimento institucional nos casos em que a Unidade Judiciária, que determina o acolhimento, não possui competência originária nas medidas protetivas para crianças e adolescentes.



A Desembargadora Eliana Munhós foi acompanhada por estudantes de Direito durante visita a unidades de internação.

- **Vistorias às instituições de acolhimento para verificar in loco a situação das crianças/adolescentes acolhidos e efetuar encaminhamentos para se evitar acolhimentos institucionais prolongados.** Em parceria com a equipe técnica da Ceja/Corregedoria Geral de Justiça.
- **Verificação junto aos municípios da necessidade de construção de casa lar/casa de passagem/instituição de acolhimento (local e/ou regional),** especialmente para adolescentes ameaçados de morte e casa república para jovens de 18 anos em diante oriundos



Em 2014, o Sistema de Informação e Gerência da Adoção (SIGA) ganhou o 1º lugar do Prêmio Inovés na categoria Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

das instituições de acolhimento.

- **Siga - Sistema de Informação e Gerência da Adoção/Acolhimento: Acesso ao sistema informatizado da Corregedoria Geral de Justiça aos integrantes do Sistema de Justiça:** Ministério Público (em andamento), Defensoria Pública e Instituições de acolhimento.
- **Implantação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos direitos das Crianças e dos Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Já editado pelo Governo Federal e em fase de implantação no ES, em atendimento ao que prevê o art. 88: “ – São diretrizes da política de atendimento: I – Municipalização do atendimento; ...VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei”;
- **Crianças Desaparecidas** – Programa de Volta para Casa - em parceria com as delegacias, NUPED e imprensa.
- **Férias Escolares:** É um projeto que visa dar oportunidades às crianças e adolescentes de todo o ES para realização de atividades esportivas, culturais e de lazer durante o período das férias escolares. Esse projeto é de relevância social e está fundamentado no princípio da proteção integral às crianças e aos adolescentes, a partir da oferta de atividades que ofereçam fatores de proteção durante um período que elas poderão estar expostas a fatores de riscos em suas comunidades. Será promovido e coordenado pela

Rede de Atenção a Criança e ao Adolescente Municipal e executado pelas Secretarias de Educação, Ação Social, Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e da Saúde em parceria com Instituições da Sociedade Civil e com Empresas Privadas.

- **Implantação de mecanismo de acompanhamento dos prazos processuais nas ações de destituição do poder familiar que tramitam na Segunda Instância:** permite o monitoramento dos feitos desta natureza e o consequente cumprimento dos prazos fixados.
- **Programa Família Acolhedora** – Visa propiciar o acolhimento de crianças e adolescentes, que tiveram como medida protetiva o afastamento da família de origem, em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência familiar e comunitária.



Ato Infracional, Rede Social e Sistema de Justiça Juvenil:

- **Programa da Cartilha do Adolescente em Conflito com a Lei:** Realizado pela Supervisão e Coordenadoria das Varas da Infância, com apoio e participação da FDV – Faculdade de Direito de Vitória, o Programa se propõe a ministrar aos adolescentes em conflito com a lei, internos do Sistema Socioeducativo do ES, ensinamentos básicos sobre seus direitos, deveres e garantias, contribuindo assim para a formação e consolidação das suas noções de cidadania.
- **Otimização da Justiça da Infância e Juventude** – Área Infracional – permite, por meio de parceria com a Polícia Civil do Espírito Santo, a realização de atendimento prioritário das requisições de laudos de balísticas em armas de fogo e laudos de química em drogas, expedidas pelas Varas da Infância e Juventude do Estado.
- **Projeto de Proteção Provisória Emergencial** - Criação de Grupo de Trabalho com a finalidade de elaboração de proposta de projeto voltado para a proteção provisória de crianças e adolescentes ameaçados de morte e preparo das instituições de acolhimento do estado, contribuindo para a preservação das vidas desses adolescentes.
- **Projeto Eficiência do CNJ** – Visa gerar maior celeridade e qualidade na prestação do serviço jurisdicional cartorário, oferecendo um plano prático de gestão, com implantação de organização cartorária, método e rotina de trabalho de forma racionalizada, padronizada e equilibrada.
- **Projeto Alvará Online** – Implementação dos Alvarás Online, conforme Resoluções 165/2012 e 191/2014 do Conselho Nacional de Justiça, conferindo uniformidade e maior celeridade ao fluxo do cumprimento do Alvará de Liberação e Mandado de Busca e Apreensão das Varas da Infância e Juventude.
- **Programa Justiça Célere** – o juiz escolhe um dia no mês para recebimento dos Boletins de Ocorrência da Polícia. Reunirá o Ministério Público, Conselho Tutelar, Defensoria e o Núcleo de Liberdade Assistida. O MP oferecerá a representação, se for o caso; em seguida procede-se a oitiva do adolescente e consequentemente a aplicação da Medida Socioeducativa em meio aberto, com acompanhamento do CT, Juizado e NLA.



- **Supervisão de Atos Infracionais nas Delegacias de Polícia e Publicações Jornalísticas:** Verificar junto à Depol e informações jornalísticas os registros de ocorrências que envolvam crianças e/ou adolescentes vítimas e/ou autores de atos infracionais. Após identificação dos casos, serão intimados a comparecer à Vara da Infância para avaliação dos fatos.
- **Vitorias semestrais nas Unidades do Sistema Socioeducativo:** internação, semiliberdade e programas em meio aberto.
- **Central de Alvarás e Mandados de Busca e Apreensão.** Visa facilitar o cumprimento dos mandados de busca e apreensão e alvarás de liberação expedidos pelas Varas da Infância e Juventude do ES (Secretaria de Tecnologia da Informação do TJES).
- **Núcleo de Estudos Sobre as Práticas da Justiça Restaurativa** – Proposta da Supervisão das Varas da Infância à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que as práticas da Justiça Restaurativa sejam estabelecidas, em um primeiro momento, no âmbito das Varas da Infância e da Juventude.
- **Projeto “Escola Mais Legal”** - O Projeto Escola Mais Legal se propõe a aproximar e promover a interlocução entre as instituições integrantes do Sistema de Justiça Juvenil e a própria sociedade civil para que, juntos, possam identificar precocemente o comportamento transgressivo e, a partir da identificação de suas causas, adotar providências necessárias à sua supressão.
- **Reordenamento das Reavaliações dos Socioeducandos:** Instituída por meio do Ato Normativo Conjunto nº 11/2014 da Supervisão da Infância e Presidência do TJES, permite o controle, bem como a revisão dos prazos das medidas socioeducativas.
- **Programa Encontro de Orientação de Jovens:** atendimento de adolescentes submetidos às medidas socioeducativas; adolescentes sem adaptação ao núcleo social, escolar e familiar; adolescentes usuários de álcool e drogas.
- **Programa de Amparo aos Filhos de Alcoólicos e Dependentes Químicos** - Reuniões com crianças acima de 10 anos de idade e adolescentes filhos de alcoólatras e dependentes químicos acompanhados pela Vara da Infância para que saibam lidar com os genitores/responsáveis, resistindo à doença dos mesmos.
- **Programa Encontro de Orientação de Pais:** visa à organização de grupos de pais a fim de levá-los à reflexão sobre sua função no núcleo familiar. A dinâmica será de orientação (palestras com assuntos diversos), debates e compromisso em relação ao cumprimento da medida socioeducativa imposta aos filhos.
- **Programa de Amparo e Orientação aos Pais Alcoólicos e Dependentes Químicos:** visa promover reflexão sobre o vício, eventual ou crônico, que lhes compromete a capacidade mental e moral, provocando a desestruturação do núcleo familiar. Apoio do AA, NA e CAPS-AD.
- **Programa Encontro de Orientação de Gestantes:** seguimento ao programa Encontro de Orientação de Jovens (07) - visa ao

apoio emocional e social às gestantes adolescentes, com encaminhamento à rede de atenção existente no Município.

- **Programa de Documentação dos Jovens:** visa promover a documentação necessária para o exercício da cidadania (CI, CPF, CTPS, Título Eleitoral, Alistamento Militar e apoio ao ingresso no serviço militar, etc).
- **Programa de Acompanhamento Individual dos Adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa em Meio Aberto (LA E PSC).** Com reuniões periódicas junto aos técnicos do Núcleo de Liberdade Assistida para acompanhamento das providências adotadas, facilitando a inserção do socioeducando nos cursos profissionalizantes oferecidos e conseqüentemente no mercado de trabalho.
- **Programa Empresa Legal** – visa envolver as empresas do município para aquisição de bolsas de estudos, cursos profissionalizantes e diversos (línguas) para a participação dos adolescentes em conflito com a lei e ofertas de empregos/estágios. Parceria com a Findes e instituições públicas e privadas.
- **Programa Conselho Teen:** visa a indicação de líderes estudantis que possam representar os interesses dos jovens. Com essa iniciativa, pretende-se alcançar maior consequência no combate aos desajustes juvenis da comunidade, possibilitando aos adolescentes em risco social ou não, mais efetividade na comunicação de suas necessidades.
- **Programa de Aceleração de Fluxo Escolar:** em parceria com a SEDU. Visa a adequação do fluxo escolar – idade X série do adolescente em conflito com a lei.
- **Assembléia Comunitária em Parceria com o Ministério Público, Defensoria Pública e Iases:** O adolescente no centro das Polí-

ticas Públicas – os participantes desse debate devem destacar a urgência em ampliar programas de combate e prevenção à violência, a importância dos conselhos tutelares e demais atores que trabalham diretamente com o público infanto-juvenil: CAPS-AD, SOSF, Núcleo de Liberdade Assistida, Programas de Profissionalização.

- **Escuta Mais Legal** – Visa promover apoio psicológico aos jovens do Sistema Socioeducativo do Estado, com o acompanhamento clínico de orientação psicanalítica (Freud/Jung) dos processos por meio de psicólogos do Tribunal de Justiça, objetivando proporcionar experiências terapêuticas, com vistas à sua reintegração social e reagrupamento familiar e comunitária.

Eventos, Cursos, Grupos de Estudos e Demais Atividades:

- **Instalação das Varas da Infância e Juventude nas Comarcas de Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Guarapari.**
- **Cursos de Justiça Restaurativa e Justiça Terapêutica** - Implantação nos polos respectivos.
- **Cursos na área de educação em Valores Humanos** - Visa promover aos educadores sociais, servidores da justiça e professores cursos de capacitação para atendimento às crianças/adolescentes acolhidos institucionalmente e ao adolescente em conflito social.
- **Polo de atendimento e apoio à Coordenadoria** (regiões Norte e Sul).
- **Cursos de capacitação para servidores/agentes voluntários em parceria com a Emes nas diversas áreas do Ecriad** (cível e socioeducativa).

- Grupos de estudos com juízes.
- **Relatório das instituições de acolhimento.** Envio online às Varas para agilizar os processos de crianças/adolescentes acolhidos institucionalmente.
- **Capacitação dos Conselhos Tutelares do ES.** Parceria com o Criad e Ufes.
- **Programação para a campanha nacional de combate ao abuso e exploração sexual infantil (18 de maio).**
- **Programação para a campanha nacional do dia da adoção (25 de maio).**
- **Cantata de Natal – Ano 2014,** com a participação de crianças e adolescentes em situações de acolhimento no município de Cariacica.



Crianças e adolescentes em situação de acolhimento cantaram músicas natalistas para servidores e visitantes do Tribunal de Justiça.



As chuteiras foram adquiridas por meio da Campanha de Comemoração ao Dia das Crianças, promovida pela Supervisão das Varas da Infância e Juventude e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude.

- **Campanha de Comemoração ao Dia das Crianças,** com a doação de material esportivo para crianças e adolescentes da Instituição de Acolhimento “Montanha da Esperança”.
- **Workshop “Vale Cuidar” -** Neurociência e desenvolvimento infantil.
- **Implantação de núcleos para acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto (PSC e LA)** nos municípios que não os possuem, bem como potencializar os núcleos existentes através de convênio (Prefeituras, Juizado, MP, Defensoria Pública, Sejus e Iases).
- **Criação e implantação da 3ª Vara da infância e Juventude de Vitória.** Para a execução das medidas socioeducativas de internação da região metropolitana de Vitória.
- **Mutirões nas Varas da Infância quando solicitados.**
- **Visitas dos juízes às unidades de internações (regionais).**

- **Núcleo de Justiça Restaurativa.**
- **Participação nas reuniões da comissão interinstitucional de acompanhamento e avaliação do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)** em parceria com o Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **Ciase - Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo -** Atendimento ao art. 88, VI do Ecriad. Inaugurado em 03 de dezembro 2014, abriga todas as instituições do sistema de justiça juvenil para atendimento ao adolescente apreendido em flagrante de ato infracional.
- **eJud** - acesso ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
- **Relatório avaliativo dos socioeducandos** pelas instituições que executam medidas socioeducativas em meio aberto e de internação. Envio online para agilizar os processos de execução.
- **Encontro Municipal de agentes do sistema de justiça juvenil:** CT, Sedu, Ação Social e demais componentes da rede de atenção à criança e ao adolescente.
- **Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo (CNJ).** Dias 13 e 14 de março de 2014, no Salão Pleno do TJES.
- **Campanha “Justiça Restaurativa do Brasil: A Paz pede a Palavra”,** da Associação dos Magistrados Brasileiros – realizada na sede do TRE-DF, entre os dias 22 e 24 de julho de 2015, onde o TJES aderiu à Carta da Justiça Restaurativa do Brasil, da qual a desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira é signatária.
- **V Encontro de Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude do Brasil** – realizado em 20 de março de 2015, em São Paulo.
- **Capacitação “Um Novo Direito, Um Novo Olhar: a acolhida de mulheres que entregam seus filhos para adoção”,** no dia 30 de maio de 2015 no TJES.
- **Curso “Teoria e Prática Cartorária na área de Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas”,** realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014, no Auditório da CGJ-ES.
- **Curso “Teoria e Prática Cartorária na área cível da infância e juventude e medidas protetivas”,** realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2015, no Auditório da CGJ-ES.

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Coordenadoria dos Juizados Especiais, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça nos termos do art. 38-A do Código de Organização Judiciária (LC 234/2002), desenvolveu, no último biênio, diversas ações no sentido de proporcionar aos jurisdicionados uma melhor prestação de serviços públicos, por meio do aprimoramento do sistema dos juizados especiais. Tais ações englobaram tanto melhorias estruturais em algumas unidades judiciárias quanto atualização e otimização dos recursos tecnológicos no que tange à utilização de sistemas eletrônicos para processamento das demandas ingressadas nos juizados especiais. Nesse último aspecto, foi essencial a união de esforços junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, sem a qual a concretização de tais projetos não seria viável.

Abaixo, segue relato das principais iniciativas desenvolvidas pela Coordenadoria dos Juizados, ressaltando que as mesmas não exaurem as atividades desempenhadas no dia-a-dia, uma vez que não tecemos em minúcias os atendimentos prestados ao público interno e externo que demandam a intervenção corriqueira desta Seção.

- **Desenvolvimento de sistema de busca de jurisprudência do Colegiado Recursal** - O Poder Judiciário capixaba não contava, até o ano de 2014, com uma ferramenta de busca de jurisprudência dos julgados no âmbito da segunda instância dos juizados especiais, fato que era objeto de questionamentos constantes por parte dos advogados que militam no sistema. Dessa forma, foi solicitado à STI que a busca de jurisprudência do TJES passasse a contemplar também as decisões proferidas pelo Colegiado Recursal, o que foi desenvolvido e implementado no segundo semestre de 2014.

Por meio do link http://aplicativos.tjes.jus.br/sistemaspublicos/consulta_jurisprudencia/cons_jurisip.cfm, tanto o público interno

quanto o público externo podem encontrar com facilidade as teses que têm sido encampadas pelos magistrados das Turmas Recursais.

- **Locação de espaços para abrigar Unidades Judiciárias do sistema dos Juizados Especiais** - Alguns juizados especiais do Juízo de Vitória encontram-se instalados em imóveis com final de vigência do contrato de locação e/ou convênio de cessão de espaço chegando a termo. Desse modo, a Coordenação passou a atuar junto à Administração do TJES no sentido de que fossem promovidos chamamentos públicos com o fito de encontrar imóveis compatíveis com as diretrizes estipuladas pelo CNJ. Após os trâmites administrativos, o PJES firmou contratos de locação para abrigar o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), atualmente em funcionamento em Bento Ferreira, o 8º Juizado Especial Cível de Vitória (em funcionamento no Centro de Vitória) e o 9º Juizado Especial Cível também de Vitória (funcionando atualmente na UFES), cujas unidades serão transferidas para seus novos locais de



O Poder Judiciário firmou contratos de locação para abrigar o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), que atualmente funciona em Bento Ferreira.

funcionamento no final deste ano, oferecendo melhores condições de trabalho para magistrados e servidores, bem como acomodações adequadas e acessíveis aos jurisdicionados.

- **Processo Seletivo – Juízes Leigos** - A Coordenadoria dos Juizados, por meio do Ofício CJE nº 386/2014, provocou a Administração no intuito de dar início aos procedimentos necessários à deflagração do II Processo Seletivo para a função de Juiz Leigo. Visando incrementar a produtividade mensal no âmbito dos juizados especiais, a Coordenadoria dos Juizados solicitou a ampliação do quadro de vagas de Juízes Leigos, de forma que a totalidade das unidades judiciárias com competência exclusiva para matérias afetas aos juizados especiais fosse contemplada com, pelo menos, um juiz leigo.
- **Propostas inseridas e aprovadas no Projeto de Reestruturação do Poder Judiciário** - Junto ao grupo de trabalho que elaborou o Projeto de Reestruturação, a Coordenação inseriu o aumento de número de Juízes integrantes de Turmas Recursais, ampliando de três para cinco, diminuindo o número de unidades judiciárias (Turmas). Antes da mudança, a previsão era de 08 (oito) Turmas Recursais, com três membros cada. Com essa proposta, o número de unidades judiciárias (Turmas Recursais) passou a ser no total de 05 (cinco), cada uma com 05 (cinco) membros, o que promoverá contenção de gastos, pois não haverá necessidade de instalação de novas estruturas e, ao mesmo tempo, agilização no julgamento dos recursos com o trabalho de um número maior de juízes.
- **Alterações no funcionamento do Colegiado Recursal** - No decorrer dos anos de 2014 e 2015, propostas de resoluções elaboradas pela Coordenadoria dos Juizados foram aprovadas pelo Tribunal Pleno, visando o aprimoramento das atividades desenvolvidas nas Turmas Recursais que compõem o Colegiado Recursal do ES,

tendo sido aprovadas quatro Resoluções, dentre as quais merecem destaque as de nº 016/2014 (que trata da escolha de membros das Turmas; possibilidade de convocação de Juízes pelo Presidente de Turma Recursal nos casos de impedimentos e ausência justificada de membro e suplente em sessão de julgamento; incompatibilidade de membro indicado para a Turma para o exercício em segundo grau de jurisdição ou designação para funções administrativas no Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, convocação para a Corregedoria Geral da Justiça, casos de afastamento de membros ou suplentes para o exercício de cargos diretivos em associação de magistrados e convocação para atuação no Conselho Nacional de Justiça; férias dos integrantes das turmas), e 015/2015 (que, dentre outras disposições, promoveu a adequação do Regimento Interno do Colegiado Recursal às novas diretrizes previstas na Lei Complementar Estadual nº 788/2014).

- **Regulamentação das Centrais de Abertura e Distribuição dos Juizados Especiais** - Até o ano de 2014, as Centrais de Abertura careciam de regulamentação específica. Atenta para essa realidade, a Coordenação solicitou à Presidência do TJES que o projeto de reestruturação do Poder Judiciário contemplasse as referidas centrais.

Dessa forma, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 788/2014, as Centrais de Abertura e Distribuição de processos dos Juizados Especiais passaram a integrar a estrutura formal do Poder Judiciário, sendo que as atribuições e forma de funcionamento das mesmas foram estabelecidas pelo Ato Normativo nº 067/2015, cuja redação foi proposta por esta Coordenação, tendo sido a mesma acolhida na íntegra pela Presidência.

- **Proposta de alteração das Resoluções que dispõem sobre a função de Juiz Leigo** - Os juízes leigos são atores que vêm desempenhando um papel fundamental no incremento da produtividade

do sistema dos juizados especiais. Nesse contexto, a Coordenação dos Juizados, visando adequar a normatização local ao regramento imposto pelo CNJ, elaborou proposta de Resolução a fim de atualizar e reunir em um único diploma normativo as disposições concernentes ao exercício da função. A referida proposta buscou, ainda, readequar o valor da indenização percebida pelos projetos de sentença homologados para que a atividade desempenhada pelos juízes leigos se tornasse mais atrativa sem acarretar queda na produtividade. Vale o registro de que a supramencionada minuta foi aprovada na íntegra pelo Tribunal Pleno, traduzindo-se na Resolução TJES nº 028/2015.

- **Convênio com a CDL-Vitória** - No ano de 2015 a Coordenadoria dos Juizados intermediou o procedimento para formalização de convênio entre a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL – de Vitória e o Poder Judiciário Estadual, cujo objeto consistiu na implantação, no âmbito dos juizados especiais, de novos procedimentos quanto aos envios e respostas de Ofícios Judiciais de forma eletrônica, utilizando-se das ferramentas Certificado Digital e Carimbo do Tempo para buscar garantir o máximo de segurança nos procedimentos de busca de informações e determinações de baixa de registros, determinados por magistrados.
- **Expansão do sistema E-STF para as Turmas do Colegiado Recursal** - Em 08/05/2013 foi firmado o Termo de Cooperação Técnica nº 08/2013 entre o STF e o TJES, cujo objeto contemplava o envio de recursos de forma eletrônica ao Excelso Pretório. Tal mecanismo já vinha sendo utilizado pela segunda instância do PJES. Contudo, ainda não havia sido implementada no âmbito do Colegiado Recursal.

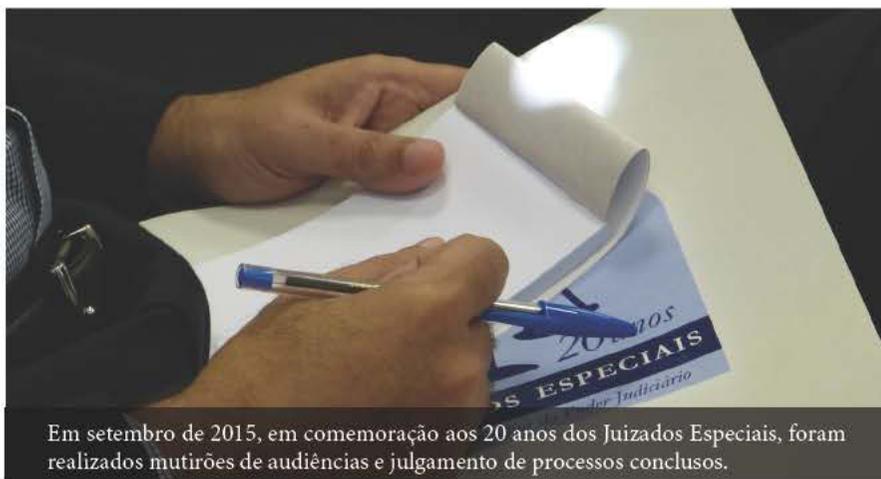
Observando a previsão contida no referido termo de cooperação,

a Coordenadoria dos Juizados buscou articular junto à Vice-Previdência (setor regimentalmente incumbido de proceder a admissibilidade dos recursos para posterior remessa aos Tribunais Superiores, via Núcleo de Processamento de Recursos Eletrônicos) a expansão da utilização do software para as Turmas Recursais.

Tal ação visou coadunar as rotinas de trabalho das referidas unidades judiciárias aos princípios da celeridade e eficiência, pois até então, os processos que já tramitavam em sistemas eletrônicos eram materializados e remetidos via Correios para Brasília.

- **Alteração da competência do 3º e 7º Juizados Especiais Cíveis de Vitória, 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Criminais de Vitória e 3º Juizado Especial Cível de Vila Velha** - Com vistas a aprimorar a prestação jurisdicional e promover uma distribuição mais equânime de carga de trabalho entre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais dos Juízos de Vitória e Vila Velha, a Coordenadoria dos Juizados Especiais submeteu minutas de Resoluções à análise do Egrégio Tribunal Pleno no sentido de adequar a competência das unidades acima referidas à realidade atual da demanda por tutela jurisdicional nos referidos municípios.
- **Instalação de novos Juizados Especiais** - Durante o biênio 2014/2015, a Coordenadoria dos Juizados Especiais diligenciou junto à Administração do TJES no sentido de instalar novas varas de Juizados Especiais, contemplando os juízos/comarcas onde a quantidade de unidades judiciárias não se mostrava adequada à distribuição mensal de ações. Nesse contexto, por meio das Resoluções TJES 037/2015 e 046/2015, foram instalados o 4º Juizado Especial Cível do Juízo da Serra e o 4º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica, ambos da Comarca da Capital, bem como houve a ampliação da competência da Vara da Fazenda Pública Municipal de Colatina, que passou a receber demandas cíveis de

menor complexidade, concomitantemente, com os demais Juizados Especiais Cíveis da referida Comarca.



Em setembro de 2015, em comemoração aos 20 anos dos Juizados Especiais, foram realizados mutirões de audiências e julgamento de processos conclusos.



Durante o Encontro Estadual dos Juizados Especiais, realizado em 16 de outubro de 2015, convênios e termos de cooperação técnica foram assinados.

- **Ações alusivas aos 20 anos de vigência da Lei nº 9.099/95** - Em comemoração aos 20 anos de vigência da Lei nº 9.099/95, e, dando cumprimento ao programa “Redescobrimo os Juizados Especiais”, do CNJ, a Coordenadoria dos Juizados Especiais promoveu, no mês de setembro/2015, mutirões de audiências e julgamento de processos conclusos. Dessa forma, as 38 (trinta e oito) unidades judiciárias com competência para julgamento das causas cíveis de menor complexidade que compõem o Sistema dos Juizados Especiais/ES, em conjunto, realizaram 8.571 (oito mil, quinhentos e setenta e uma) audiências e prolataram 6.730 (seis mil, setecentos e trinta) sentenças. Foram julgados 2.518 (dois mil e quinhentos e dezoito) recursos pelas Turmas Recursais. A Coordenadoria promoveu, ainda, no dia 16 de outubro de 2015, o Encontro Estadual dos Juizados Especiais, evento no qual foram debatidas temáticas atuais que permeiam o Microsistema dos Juizados Especiais, bem como foi promovida a assinatura de convênios e termos de cooperação técnica visando aprimorar e dinamizar as comunicações entre os juizados especiais e as entidades convenentes.

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

Considerando a proximidade do final do Biênio 2014-2015, presidido pelo excelentíssimo presidente desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça, auxiliado pelo excelentíssimo juiz de precatórios, juiz Rodrigo Cardoso Freitas, elaboramos um relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações abaixo:



O TJES, o Tribunal de Contas e o Governo firmaram um termo de cooperação técnica para apuração dos valores dos 30 precatórios da trimestralidade.

I) Relação dos entes que estão submetidos ao regime especial – (ec. 62/2009), seus respectivos acervos e valores transferidos ao Tribunal de Justiça nos Exercícios de 2014/2015:

ENTES EM REGIME ESPECIAL	OPÇÃO DE PAGAMENTO CONFORME EC 62/2009	VALOR A SER REPASSADO POR EXERCÍCIO - PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA OU ACERVO	VALORES DEPOSITA-DOS 2010-2014	Nº PRECATÓRIOS LIQUIDADOS	2015			
					VALOR DO ACERVO EM JULHO/2015	Nº DE PRECATÓRIOS	VALOR A SER DEPOSITADO EXERCÍCIO 2015	
1	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2% da RCL	R\$ 221.998.783,65	R\$ 1.007.216.027,70	1.421	R\$ 903.188.791,75	377	R\$ 220.000.000,00
2	ALEGRE	1% da RCL	R\$ 850.096,23	R\$ 2.542.593,30	22	R\$ 875.020,62	6	R\$ 650.000,00
3	ALTO RIO NOVO	ACERVO	R\$ 390.862,89	R\$ 1.633.353,48	22	R\$ 4.011.870,36	79	R\$ 421.581,00

4	BAIXO GUANDU	ACERVO	R\$ 704.688,34	R\$ 2.069.850,58	57	R\$ 8.063.928,90	16	R\$ 750.000,00
5	BOA ESPERANÇA	1,5% DA RCL	R\$ 553.246,60	R\$ 1.309.227,38	1	R\$ 2.118.766,96	5	R\$ 553.246,60
6	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1% da RCL	R\$ 3.563.241,30	R\$ 15.041.491,82	114	R\$ 6.182.681,06	34	R\$ 3.500.000,00
7	CARIACICA	ACERVO	R\$ 7.500.000,00	R\$ 22.808.771,64	232	R\$ 35.708.318,35	101	R\$ 8.400.000,00
8	GUAÇUÍ	ACERVO	R\$ 1.800.000,00	R\$ 4.925.591,09	17	R\$ 13.928.135,28	3	R\$ 1.800.000,00
9	GUARAPARI	ACERVO	R\$ 2.899.400,64	R\$ 11.314.558,75	48	R\$ 34.755.402,51	61	R\$ 3.386.882,40
10	MANTENÓPOLIS	1% da RCL	R\$ 329.747,81	R\$ 1.013.691,08	8	R\$ 897.896,17	4	R\$ 320.000,00
11	MUQUI	1% da RCL	R\$ 320.416,74	R\$ 919.421,66	18	R\$ 1.892.479,57	32	R\$ 330.000,00
12	SÃO MATEUS	1% da RCL	R\$ 2.724.896,19	R\$ 13.061.673,07	73	R\$ 7.747.920,47	6	R\$ 2.800.000,00
13	SERRA	1% da RCL	R\$ 9.526.264,14	R\$ 38.929.569,75	95	R\$ 27.460.744,72	17	R\$ 9.000.000,00
14	VIANA	1% da RCL	R\$ 1.471.694,12	R\$ 12.589.174,33	44	R\$ 7.900.769,33	7	R\$ 1.500.000,00
15	VILA VELHA	ACERVO	R\$ 11.051.616,40	R\$ 39.346.191,02	129	R\$ 174.345.061,55	78	R\$ 17.298.892,17
16	VITÓRIA	1% da RCL	R\$ 14.231.508,48	R\$ 38.954.187,02	192	R\$ 5.758.903,61	42	R\$ 14.095.171,42
TOTAL			R\$ 279.716.261,53	R\$ 1.213.673.363,67	2.493		858	R\$ 284.805.773,59

II) Relação dos entes submetidos ao regime comum de pagamento, conforme art.100 da cf/88, com previsão de pagamento em 2015/2016, de acordo com os precatórios inscritos nos Exercícios de 2014/2015:

ENTES EM REGIME COMUM	Nº DE PRECATÓRIOS	ACERVO DE PRECATÓRIOS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
1- AFONSO CLÁUDIO	02	R\$ 185.000,00	EXERCÍCIO 2016
2- ÁGUIA BRANCA	02	R\$ 173.620,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 129.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 44.271,17)
3- ALFREDO CHAVES	02	R\$ 510.200,00	EXERCÍCIO 2016
4- ANCHIETA	01	R\$ 913.500,00	EXERCÍCIO 2016
5- ARACRUZ	30	R\$ 3.147.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 2.000.000,00) EXERCÍCIO 2016 (R\$ 1.147.000,00)
6- ATÍLIO VIVÁQUA	09	R\$ 1.485.700,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 455.370,00)- EXERCÍCIO 2016 (1.046.405,77)
7- BARRA DE SÃO FRANCISCO	02	R\$ 265.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 194.000,00)- EXERCÍCIO 2016 (R\$ 71.153,59)
8- CASTELO	02	R\$ 460.000,00	EXERCÍCIO 2015
9- COLATINA	32	R\$ 1.380.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 410.000,00)- EXERCÍCIO 2016 (R\$ 980.000,00)
10- DOMINGOS MARTINS	01	R\$ 68.000,00	EXERCÍCIO 2015
11- ECOPORANGA	02	R\$ 100.000,00	EXERCÍCIO 2016
12- GOVERNADOR LINDEMBERG	10	R\$ 739.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 168.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 572.000,00)
13- IBATIBA	05	R\$ 430.900,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 290.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 140.000,00)

14- IBITIRAMA	02	R\$ 698.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 402.500,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 295.500,00)
15- IRUPI	02	R\$ 67.100,00	EXERCÍCIO 2016
16- ITAPEMIRIM	10	R\$ 729.600,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 423.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 306.600,00)
17- IÚNA	01	R\$ 316.513,00	EXERCÍCIO 2016
18- JERÔNIMO MONTEIRO	03	R\$ 166.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 20.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$146.000,00)
19- LARANJA DA TERRA	02	R\$ 154.000,00	EXERCÍCIO 2016
20- LINHARES	11	R\$ 4.061.500,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$50.200,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 4.011.000,00)
21- MARATAÍZES	02	R\$ 129.000,00	EXERCÍCIO 2016
22- MARECHAL	02	R\$ 95.400,00	EXERCÍCIO 2016
23-MARILÂNDIA	03	R\$ 482.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 263.500,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 218.500,00)
24- MIMOSO DO SUL	04	R\$ 91.224,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 24.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 36.400,00) - EXERCÍCIO 2017 (R\$ 30.800,00)
25- MUNIZ FREIRE	05	R\$ 1.687.000,00	EXERCÍCIO 2016
26- NOVA VENÉCIA	02	R\$ 292.700,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 124.470,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 168.230,00)
27- PANCAS	06	R\$ 157.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 140.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 17.000,00)
28- PINHEIROS	01	R\$ 42.000,00	EXERCÍCIO 2015
29- PIÚMA	04	R\$ 845.400,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 110.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 735.400,00)
30- RIO NOVO DO SUL	01	R\$ 47.800,00	EXERCÍCIO 2015
31- SANTA TERESA	03	R\$ 684.000,00	EXERCÍCIO 2016
32- SÃO DOMINGOS DO NORTE	01	R\$ 145.000,00	EXERCÍCIO 2016
33- SÃO GABRIEL DA PALHA	04	R\$ 532.000,00	EXERCÍCIO 2015 (R\$ 30.000,00) - EXERCÍCIO 2016 (R\$ 502.000,00)

III) Número de alvarás expedidos nos Exercícios de 2014/2015:

TOTAL DE ALVARÁS EXPEDIDOS EM 2014/2015 ATÉ 22/10/2015				
ENTIDADES	2014		2015	
	Nº DE ALVARÁS	VALOR TOTAL	Nº DE ALVARÁS	VALOR TOTAL
INSS	230	R\$ 11.011.667,39	12	R\$ 142.968,60
Estado	300	R\$ 28.276.606,78	96	R\$ 9.665.534,77
Afonso Cláudio	0	R\$ -	0	R\$ -
Água Doce do Norte	0	R\$ -	0	R\$ -
Água Branca	0	R\$ -	0	R\$ -
Alegre	23	R\$ 1.510.888,83	8	R\$ 462.588,76
Alfredo Chaves	16	R\$ 448.096,85	0	R\$ -
Alto Rio Novo	1	R\$ 13.170,72	0	R\$ -
Apiacá	0	R\$ -	0	R\$ -
Aracruz	8	R\$ 1.325.956,44	47	R\$ 1.872.894,60
Atílio Vivácqua	0	R\$ -	0	R\$ -
Baixo Guandu	17	R\$ 1.041.636,19	1	R\$ 29.784,80
Barra de São Francisco	3	R\$ 188.738,01	0	R\$ -
Boa Esperança	1	R\$ 65.160,00	1	R\$ 70.920,00
Bom Jesus do Norte	2	R\$ 117.763,04	0	R\$ -
Cachoeiro do Itapemirim	27	R\$ 1.648.842,72	18	R\$ 439.170,70
Cariacica	143	R\$ 1.981.157,50	30	R\$ 692.220,16
Castelo	5	R\$ 144.009,39	0	R\$ -
Colatina	6	R\$ 178.728,70	0	R\$ -
Conceição da Barra	11	R\$ 1.372.139,94	12	R\$ 1.207.563,09
Conceição do Castelo	1	R\$ 111.876,64	0	R\$ -
Divino São Lourenço	3	R\$ 258.709,69	0	R\$ -
Dores do Rio Preto	0	R\$ -	0	R\$ -
Fundão	0	R\$ -	0	R\$ -
Governador Lindemberg	0	R\$ -	7	R\$ 42.783,90
Guaçuí	12	R\$ 35.028,70	1	R\$ 1.651,13



Durante o biênio 2014/2015, foram expedidos pela Assessoria de Precatórios do TJES 1.699 alvarás, que, somados, totalizam o valor de R\$ 124.048.291,62.

Guarapari	66	R\$ 1.400.381,55	6	R\$ 303.045,32
Ibiraçu	0	R\$ -	0	R\$ -
Ibitirama	0	R\$ -	0	R\$ -
Itaguaçu	0	R\$ -	2	R\$ 95.086,77
Itapemirim	11	R\$ 669.506,70	1	R\$ 8.538,36
Jerônimo Monteiro	0	R\$ -	0	R\$ -
Linhares	12	R\$ 693.729,21	8	R\$ 507.053,09
Mantenópolis	15	R\$ 548.580,55	14	R\$ 460.418,72
Marataizes	0	R\$ -	8	R\$ 955.890,04
Marilândia	1	R\$ 97.025,38	0	R\$ -
Mimoso do Sul	0	R\$ -	0	R\$ -
Montanha	0	R\$ -	2	R\$ 394.213,28
Mucuri	5	R\$ 164.469,87	0	R\$ -
Muniz Freire	9	R\$ 111.444,44	0	R\$ -
Muqui	4	R\$ 381.675,20	3	R\$ 103.862,42
Nova Venécia	1	R\$ 21.099,03	6	R\$ 303.045,32
Pancas	10	R\$ 80.433,36	1	R\$ 4.212,99
Pedro Canário	2	R\$ 185.996,70	0	R\$ -
Pinheiros	1	R\$ 12.249,19	3	R\$ 128.085,14
Piúma	9	R\$ 667.555,30	0	R\$ -
Presidente Kennedy	0	R\$ -	0	R\$ -
Rio Bananal	0	R\$ -	0	R\$ -
Rio Novo do Sul	0	R\$ -	0	R\$ -
Santa Leopoldina	0	R\$ -	0	R\$ -
São Domingos do Norte	0	R\$ -	0	R\$ -
São Gabriel da Palha	3	R\$ 81.222,61	11	R\$ 646.909,77
São José do Calçado	0	R\$ -	0	R\$ -
São Mateus	74	R\$ 2.161.975,90	7	R\$ 1.252.411,91
Serra	45	R\$ 14.579.631,86	13	R\$ 4.581.119,52
Sooretama	5	R\$ 90.156,71	1	R\$ 3.425,62

Vargem Alta	2	R\$ 34.026,73	2	R\$ 4.217,97
Viana	13	R\$ 1.260.076,30	13	R\$ 974.593,95
Vila Velha	112	R\$ 9.496.448,51	8	R\$ 119.038,23
Vitória	110	R\$ 7.777.348,00	38	R\$ 8.329.832,07
TOTAL	1319	R\$ 90.245.210,63	380	R\$ 33.803.080,99



ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS



Equipe de Cerimonial assessorando Presidente do TJES durante evento.

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do TJES tem, atualmente, como principais atribuições:

- Interlocução com os Poderes e instituições públicas e privadas de interesse do Poder Judiciário;
- Planejamento e realização de solenidades de posse de desembargadores e da mesa diretora, incluindo elaboração de convites (em parceria com a Assessoria de Comunicação), emissão e envio dos mesmos, elaboração do roteiro, recepção a convidados, condução da solenidade;
- Planejamento e realização de inauguração de Fóruns e instalação de Varas do PJES;
- Organização de diversos eventos do Poder Judiciário Estadual;
- Gestão dos processos de contratação de produtos e serviços para a realização de eventos, inauguração de fóruns e homenagens;
- Atualização da Mala Direta para correspondência;
- Encaminhamento de felicitações de aniversário a juízes, desembargadores e servidores;
- Comunicação interna de falecimento de magistrados ou servidores do Poder Judiciário;
- Encaminhamento a servidores e magistrados de e-mail referente a datas comemorativas relevantes para o Poder Judiciário;
- Elaboração, quando solicitado pelo Presidente, de mensagens de agradecimento ou congratulações;
- Envio de confirmação da participação ou justificativa de ausência do Presidente, ou de representante do Tribunal de Justiça, em eventos para os quais S.Ex^a for convidado;
- Administração dos murais internos do TJES, atualmente utilizados para divulgação de eventos de interesse do Poder Judiciário;
- Acompanhamento do Presidente em eventos de outras instituições públicas, quando solicitado.



O I Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo atraiu centenas de participantes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).



Juizes e Desembargadores se reuniram para o 1º Seminário Estadual sobre Cooperação Judiciária do Espírito Santo.



Solenidade de lançamento do Projeto Audiência de Custódia no ES contou com a presença do Presidente do STF e do CNJ, Ministro Ricardo Lewandowski.



Durante o Biênio 2014/2015, 11 novos desembargadores foram empossados.

Principais eventos realizados no biênio

2014

- Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo - 13 e 14 de março de 2014 (Salão Pleno do TJES);
- Seminário de Violência Doméstica e Familiar - 28/03/2014 (Salão Pleno do TJES);
- Colaboração no evento Comemorativo do Dia do Assistente Social - 16/05/2014 (Salão Pleno do TJES);
- Capacitação Comissão Estadual de Adoção - 30/05/2014 (Salão Pleno do TJES);
- Colaboração no evento da Coordenadoria das Varas Criminais;
- Homenagem aos novos juizes - 26/06/2014 (Salão Pleno do TJES);

- **Colaboração no evento Abraço Forte, da 1ª Vara da Infância de Cariacica** - 15/08/2014 (Shopping Moxuara);
 - **Homenagem aos novos juízes** - 01/09/2014 (Salão Pleno do TJES);
 - **Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Janete Vargas Simões, Robson Luiz Albanez e Wallace Pandolpho Kiffer** - 24/09/2014 (Salão Pleno do TJES);
 - **Inauguração do Fórum de Dores do Rio Preto** - 21/11/2014 (Dores do Rio Preto);
 - **Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Jorge do Nascimento Viana, Fernando Estevam Bravin Ruy, Paulo Roberto Luppi e Ewerton Schwab Pinto Júnior** - 27/11/2014 (Salão Pleno do TJES);
 - **Colaboração na Homenagem Realizada pelo Fórum de Vitória ao Desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho** - 8/11/2014 (Fórum Criminal de Vitória);
 - **Colaboração no I Seminário de Cooperação Judiciária do Espírito Santo** - 30/05/2014 (Auditório da Corregedoria Geral da Justiça);
 - **Solenidade de Entrega dos Alvarás às Entidades Conveniadas à Vepema** - 29 de agosto de 2014 (Salão Nobre do TJES);
 - **III Workshop de Planejamento Estratégico do PJES** - 29/10/2014 (Salão Pleno do TJES);
 - **Colaboração com a Emes no IV Encontro Nacional dos Magistrados da Infância e da Juventude** - 18 e 19/10/2014 (Corregedoria Geral da Justiça);
 - **Colaboração com a Emes no Colóquio “Gestão Judicial e Métodos Complementares: Mediação e Arbitragem”** - (Corregedoria Geral da Justiça);
 - **Realização, juntamente com a Ajudes, do Encontro de Integração dos Servidores do Poder Judiciário** - 07/11/2014 (Salão Pleno do TJES);
 - **Assinatura de convênio Convides com a PMES** - 14/11/2014;
 - **Realização, juntamente com a Emes, do XXXVIII Copedem** - 11/12/2014.
- ## 2015
- **Solenidade de Lançamento da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” juntamente com a Convides e o MPES** - 08/03/2015 (Praça dos Namorados);
 - **III Reunião de Trabalho de Gestores de Precatórios, juntamente com a Assessoria Jurídica de Precatórios** - 09/03/2015 (Salão Nobre do TJES);
 - **Lançamento do livro História da Justiça no Espírito Santo (vol. I e II)** - 23/04/2015 (Salão Nobre do TJES);
 - **Organização e realização, juntamente com a Emes, do Curso de Capacitação em Audiência de Custódia** - 27/04/2015 (Corregedoria Geral da Justiça);
 - **Sessão Solene de Posse do desembargador Arthur José Neiva de Almeida** - 24/09/2015 (Salão Pleno do TJES);

- **Organização e realização da Sessão Solene de Posse do desembargador Fernando Zardini Antonio** - 18/06/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Sessão Solene em homenagem à desembargadora Catharina Maria Novaes Barcellos em razão de sua aposentadoria** - 17/04/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Sessão Solene em homenagem ao desembargador Carlos Roberto Mignone em razão de sua aposentadoria** - 28/05/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Sessão Solene em homenagem ao desembargador Paulo Roberto Luppi em razão de sua aposentadoria** - 23/07/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Sessão Solene em homenagem à servidora Terezinha Laranja em razão de sua aposentadoria** - 07/05/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Solenidade de abertura dos trabalhos do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha** - 03/08/2015 (em Vila Velha);
- **Inauguração do Centro de Memória e do Espaço Cultural do PJES** - 02/07/2015 (no TJES);
- **Sessão Solene de Lançamento do Projeto Audiência de Custódia no ES, com a presença do presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski** - 22/05/15 (Salão Pleno do TJES);
- **Solenidade de Implantação do Processo Judicial Eletrônico no PJES** - 29/04/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Colaboração na Solenidade de Entrega da Moção da Câmara de**

Vila Velha à Coordenadoria dos Juizados Especiais e à Justiça Volante - 18/09/2015 (Entrada do TJES);

- **Solenidade de apresentação dos resultados do primeiro mês de funcionamento do projeto “Audiência de Custódia” no Espírito Santo** - 26/06/2015 (Salão Nobre do TJES);
- **Encontro Estadual de Juizes Criminais, de Execução Penal e Substitutos, promovido pela Coordenadoria das Varas Criminais e Execuções Penais** - 25/09/2015 (no Auditório da Corregedoria);
- **Evento Tribunal Mais Responsável, juntamente com o Núcleo Socioambiental e a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade** - 28/09/2015 (Salão Pleno do TJES);
- **Sessão Solene de Posse dos desembargadores Jorge Henrique Valle dos Santos e Elisabeth Lordes** - dia 19/11/2015 (Salão Pleno do TJES).

Projetos em Andamento

Visita Monitorada ao Tribunal de Justiça

O TJES recebe, dentro do projeto Visita Monitorada ao Tribunal de Justiça, alunos de escolas e faculdades, especialmente na área do Direito, e tem sido realizado com êxito por esta Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas.

As visitas monitoradas ao Tribunal de Justiça acontecem às quintas-feiras, a partir das 13 horas. A primeira parte da visita dura aproximadamente uma hora, quando os estudantes recebem informações sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e o trâmite dos processos, conhecem algumas das instalações do TJES, como o Centro de Me-

mória, o Espaço Cultural e as salas de sessões e, em seguida, assistem a um vídeo institucional no Salão Nobre do Tribunal. Logo após, os estudantes acompanham a Sessão do Tribunal Pleno.

No ano de 2014, recebemos estudantes de 19 instituições, sendo 17 faculdades, 01 curso técnico e 01 escola estadual.



Visitantes puderam conhecer as principais instalações do Palácio da Justiça.

No ano de 2015, recebemos estudantes de 21 instituições, sendo 17 faculdades, dois cursos técnicos e dois projetos sociais, além de residentes de jornalismo da Rede Gazeta.

A Assessoria de Cerimonial realiza uma pesquisa de satisfação que todos os estudantes preenchem ao fim das visitas. O objetivo dessa

pesquisa, que começou a ser aplicada em 2015, é o aprimoramento do nosso trabalho de atendimento aos estudantes e professores que vêm conhecer o funcionamento do Poder Judiciário.

As visitas são previamente agendadas, por professores ou coordenadores, por e-mail (visitamonitorada@tjes.jus.br).

Esperamos, nos próximos anos, estender o projeto para outras escolas e faculdades do Estado.

Pesquisa de Satisfação de Atendimento do Usuário do TJES

Além da pesquisa de satisfação dos participantes do projeto Visita Monitorada, está em desenvolvimento o projeto, aprovado no Planejamento Estratégico do PJES, de uma pesquisa de satisfação com os usuários que procuram os diversos setores do Poder Judiciário Estadual em busca de atendimento. A primeira parte da pesquisa será realizada no Tribunal de Justiça e, posteriormente, estendida a todo o Estado do Espírito Santo.

O objetivo principal é promover um relacionamento cada vez melhor do Poder Judiciário com o público que procura, diariamente, os nossos serviços.

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente ao Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação conforme as diretrizes do Presidente do TJES e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social são desenvolvidas por jornalistas profissionais e profissionais graduados em comunicação social, que atuam na área da comunicação impressa, rádio, televisão, redes sociais, assessoria de imprensa, bem como por programadores visuais, fotógrafos, cinegrafista e editor de imagens.

As atribuições da Comunicação estão estabelecidas na Resolução nº 75/2011 do TJES, em seu artigo 22. E, o mais importante, é que a Comunicação cumpre rigorosamente seus trabalhos, procurando sem-



Equipe da Assessoria de Imprensa e Comunicação durante entrevista para a TV Justiça.

pre avançar no que há de novo na área de Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Poder Judiciário.

Nesse último biênio, podemos destacar as seguintes atividades desenvolvidas pela Comunicação, tanto no Tribunal de Justiça como em todo Poder Judiciário:

- Assessorou o desembargador presidente do Tribunal de Justiça e demais desembargadores nos assuntos relativos à imprensa;
- Orientou desembargadores e juízes, sempre que solicitada, nos trabalhos da Comunicação e relacionamento com a imprensa, especialmente em casos de repercussão política e social;
- Acompanhou o desembargador presidente em atos, solenidades, inaugurações e atividades merecedoras de divulgação interna ou externa;
- Participou de todas as sessões de julgamento, com a finalidade de acompanhar as decisões e julgamentos que sejam de repercussão e de interesse da coletividade;
- Produziu releases e textos jornalísticos para divulgação para a imprensa local e nacional sobre decisões, atos e boas práticas desenvolvidas pelo Poder Judiciário;
- Manteve atualizado os endereços eletrônicos da imprensa, para garantir a efetividade nas divulgações;
- Atendeu aos jornalistas da imprensa local e nacional sobre as demandas solicitadas, pesquisou as respostas, e as encaminhou para o órgão de imprensa que nos solicitou;

- Atuou na divulgação de notícias sobre o Poder Judiciário a serem disponibilizadas no Portal do Tribunal de Justiça;
- A Comunicação é o setor responsável por alimentar o site do Tribunal de Justiça em parceria com a Secretaria da Tecnologia da Informação (STI);



- A Assessoria de Comunicação é responsável pela inserção de informações tanto na Internet como na Intranet;
- Atuou no envio de notícias sobre o Poder Judiciário Estadual para o Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Atuou na produção e edição do jornal on line, externo e interno, bem como na inserção do material na internet e intranet;
- Editou os seguintes Jornais e Boletins: Jornal “Última Hora”, com circulação interna diária com informações destinadas aos magistrados e servidores, sendo que toda sexta-feira as notícias veiculadas durante a semana são enviadas pelo “Informe Última



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, 29 de outubro de 2015



TJES libera advogados do uso de paletó durante o verão

A pedido da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo (OAB-ES), o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) liberou os advogados da obrigatoriedade do uso do paletó, até o fim do verão (21/03/2016), para despachar e transitar nas dependências dos Fóruns de todo o Estado, no âmbito de competência do Poder Judiciário. A medida vale a partir de 1º de dezembro. [Leia mais](#)

O Informe TJES, com matérias institucionais, sociais e sobre decisões, é enviado diariamente para o e-mail dos principais veículos de comunicação.



Hora”; “Boletim da Emes”, de circulação interna, com notícias de eventos e cursos promovidos pela Emes; “Informe TJES”, circulação externa, que é um informe enviado diariamente para toda a imprensa, estadual e nacional, com as matérias postadas na Internet;



- Atuou na produção do Clipping impresso e on line sobre o Poder Judiciário, inserindo-o na intranet;
- Atuou na produção de fotos e gerenciou o arquivo de imagens do Poder Judiciário;
- Atuou na produção e edição de reportagens para a TV Justiça, a televisão do Supremo Tribunal Federal, com inserções praticamente diárias no Jornal da Justiça, em Brasília;



A equipe da Comunicação recebeu turma de residentes em jornalismo da Rede Gazeta

- Atuou na produção e edição de vídeos institucionais sobre o Poder Judiciário Estadual;
- Atuou na organização de filmagens relativas às solenidades e/ou atividades no âmbito do TJES;
- Atuou na produção de matérias para a Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal;
- Atuou na criação de campanhas institucionais internas e externas;

A Assessoria de Imprensa produz uma média de 70 “releases” por mês

- Atuou nas redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube. A Comunicação é a responsável por alimentar e gerenciar todas as páginas do Poder Judiciário Estadual nessas redes sociais.
- Em outubro de 2015, recebeu uma turma de residentes em jornalismo da Rede Gazeta. O grupo conheceu o funcionamento do Poder Judiciário Estadual. A apresentação foi conduzida pela assessora de imprensa do TJES, Andréa Resende, e pelos juízes Ezequiel Turíbio, presidente da Associação dos Magistrados (Amages), e Sérgio Ricardo de Souza.

Atividades realizadas no Exercício 2014/2015

Assessoria de Imprensa

- Além de realizar todas as atividades relatadas anteriormente, destacamos que durante o biênio 2014/2015 a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social contabilizou os seguintes resultados em suas atividades:

- Demandas da Imprensa: os jornalistas que atuam na Comunicação atenderam mais de 2.600 demandas da imprensa, local e nacional, registros desde janeiro de 2014 até meados de dezembro de 2015. A Assessoria atende uma média de 108 demandas da imprensa por mês.
- Produção de Releases: durante esse mesmo período, a Comunicação Social divulgou para a imprensa, ou seja, postou na página da Internet e enviou via Informe TJES, 1.670 releases, que são os textos produzidos com as notícias de interesse do Poder Judiciário.
- Os releases versam sobre decisões judiciais de juízes e desembargadores, ações e projetos institucionais desenvolvidos pelo Poder Judiciário Estadual, entre outros assuntos que sejam de interesse da administração.
- Os releases também são enviados para a Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde nossos textos, com reportagens institucionais, são publicados regularmente com destaque.

TV Justiça

- Em 2014, foi retomada a parceria com a TV Justiça, do STF, com o envio de reportagens para o Jornal da Justiça e a preparação de reportagens especiais para os diversos programas da rede;
- Ao todo, durante o biênio, foram produzidos mais de 400 vídeos pela TV Justiça/ES, entre reportagens, vídeos institucionais, programas especiais publicados na Internet (YouTube), posses, registros de cursos e palestras etc.;
- No final de 2014 também teve início o Programa Desembargadores do Espírito Santo, que traça o perfil e mostra a biografia dos magistrados;



Cobertura feita pela equipe da Assessoria de Imprensa e Comunicação do TJES e exibida pela TV Justiça do STF.

- Podemos registrar em nosso relatório que 95% da produção da TV Justiça/TJES é veiculada na TV Justiça do STF, em Brasília, que é o nosso principal foco de trabalho, cujo empenho da equipe do TJES é reconhecido pela equipe de comunicação do Supremo Tribunal Federal;

Comunicação Interna

- A página interna do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Intranet) ganhou vida com um módulo de notícias, com informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades judiciárias, secretarias, coordenadorias e assessorias do Tribunal de Justiça.
- Além das decisões que impactam no dia-a-dia dos integrantes do órgão, as notícias da Intranet facilitam a comunicação interna no âmbito do Judiciário capixaba.



- Todos os informes, referentes ao Judiciário e à carreira, que são imprescindíveis para magistrados, servidores e estagiários, são enviados por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado “Última Hora”.
- Também no biênio, foi reativado o Boletim da Emes, informativo enviado para o e-mail dos servidores e magistrados que permite o acompanhamento dos principais cursos e eventos realizados pela Escola da Magistratura do Espírito Santo.

Campanhas

- Ações de incentivo ao uso do Novell Messenger foram realizadas pelos canais de comunicação do TJES. O mecanismo de mensagens instantâneas é capaz de agilizar a comunicação entre as unidades judiciárias.
- Foi desenvolvida pela Comunicação a campanha “Pra que fazer duas vezes?”, que foi uma solicitação da Corregedoria Geral da

Justiça, com o objetivo de estimular o uso dos atos judiciais dinâmicos entre os magistrados do Poder Judiciário estadual e, dessa forma, agilizar os processos.

- Também foram produções da Assessoria de Comunicação campanhas internas como: “Economizar tem jeito sim”, “Metas do CNJ”, “Tribunal mais responsável”, “Vamos conversar sobre adoção”, “Recadastramento de Servidores 2014 e 2015”, “Sou Doador”, entre outras.



Publicidade/Editoração

- A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social possui profissionais extremamente capacitados para criar campanhas, identidade visual, projetos gráficos, como cartilhas, relatórios, convites, entre outros;
- É de responsabilidade da Assessoria de Comunicação a criação e desenvolvimento gráfico da identidade visual de todas as publicações e eventos organizados e realizados pelo Poder Judiciário Estadual;



- Podemos destacar como produtos desenvolvidos na Assessoria: Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo, Seminário Violência Doméstica, Adoção Amar Cuidar, Formação em valores Humanos, Curso de formação Inicial para Magistrados, Seminário Justiça de Transição, Seminário Administração Judiciária, Abraço Forte, Diversidade Étnica na Justiça, Cantata de Natal 2014, Solemnidade de Convênio e Lançamento da cartilha Conhecendo a Lei Maria da Penha, Cartilha Virtual “Você sabe o que é Pirataria?”, I Jornada Científica do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Estado, criação da identidade visual para o Planejamento Estratégico do TJES, entre muitos outros;
- Elaboração dos projetos gráficos e editoração das Cartilhas Conhecendo a Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Catálogo de Telefones do TJES e das Comarcas, de Livreto da Central de Apoio Multidisciplinar e da Revista Ementário de Jurisprudência, com edição trimestral.



Redes Sociais

- Em janeiro de 2014, houve o início das atividades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES) nas redes sociais – Facebook, Twitter e Instagram. O Facebook e Twitter possuem uma linha editorial específica, com postagens diárias e esquematizadas.
- A Assessoria de Comunicação produz séries fixas para Facebook e Twitter, além de postagens independentes com conteúdo informativo, quatro postagens diárias de matérias do site do TJES e cobertura de eventos. Totalizando uma média de cinco postagens por dia.
- O Instagram é usado para informar sobre campanhas e projetos do TJES, além da cobertura de eventos no Palácio da Justiça.



- Para o Facebook, a Comunicação do TJES desenvolveu os seguintes produtos: ES em fotos, Jurispédia, Justiça Comunitária, Maria da Penha, Na hora do expediente, Servidor Indica, STF, TJES Cultural, Varal Jurídico, Visita Monitorada, Você viu e “Se Liga na Justiça”, que é uma produção feita em parceria com a TV Justiça. O programa é publicado semanalmente com a intenção de orientar o cidadão sobre assuntos que envolvam a Justiça. A cada semana um magistrado é entrevistado para esclarecer dúvidas sobre os temas escolhidos.
- O Facebook do TJES, em menos de dois anos no ar, já possui 5.114 seguidores e recebeu esse mesmo número de curtidas.

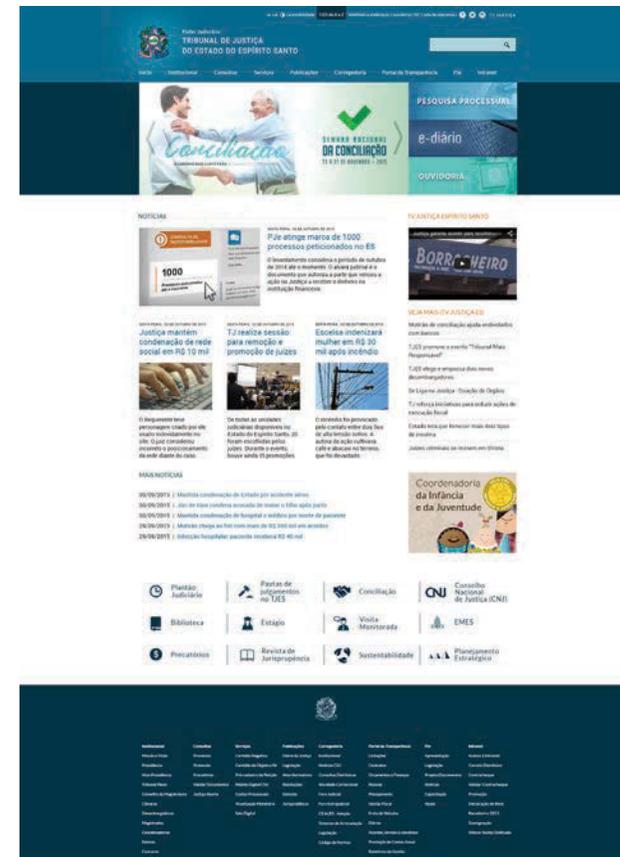


Novo sítio do TJES

Para melhorar o canal de comunicação entre o Judiciário Estadual e os jurisdicionados, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo investiu na reformulação de seu sítio institucional. O fluxo de informações dispo-

níveis na página foi estudado com os mais diversos setores e os links foram agrupados a fim de facilitar a navegação pelos usuários.

Os canais de busca e de acesso ao conteúdo foram ampliados. Todos os links do menu principal poderão ser facilmente visualizados no rodapé da página. E, ainda, os assuntos estarão disponíveis em ordem alfabética no novo serviço TJES de A a Z. Tudo isso organizado em um novo layout, capaz de facilitar a leitura e o trânsito entre as informações. O projeto foi desenvolvido pela Assessoria de Imprensa e Comunicação Social e pela Secretaria de Tecnologia da Informação.



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A confecção das propostas orçamentárias anuais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, sob coordenação da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, novamente reuniu as duas unidades do Poder Judiciário: Tribunal de Justiça e Fundo Especial. A unidade Tribunal de Justiça dependente dos repasses duodecimais do Poder Executivo e a unidade Fundo Especial diretamente vinculada à arrecadação direta do Judiciário.

A composição das propostas de cada unidade refletiram as metas, intenções e projetos apresentados pelas unidades administrativas do Tribunal de Justiça para atendimento das demandas e necessidades de todo o Poder Judiciário.

Novamente abriu-se espaço via internet para participação de magistrados, servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, visando à captação de demandas ainda não apresentadas pelas unidades internas.

Baseadas na realidade de arrecadação do Fundo Especial e no valor indicativo de teto orçamentário repassado pelo Governo do Estado para a fonte tesouro, as propostas para os exercícios assim se apresentaram:

Ano 2014

ORÇAMENTO ORIGINÁRIO	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 882.152.634,00
Fundo Especial	R\$ 127.381.944,00

SUPLEMENTAÇÕES NO DECORRER DO EXERCÍCIO	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 67.702.000,00
Fundo Especial	R\$ 60.454.508,00

ORÇAMENTO FINAL (ATUALIZADO)	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 949.854.634,00
Fundo Especial	R\$ 187.836.452,00

As suplementações à unidade Fundo Especial se realizaram exclusivamente via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade, visando resgatar montantes inicialmente cortados da proposta quando do fechamento do equilíbrio anual entre receitas e despesas, mas apontados como essenciais à realização dos projetos do ano pelas unidades administrativas.

As suplementações à unidade Tribunal de Justiça, por sua vez, também se realizaram via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade (R\$ 34.702.000,00), mas estas foram complementadas por concessões diretas do Poder Executivo (R\$ 33.000.000,00).

Ano 2015

ORÇAMENTO ORIGINÁRIO	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 976.719.445,00
Fundo Especial	R\$ 139.162.233,00

SUPLEMENTAÇÕES NO DECORRER DO EXERCÍCIO (até Outubro)	VALOR
Fundo Especial	R\$ 32.000.000,00

ORÇAMENTO FINAL} (ATUALIZADO)	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 976.719.445,00
Fundo Especial	R\$ 171.162.233,00

As suplementações à unidade Fundo Especial, assim como em 2014, realizaram-se exclusivamente via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade, também visando resgatar montantes inicialmente cortados da proposta, além de subsidiar novas despesas transferidas à unidade em face da insuficiência de recursos da fonte tesouro para cobrir com todas as obrigações antes concentradas na unidade Tribunal de Justiça.

Esta, a unidade Tribunal de Justiça, também sofreu alterações em seu orçamento inicial, mas apenas entre as ações da unidade, sem qualquer acréscimo/decréscimo ao total inicialmente autorizado.

Execução Orçamentária 2014

Unidade Tribunal de Justiça (Fonte Tesouro)

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL	VALOR LIQUIDADO	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 801.325.654,00	R\$ 686.208.522,05	85,63%

Outras Despesas de Custeio	R\$ 148.528.980,00	R\$ 138.593.875,64	93,31%
TOTAL	R\$ 949.854.634,00	R\$ 824.802.397,69	86,83%

Importante ressaltar, entretanto, que do orçamento final 39 milhões e 50 mil reais se referiram à contribuição previdenciária complementar. Tal contribuição é de movimento não orçamentário (liquidação extra orçamento). Se consideramos tal valor no movimento de liquidação no comparativo acima (categoria pessoal), a execução total do orçamento evoluiria para 90,95% (noventa vírgula noventa e cinco por cento), sendo 90,51% (noventa vírgula cinquenta e um por cento) na categoria de pessoal e encargos sociais.

O resto da contribuição previdenciária complementar, correspondente a 57 milhões e 50 mil reais, foi subsidiada por recursos financeiros advindos de superávit de exercícios anteriores, sem vinculação ao duodécimo do ano de 2014, não havendo, assim, qualquer relação com o orçamento anual.

Unidade Fundo Especial (Fonte Própria)

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL	VALOR LIQUIDADO	%
Outras Despesas de Custeio	R\$ 135.522.315,00	R\$ 69.283.143,64	51,12%
Despesas de Capital	R\$ 52.314.137,00	R\$ 5.127.670,93	9,80%
TOTAL	R\$ 187.836.452,00	R\$ 74.410.814,57	39,61%

Para além das liquidações, restaram inscritas em obrigações a pagar não processadas (restos a pagar não liquidados), mais de 36 milhões e

439 mil reais, sendo 19 milhões e 763 mil reais em empenhos de custeio e 16 milhões e 763 mil reais em empenhos de capital.

Considerados tais valores, a execução total da unidade Fundo Especial registraria 59,01% (cinquenta e nove vírgula zero um por cento), sendo 65,64% nas despesas de custeio e 41,85% nas despesas de capital.

Execução Orçamentária 2015

Unidade Tribunal de Justiça (Fonte Tesouro)

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO FINAL	VALOR LIQUIDADO ATÉ OUTUBRO	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 864.561.066,00	R\$ 671.595.011,40	77,68%
Outras Despesas de Custeio	R\$ 112.158.379,00	R\$ 92.862.324,45	82,80%
TOTAL	R\$ 976.719.445,00	R\$ 764.457.335,85	78,27%

Com a execução dos meses de novembro e dezembro, a estimativa é que a execução da unidade Tribunal de Justiça aproxime-se do percentual de 100% do orçamento.

Unidade Fundo Especial (Fonte Própria)

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO FINAL	VALOR LIQUIDADO ATÉ OUTUBRO	%
Outras Despesas de Custeio	R\$ 150.135.920,00	R\$ 81.040.662,84	53,98%

Despesas de Capital	R\$ 21.026.313,00	R\$ 3.891.511,18	18,51%
TOTAL	R\$ 171.162.233,00	R\$ 84.932.174,02	49,62%

Considerados os valores empenhados até o mês de outubro, a execução total do Fundo Especial crescerá para 78,23% (setenta e oito vírgula vinte e três por cento) do orçamento, sendo 83,52% (oitenta e três vírgula cinquenta e dois por cento) nas rubricas de custeio e 40,46% (quarenta vírgula quarenta e seis por cento) nas rubricas de capital.

Até a finalização do exercício a despesa liquidada deve se aproximar mais do valor empenhado, restando ainda despesas não processadas a serem registradas como obrigações a pagar no exercício vindouro.

Plano Plurianual de Aplicações

O exercício de 2015 encerrou o ciclo do Plano Plurianual de Aplicações 2012/2015, planejamento de médio prazo que apresenta as metas financeiras e físicas para 4 (quatro) anos. Sendo assim, preparou-se, em 2015, a nova proposta de Plano Plurianual, agora para vigorar para o período de 2016 a 2019.

Os resultados do PPA 2012/2015 serão consolidados no início do exercício de 2016.

Planejamento Estratégico

No biênio 2014/2015 a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica coordenou os trabalhos de revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PE), alinhando-o à estratégia judiciária 2020, conforme Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Os subsídios para a confecção do novo Planejamento Estratégico foram encontrados por meio de oficinas de trabalho (workshops), das quais participaram magistrados e servidores, via grupos e núcleos formalmente indicados pela presidência do Tribunal ou via comitê de planejamento, ficando concedido a todos, inclusive cidadãos em geral, o acesso direto ao sistema informatizado de construção do PE. Ao todo, foram realizados 13 Workshops de Planejamento Estratégico.



Durante a elaboração do Planejamento Estratégico, magistrados e servidores participaram de 13 workshops.

A capacitação de magistrados e servidores para a execução das atividades de revisão e alinhamento do PE foi realizada com base em cenários prospectivos do método Grumbach, conforme contrato formalizado com empresa especializada. Assegurou-se, por meio da referida contratação, a transferência de conhecimento a magistrados e servidores e a autonomia ao Tribunal de Justiça.

Após dez meses de atividades, o Poder Judiciário Capixaba concluiu a elaboração e o realinhamento de seu novo Planejamento Estratégico



O Planejamento Estratégico foi apreciado pelos desembargadores do Tribunal de Justiça.

para o período 2015-2020, sendo este devidamente aprovado por decisão do Egrégio Tribunal Pleno em sessão realizada em 26 de março de 2015, dando origem à Resolução nº 10/2015.

Com o novo Planejamento, o Poder Judiciário Capixaba explicita quais objetivos estratégicos buscará alcançar entre 2015 e 2020. Dessa forma, magistrados e servidores passam a contar com uma sinalização clara das iniciativas que deverão ser priorizadas nesse período e de que maneira cada um poderá colaborar para que a estratégia seja executada com êxito.

A estratégia traçada será monitorada por meio de um conjunto de indicadores de resultado, que deverão identificar se os projetos, programas e ações do Poder Judiciário Capixaba estão de fato contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos. Sendo o

Planejamento Estratégico um instrumento de gestão dinâmico, as informações colhidas por esse indicadores serão importantes subsídios para correções no decorrer da execução ou até mesmo para novos realinhamentos da estratégia.

Por meio de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's), a execução do Planejamento Estratégico será apresentada para magistrados, servidores e sociedade em geral.

No exercício de 2015 (em 04 de agosto), formalizou-se a primeira RAE, com participação e apresentação dos projetos de responsabilidade das unidades administrativas e judiciais e seus respectivos indicadores. Nesta primeira RAE, foram oito as unidades representadas, com apresentação de 22 projetos e três indicadores.

Todas as informações referentes ao PE estão devidamente divulgadas no site do Poder Judiciário, Portal da Transparência, página do Planejamento Estratégico, sendo tal página um projeto efetivamente realizado pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, estando a mesma em operação e disponível para magistrados, servidores, operadores do direito e sociedade em geral.

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo – Emes está inserida no contexto das escolas judiciais brasileiras, que compõem a Rede Nacional de Escolas do Poder Judiciário. Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais atingem uma importância estratégica dentro dos tribunais, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma justiça mais célere, efetiva e cidadã.

A Emes foi criada pela Resolução nº 04/85 de 20 de junho de 1985 (DJ de 22/06/85) e ratificada pela Resolução nº 276/86.



A Escola da Magistratura do Espírito Santo, que funciona na Corregedoria Geral da Justiça, tem como diretor o desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages). Contudo, no momento, a Escola é subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, conforme a Lei nº 566/10, que dispõe sobre a Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa deste Tribunal, sendo responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento de magistrados e servidores para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Esta escola está localizada no 1º andar do Prédio da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo, situada na Avenida João Baptista Parra, nº 320, Enseada do Suá, Vitória – ES.

A Emes atua prioritariamente em duas frentes. Oferece cursos de formação e aperfeiçoamento para os magistrados estaduais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como oferta cursos para os servidores do Poder Judiciário do Estado



Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo participam, no TJES, de atividade de formação e aperfeiçoamento oferecida pela EMES.

do Espírito Santo, seguindo, para tanto, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e especificamente pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), órgão este também vinculado ao CNJ.

A Emes vem atuando de forma incisiva na promoção de eventos e cursos de formação e aperfeiçoamento, direcionados tanto aos servidores quanto aos magistrados do Poder Judiciário Estadual. Esses eventos e cursos são planejados levando-se em consideração sempre a realidade dos profissionais e a especificidade da sua atuação. Assim, esta escola cumpre as suas atribuições em conformidade com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 45/2004, no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, ofertando, além disto, como já destacado, também cursos para os servidores do Poder Judiciário Estadual.

Assim sendo, em toda a sua atuação, a Emes sempre é pautada pela busca constante da excelência, visando ao desenvolvimento pleno e ao aperfeiçoamento contínuo e progressivo dos magistrados e servidores, no intuito de formar um quadro de profissionais amplamente qualificados. Na certeza de que as pessoas são o maior patrimônio do Poder Judiciário e de que as mesmas precisam ser constantemente aperfeiçoadas e aprimoradas, a Emes se propõe a trabalhar sempre de forma entusiástica pela disseminação dos saberes e conhecimentos próprios da Justiça Estadual e a buscar constantemente o fortalecimento da atuação dos servidores, magistrados e conseqüentemente de toda a Justiça.

Linhas de Atuação da Emes

- Cursos para magistrados: desenvolve os Cursos de Formação Inicial, de Formação Continuada e de Vitaliciamento para Magistrados, todos em conformidade com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 45/2004 e na Resolução nº 03/2013, da Enfam;
- Cursos para servidores: desenvolve os Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada direcionados aos servidores do Poder Judiciário, todos em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 192/2014, do CNJ;
- Eventos: desenvolve eventos diversos (seminários, fóruns, colóquios, mesas-redondas, debates, etc) que podem ser direcionados exclusivamente aos magistrados ou aos servidores ou que podem vir a integrar os dois públicos, a depender dos objetivos do evento realizado.

Resultados Obtidos em 2014 e 2015

Cursos para Servidores

Especificação do curso	Quantidade realizada (2014/2015)	Número de Participantes em 2014	Número de Participantes em 2015
Curso de Formação Inicial para Servidores	3	210	14
Curso de Formação Continuada para Servidores	249	2631	2626

Cursos para Magistrados

Especificação do curso	Quantidade realizada (2014/2015)	Número de Participantes em 2014	Número de Participantes em 2015
Curso de Formação Inicial para Magistrados	2	50	10
Curso de Formação Continuada para Magistrados	13	166	107
Curso de Vitaliciamento para Magistrados	1	0	59

Eventos

Quantidade de eventos realizados (2014/2015)	Número de Participantes em 2014	Número de Participantes em 2015
14	959	367

Atividades de Destaque Desenvolvidas pela EMES no Biênio 2014/2015

Em 2014 e 2015, a EMES desenvolveu diversas atividades de relevância, que, indubitavelmente, contribuíram muito para a ampliação da compreensão de temas dos mais diversos, de interesse direto do Poder Judiciário, de seus magistrados e servidores. Dentre estas, destacamos algumas:

- **Colóquio Brasil-Alemanha: Perspectivas Humanitárias do Direito Penal:** Tal evento teve por finalidade discutir o Direito Penal a partir de uma perspectiva humanitária. Contou com a presença dos ilustres palestrantes da Alemanha, Sr. Martin Heger e Sra. Anneke Petzsche. Foi realizado no dia 18 de março de 2014.
- **Colóquio Administração Judiciária – 10 anos da Reforma do Judiciário** – Este colóquio teve por finalidade debater os principais avanços obtidos com a Reforma do Judiciário realizada em 2004. Contou com palestras dos Ministros Néfi Cordeiro e João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, além da contribuição de outras personalidades do Direito, tais como o Conselheiro Rubens Curado Silveira, do CNJ, e Luciano Felício Fuck, do STF, dentre outros. Foi realizado no dia 19 de setembro de 2014.
- **Seminário O Novo Código do Processo Civil:** Objetivou discutir as principais mudanças que serão verificadas a partir da implementação do Novo Código de Processo Civil. Foi realizado nos

dias 18 e 19 de novembro de 2014, com a presença de profissionais de ponta do Direito Processual Civil.

- **Curso de Capacitação em Audiência de Custódia:** Este curso foi realizado através de parceria entre a EMES e a Coordenação do Projeto Audiência de Custódia no Estado, representada pela magistrada Gisele Souza de Oliveira. Tal curso foi realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2015 e contou com a presença de palestrantes de renome, tais como o Dr. Alexandre Morais da Rosa, Juiz de Direito do TJSC, e Sérgio Salomão Shecaira, professor da USP, entre outros.
- **Palestras de Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ):** Em 2015, a EMES contou com a presença dos Ministros Sérgio Luiz Kukina, Rogério Schietti Machado Cruz e Luiz Alberto Gurgel de Faria, do STJ, que ministraram palestra no Curso de Formação Continuada de Magistrados.



Nos dias 27 e 28 de abril de 2015, a EMES realizou o Curso de Capacitação em Audiência de Custódia, que contou com a presença de palestrantes de renome.

ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

De acordo com a Resolução nº 75/2011 – TJES, que dispõe sobre as atribuições das unidades administrativas do Tribunal de Justiça, a ASI é responsável por:

- Realizar a segurança das instalações das unidades do Poder Judiciário, através de Sistema de Central de Monitoramento por Alarmes;
- Controlar o sistema de controle de acesso de pessoas em todos os prédios do Poder Judiciário, através do registro de entrada e saída;
- Controlar as portarias dos prédios do Poder Judiciário;
- Controlar o uso de crachá pessoal de identificação de servidores, prestadores de serviço, advogados, policiais, partes e visitantes;
- Controlar o porte de bagagens que possam criar suspeição sobre seu conteúdo, tais como malas, bolsas de viagens ou sacolas de grande volume;



Cabe à Assessoria de Segurança controlar as portarias e o acesso de pessoas em todos os prédios do Poder Judiciário, mantendo a segurança nas unidades.

- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas que venham praticar comércio e/ou propaganda em qualquer de suas formas ou angariar donativos e congêneres;
- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas que venham prestar serviços autônomos que não estejam vinculados a contrato ou convênio firmado pelo Tribunal de Justiça;
- Proibir a entrada, nos prédio do Poder Judiciário, de pessoas portando armas de qualquer natureza ou quaisquer outros materiais capazes de causar danos às instalações, aos servidores e às informações, tais como munições: explosivos, solventes, combustíveis, salvo nos casos permitidos em Lei ou Ato Normativo deste Tribunal;
- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas portando capacetes e roupas de motociclistas;
- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas que apresentem indícios de embriaguez ou de estar sob o efeito de substância entorpecente;
- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas que não estejam trajadas adequadamente, segundo regulamentação própria deste Tribunal;
- Proibir a entrada, nos prédios do Poder Judiciário, de pessoas portando ou acompanhadas de animais, exceto de cão-guia em auxílio a pessoas com deficiência física ou sensorial;
- Controlar os estacionamentos dos prédios do Poder Judiciário;
- Controlar o acesso à garagem do TJES;

- Controlar e realizar manutenção do sistema de comunicação do Poder Judiciário;
- Elaborar termo de referência visando a aquisição de equipamentos de segurança para magistrados e servidores, quando determinado pela Presidência ou pela Secretaria Geral;
- Auxiliar a Assessoria Militar no desenvolvimento de suas atribuições;
- Acompanhar procedimentos policiais relativos a assuntos de interesse do Poder Judiciário;
- Realizar levantamentos, em conjunto com a Assessoria Militar e Diretoria de Inteligência da PMES, de ameaças a magistrados e desembargadores;
- Gerir os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça na área de segurança;
- Elaborar Termo de Referência/Projeto Básico relativo a serviço prestado pela Assessoria de Segurança Institucional;
- Apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas;
- Controlar a frequência e organizar a escala de férias, plantão, substituição, etc dos servidores da Assessoria;
- Desenvolver demais atividades correlatas.

E, conforme formulário I – NP 01 TJES (Relação de Bens e Serviços Identificados por Secretaria/Assessoria), tornou-se competente pela elaboração de Termo de Referência, acompanhamento e gestão dos serviços de: Vigilância Patrimonial, Portaria, Segurança para Audi-

ências, Locação/Aquisição de Equipamentos de Segurança Eletrônica (Circuito Fechado de Televisão, Controle de Acesso, Detecção de Metais, Cerca Elétrica, Sistema de Alarmes, Raio X), Varredura (busca por grampos telefônicos e escutas ilegais), Segurança para o Sistema de Comunicação.

Ações

No biênio 2014/2015, houve a adoção de uma série de providências para minimizar a vulnerabilidade da segurança dos prédios forenses, dentre elas:

- Distribuição de detectores de metais portáteis, radiocomunicadores e equipamentos de sinalização;
- Levantamento da realidade de cada Unidade Forense com relação ao armazenamento de armas, e, após mapeamento das criticidades, realizou-se o recolhimento de mais de 5 mil armas. Na ocasião, constatou-se que, em algumas unidades, não havia recolhimento há aproximadamente cinco anos;
- Aquisição de armários e caixa de desmuniamento de armas, para cautela quando da entrada de pessoas portando arma de fogo nos edifícios forenses, atendendo ao disposto na Resolução 176/2013 do CNJ;
- Ampliação dos postos de vigilância armada em período noturno, finais de semana e plantão judiciário;
- Aquisição de coletes balísticos para magistrados em situação de risco, conforme Resolução 176/2013 do CNJ;
- Aquisição de impressoras para confecção de crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários;

- Aquisição de “Mini sistemas” de CFTV para gabinetes de desembargadores;
- Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de inteligência – Monitoramento Eletrônico – na espécie de varredura eletrônica;
- Aquisição de veículo camionete para proporcionar suporte necessário às operações realizadas pela Assessoria de Segurança;
- Substituição das empresas que prestavam o serviço de vigilância armada e Portaria com reformulação das obrigações contratuais, a fim de melhorar os serviços;
- Aquisição de ferramentas e equipamentos para manutenção de sistema de alarmes;
- Aquisição de Sistema de Monitoramento Eletrônico por Câmeras para atender a 21 Unidades Judiciárias – Contrato 027/2015 (encontra-se na fase de aprovação dos projetos para dar início à instalação).

Outro tema que merece destaque é a gestão eficaz dos contratos de mão de obra de vigilância e portaria. Tais serviços atingem a alocação de aproximadamente 500 (quinhentos) colaboradores. A gestão destes contratos exige dedicação quase que exclusiva, não só pela conferência de dezenas de documentos e cálculos a cada ateste de nota fiscal, mas também, em razão dos eventos cotidianos que envolvem a administração destas espécies de mão de obra terceirizada.

Nestas contratações de terceirização de mão de obra, é possível dizer que vem ocorrendo uma mudança de paradigma, na medida em que os Termos de Referência estão sendo elaborados em consonância com a IN 02/2008 do MPOG e planilhas de custos disponibilizadas pela

SEGER-ES e/ou MPOG. A alíquota de ISS de cada município em que o serviço é prestado tem sido observada e respeitada.

Em resumo: no decorrer do biênio 2014/2015, conseguimos atuar preventivamente e efetuar o recolhimento de armas em todo o Estado, contribuindo para minimizar os riscos de furto dos referidos objetos de modo a não permitir que as armas apreendidas ficassem alojadas em locais inapropriados e/ou de fácil acesso, tampouco permanecessem por período desnecessário no interior dos prédios forenses. Há um ano e meio não se tem notícia de furtos nas unidades judiciárias.

A partir da concretização dos projetos que tinham por finalidade a aquisição de equipamentos, está sendo possível atender as demandas de segurança com maior agilidade e eficiência, sendo que aproximadamente 50% das unidades judiciárias, inclusive a sede do Tribunal, terá reestabelecido o Sistema de Monitoramento por Câmeras. A confecção dos crachás será realizada pelo próprio Tribunal, gerando segurança da informação e rapidez no procedimento.

Os contratos de terceirização de mão de obra de vigilância armada e portaria foram todos aperfeiçoados do Termo de Referência à gestão/fiscalização.

Por fim, a Assessoria de Segurança continuará empenhada em envidar esforços para concretizar os projetos em andamento, e iniciar tantos quanto forem necessários para cumprir sua missão institucional, tendo, ainda, a expectativa neste biênio de adquirir portais detectores de metal para aproximadamente 30 unidades judiciárias, além de controle de acesso para a região metropolitana.

NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE ESTATÍSTICA

É responsabilidade do Núcleo de Processamento de Estatística as seguintes atividades:

- Realizar o levantamento de dados estatísticos necessários ao acervo orientador das decisões políticas do Poder Judiciário;
- Atualizar periodicamente o sistema de estatísticas do Poder Judiciário - instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - e manter regularmente atualizado o envio de dados requeridos pelo CNJ, a fim de instruir ações de política judiciária nacional;
- Elaborar e divulgar Boletim Estatístico;
- Fazer atendimento ao público, interno e externo, no que diz respeito à solicitações de informações estatísticas;
- Elaborar e manter indicadores estatísticos;
- Fazer a demonstração analítica da evolução dos dados estatísticos;
- Elaborar tabelas e gráficos demonstrativos para orientação das conclusões ou tomadas de decisões;
- Realizar o cálculo anual da taxa de desempenho relativo a processos julgados do ano anterior e, em seguida, projeção para o período dos 04 (quatro) anos seguintes;
- Elaborar mensalmente o relatório comparativo entre a meta prevista e realizada dos julgados;
- Desenvolver demais atividades correlatas.

Durante o biênio 2014/2015 o setor desempenhou as seguintes atividades:

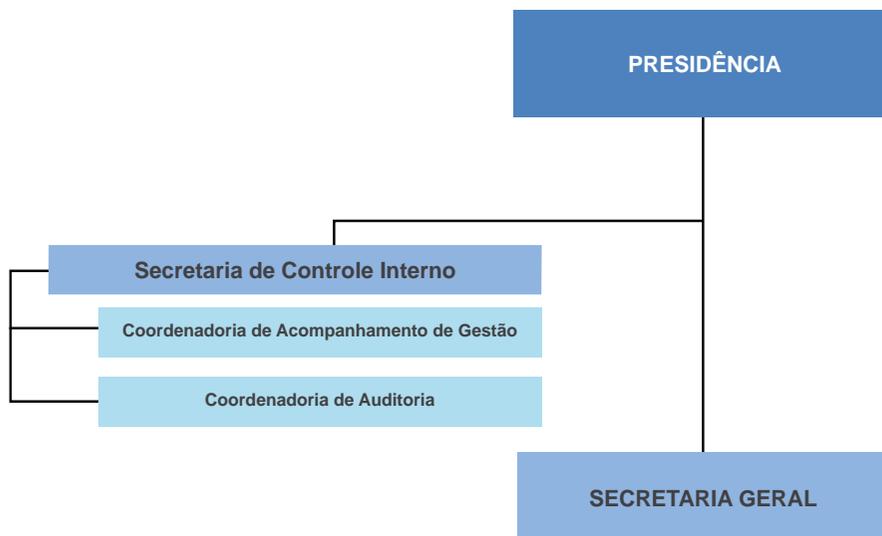
- Criação do Painel de Gestão;
- Implementação no sistema B.I. de melhorias;
- Campanha de Metas do CNJ - Ano 2015
- Melhoria no Painel de Gestão - Consulta da lista de processos de metas pendentes de julgamento;
- Padronização dos critérios do Justiça Aberta - CNJ;
- Participação dos servidores do Núcleo em diversas comissões (Sistema B.I., Planejamento Estratégico, Metas Nacionais, Justiça Aberta, entre outras);
- Melhoria dos relatórios das Metas Enasp;
- Atendimento de demandas da presidência, de outros setores e órgãos externos e da comunidade;
- Elaboração de processo de compra do software estatístico SPSS.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Caracterização da Unidade

Em obediência aos ditames legais e em cumprimento ao estabelecido pela Resolução nº 86/2009 do Conselho Nacional de Justiça, este egrégio Tribunal de Justiça instituiu, em dezembro de 2009, o Núcleo de Controle Interno, por meio da Resolução TJES nº 47/2009, mais tarde denominada Secretaria de Controle Interno, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – em 31 de dezembro de 2011.

Organograma da Secretaria de Controle Interno



A Secretaria de Controle Interno é unidade administrativa diretamente subordinada à Presidência deste egrégio Tribunal de Justiça e conta, para cumprimento de suas atribuições, com duas Coordenadorias: Coordena-

doria de Acompanhamento e Gestão e Coordenadoria de Auditoria.

As atribuições da Secretaria de Controle Interno e de suas Coordenadorias foram estabelecidas no Capítulo XII, arts. 36 a 41 da Resolução TJES nº 75/2011, de 17 de fevereiro de 2011.

Principais atividades desenvolvidas na Gestão 2014/2015

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Secretaria de Controle Interno por meio da Resolução TJES nº 075/2011, o presente Relatório tem por objetivo expor as atividades executadas no biênio 2014/2015.

Em cumprimento ao previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controle, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno e suas Coordenadorias, no curso do biênio 2014/2015, concentraram-se na realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações, cujos objetos foram definidos levando-se em conta os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, legalidade e criticidade.

Como ações de acompanhamento e gestão, salienta-se a atuação preventiva, consubstanciada na análise das normas de procedimentos produzidas pelas diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

Auditoria, inspeção administrativa e fiscalização

Comparativamente aos anos anteriores, nota-se, com relação à atuação do órgão de controle interno, na execução de auditoria, finalizadas e em andamento, incremento substancial.

2012/2013	2014/2015
1) Auditoria em Folha de Pagamento (iniciada em 2011);	1) Ação coordenada de auditoria em Tecnologia da Informação – TJES x CNJ;
2) Auditoria em processos de Tecnologia da Informação;	2) Auditoria no contrato de digitalização do acervo processual físico em trâmite no PJES;
3) Auditoria nos contratos de serviços terceirizados de mão de obra na condução de veículos;	3) Inspeção no projeto básico da obra de drenagem e muro de contenção do Fórum de Guarapari;
4) Auditoria nos contratos de terceirização de mão de obra e locação de equipamento de segurança;	4) Inspeção no projeto básico da obra de reforma geral do prédio do Fórum de Itapemirim;
5) Auditoria, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, nos processos de contratação de obras de construção, no que se refere a custos e preços de orçamentos das mesmas;	5) Inspeção no projeto básico da obra de reforma do banheiro do Salão do Pleno e outros da sede do TJES;
6) Auditoria na Contratação de Estagiários;	6) Inspeção no projeto básico da obra de reforma da calçada do edifício sede do Fórum da Serra;
7) Auditoria nos processos de nomeação de servidor efetivo e comissionado e designação para função gratificada;	7) Inspeção no projeto básico da obra de reforma da nova sala de monitoramento da sede do TJES;
	8) Inspeção no projeto básico da obra de construção da nova subestação da sede do TJES;
	9) Inspeção no processo de aposentadoria voluntária;
	10) Inspeção nos contratos de prestação de serviço de mensageria e limpeza – procedimentos de repactuação e aplicação de penalidades;
	11) Inspeção na Transferência de saldos SMARPD/SIGEFES;
	12) Inspeção na Folha de Pagamento de Pessoal - valores pagos a servidores exonerados;
	13) Inspeção de análise das funções gratificadas a fim de verificar se estão sendo exercidas por servidor efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
	14) Inspeção dos cálculos afetos a dívida com pessoal apurados em 2013, considerando juros, principal e correção;
	15) Fiscalização da obra de reforma dos gabinetes de desembargador do Edifício Sede do Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução TJES nº 023/2014;
	16) Fiscalização da obra de drenagem e muro de contenção do Fórum de Guarapari, nos termos da Resolução TJES nº 023/2014;
	17) Fiscalização da obra de reforma da fachada do Edifício Sede do Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução TJES nº 023/2014;
	18) Fiscalização da obra de reforma geral do Fórum de Boa Esperança, nos termos da Resolução TJES nº 023/2014;
	19) Emissão de parecer de análise do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, para fins de acompanhamento dos limites impostos pela LRF;

- 20) Emissão de parecer conclusivo da Prestação de Contas Anual das unidades gestoras que compõem o Poder Judiciário, com base nos pontos de controle da IN TCE/ES nº 28/2013;
- 21) Auditoria operacional na gestão do Almojarifado;
- 22) Auditoria da gestão do contrato de mensageria em execução no PJES;
- 23) Auditoria na concessão do Auxílio Saúde;
- 24) Auditoria nas contratações diretas e inexigibilidades;
- 25) Auditoria no Portal Transparência do TJES;
- 26) Auditoria no percentual de cargos comissionados ocupados por servidores efetivos, conforme Resolução CNJ 88/2009.

Comparativo de Auditorias/Inspeções Realizadas pela Secretaria de Controle Interno

Como resultado das ações supracitadas, foram apontados, por meio de Relatório de Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização, após análise/avaliação, achados (ou inconsistências), dos quais resultaram recomendações, cuja finalidade principal é a adoção de medidas que visem à eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa do Tribunal de Justiça.

Análise da Prestação de Contas Anual (PCA)

Por força das competências regimentais da Secretaria de Controle Interno, foram executadas ações de análise parcial dos balancetes referentes a 2014 e 2015, de modo a apontar possíveis inconsistências a serem corrigidas em tempo hábil, além de subsidiar a elaboração do parecer da unidade de controle, peça integrante do processo de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, encaminhado à Corte de Contas Estadual, conforme disposições contidas na Resolução TCE/ES nº 227/2011 e no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

Todo o trabalho consistiu na avaliação da gestão, relativamente ao cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual (PPA) e na

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), abrangendo a execução orçamentária, financeira e patrimonial, o atendimento às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, bem como a adequação e legitimidade dos gastos realizados no período referente ao orçamento aprovado.

Análise do Relatório de Gestão Fiscal

Consiste na Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal, produzidos pela unidade competente, durante o exercício de 2014, em cumprimento às exigências da Resolução TCE/ES nº 261/2012, combinada com a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 (LRF).

Implantação do Sistema de Controle Interno

Objetivando regulamentar a Lei Estadual nº 9.938/2012, e definir o Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno, no âmbito administrativo do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, esta unidade de controle encaminhou propostas de regulamentação, aprovadas pelo Tribunal Pleno por meio das Resoluções nº 20 e nº 21/2014.

Em cumprimento ao previsto na Resolução TJES nº 21/2011 e alterações, foram elaboradas neste biênio e publicadas, na intranet do Poder Judiciário, novas normas de procedimentos, quais sejam:

SISTEMA ADMINISTRATIVO	NORMAS DE PROCEDIMENTOS	ÓRGÃO CENTRAL ADMINISTRATIVO
Sistema de Controle Interno	1. Rol de Responsáveis do PJES	Secretaria de Controle Interno
	2. Manual de Auditoria	
	3. Monitoramento de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações	
Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios	4. Determinação do preço estimado	Secretaria de Infraestrutura
	5. Sanções Administrativas	
	6. Elaboração de minuta padrão de edital	

Sistema de Transparência	7. Publicação de Informações referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres no Portal Transparência	Secretaria de Controle Interno
Sistema de Patrimônio e Almoarifado	8. Excrituração, Registro e Seção de Imóveis Utilizados pelo PJES	Secretaria de Infraestrutura
	9. Pagamento de Tributos Relativos a Imóveis Utilizados pelo PJES	
	10. Administração de material de patrimônio	
	11. Administração de material de consumo	
Sistema de Serviços Gerais	12. Gerenciamento dos serviços de limpeza e copeiragem	Secretaria de Infraestrutura
	13. Gerenciamento e controle do uso da frota de veículos oficiais	
	14. Manutenção de veículos oficiais	
	15. Controle de gasto com combustível	
Sistema Financeiro	16. Liquidação e pagamento de despesa	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária
Sistema de Projetos e Obras Públicas	17. Avaliação de imóveis	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.
	18. Inserção de dados / documentos – Sistema Geoobras TCE/ES	
Sistema de Educação	19. Levantamento de necessidades de treinamento de servidores e magistrados	Escola da Magistratura

Tais normas de procedimentos resultaram da parceria entre esta unidade de controle interno e as Assessorias/Secretarias deste egrégio Tribunal de Justiça.

Destaca-se, ainda, a proposição pela Secretaria de Controle Interno de nova formatação das normas de procedimentos, a partir da utilização de fluxograma dos processos, tendo como Projeto Piloto a Norma NP 01.01 – Licitação, assim como a elaboração e atualização de normas e manual afetos à unidade de controle interno.

Gestão do Portal Transparência

Durante o biênio, esta Secretaria de Controle Interno participou, efetivamente, na gestão do “Portal Transparência”, por meio do acom-

panhamento de todos os anexos que integram o Portal, em especial no que se refere à Resolução nº 102 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponibilizados no Portal Transparência do Poder Judiciário e encaminhados ao Sistema Informatizado do CNJ (SIAF-JUD), em consonância com o disposto no Ato Normativo TJES nº 058/2012.

Ademais, foram realizadas atividades relacionadas à gestão do Portal Transparência:

- Monitoramento e publicação de conteúdos no Portal Transparência do Poder Judiciário;
- Auditoria, por amostragem, das informações constantes nos anexos encaminhados pelos setores competentes, verificando a adequação dos documentos com relação às determinações do CNJ;
- Acompanhamento dos prazos previstos para publicação das informações no “Portal Transparência” e encaminhamento, ao sistema informatizado do CNJ, dos referidos arquivos, pelos setores competentes;
- Proposição, por meio de ofício à Presidência, de ações com vistas ao atendimento da Lei de Acesso à Informação e implementação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Acompanhamento da Execução Contratual de Obras e Reformas

No que se refere ao acompanhamento da execução contratual de obras e reformas, destaca-se a atividade de análise de medições e aditivos contratuais realizada por esta unidade de controle, consolidada por meio de relatórios técnicos, cujo objetivo foi averiguar a regularidade do processo, recomendando ajustes e melhorias.

Neste biênio, os relatórios produzidos referiram-se às seguintes contratações:

- Reforma dos gabinetes de desembargador do Edifício Sede do Tribunal de Justiça;
- Drenagem e muro de contenção do Fórum de Guarapari;
- Reforma da fachada do Edifício Sede do Tribunal de Justiça;
- Reforço da fundação do Fórum de Boa Esperança;
- Reforma do Fórum de São Mateus (Central Multidisciplinar e outros);
- Reforço estrutural no Fórum de Marilândia;
- Gradil do Fórum de Cariacica;
- Reforma do Fórum de Linhares;
- Reforma geral do Fórum de Boa Esperança;
- Construção do suporte para a caixa d’água do Fórum de Mucurici.

Monitoramento das Recomendações e Acompanhamento da Gestão

No intuito de monitorar as providências adotadas após recomendações expedidas pela Secretaria de Controle Interno, foram iniciadas ações voltadas ao acompanhamento dos resultados de auditorias, nos moldes previstos na Norma de Procedimentos 00.04 - Norma de Monitoramento de Auditorias, Inspeções Administrativas e Fiscalizações.

Além disso, em observância às determinações constantes em decisão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0201047-40.2009.2.00.0000, esta Secretaria realizou, durante o ano de 2014/2015, dentre outras:

- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controle 2015 e 2016;
- Elaboração do Plano de Capacitação dos servidores localizados na Secretaria de Controle Interno para o exercício de 2015 e 2016;
- Alteração dos processos de trabalho, de forma que a unidade de controle não mais participe dos fluxos procedimentais, evitando, assim, a segregação de funções;
- Solicitação de análise da possibilidade de contratação de software que possa auxiliar o desenvolvimento dos trabalhos da unidade de controle.

Equipe Responsável

A equipe da Secretaria de Controle Interno, durante a Gestão 2014/2015, manteve, como principal característica, a multidisciplinaridade, o que permitiu que os conhecimentos específicos dos profissionais fossem utilizados em unidades administrativas afins.

Nesse sentido, todo o trabalho foi dimensionado para ser desenvolvido por uma equipe de 07 (sete) servidores, entre efetivos e comissionados:

CARGO	ESPECIALIDADE	QUANTITATIVO
Analista Judiciário	Direito	02
	Administração	01
	Engenharia	01
Coordenador de Auditoria	Contabilidade	01
Coordenador de Acompanhamento e Gestão	Administração	01
Secretário de Controle Interno	Direito	01

Importa registrar as ações de capacitação de servidores realizadas ao longo do biênio 2014/2015, que reflete no fortalecimento da unidade de controle do TJES. Nesse sentido, promoveu-se a participação efetiva da equipe em cursos e palestras de treinamento e capacitação profissional, oferecidos pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES), pela Escola de Contas do TCE-ES, pela ESESP e por empresas da iniciativa privada.

Próximos desafios da Unidade

Tendo em vista os novos conceitos e competências trazidos pela Lei Estadual nº 9.938/2012, pela Resolução TCE-ES nº 257/2011 - e alterações posteriores - e pela Resolução CNJ nº 171/2013, dentre outras, destacam-se como futuros desafios da Secretaria de Controle Interno:

- Efetiva implementação do Sistema de Controle Interno no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, e reformulação de todas as normas de procedimentos disponíveis, com a utilização do Bizagi;
- Acompanhamento dos programas e ações previstas no Planejamento Estratégico do TJES;
- Realização de auditoria de avaliação de controles internos;
- Aperfeiçoamento técnico dos profissionais localizados na unidade de controle;
- Informatização do trabalhos de auditoria, fiscalização e inspeção administrativas.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente, a esta Secretaria, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme podemos verificar:

- **Secretaria Judiciária:**
 - Coordenadoria de Gestão da Informação Documental:
 - Seção de Biblioteca;
 - Seção de Arquivo;
 - Seção de Edição e Publicação.
 - Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição:
 - Seção de Protocolo.
 - Coordenadoria de Taquigrafia;
 - Seção de Plantão e Mandados;
 - Seção de Contadoria Judicial.

Por meio dos Atos Normativos nºs 260/2014 e 079/2015, o presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça subordinou, até 31 de dezembro de 2015, a Coordenadoria de Gestão da Informação Documental e suas respectivas Seções à Assessoria Especial da Presidência.

Projetos e Atividades

Secretaria Judiciária

À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.

Controla, diretamente, como gestor, os processos administrativos referentes ao Vale-Cidadão (Resolução nº 016/2013) e à tradução de documentos em processos com assistência judiciária gratuita, inclusive com previsão orçamentária para tal fim; sendo modificado, recentemente, pela Presidência desta Corte de Justiça, o procedimento afeto às contratações de tradutores/intérpretes.

Com relação aos vales sociais que são fornecidos a pessoas hipossuficientes que precisam comparecer em Juízo foram entregues, em 2014, 12.700 vales-transportes e, em 2015, 10.430.

Recebe e encaminha para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal relativas a recursos interpostos.

Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição

Esta Coordenadoria possui duas unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

a) Seção de Protocolo

À Seção de Protocolo compete a protocolização (registro no sistema de gerenciamento de processos de segunda instância) de todos os documentos físicos que tramitam nesta Corte, com a devida inclusão de classe e assunto, em conformidade com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a vinculação de guias de custas, quando existentes, e o seu respectivo encaminhamento à Unidade destinatária.

A Chefia de Seção do Protocolo passou a ser exercida pela Coordenadora de Protocolo, Registro e Distribuição, a partir de 02 de junho de 2015, em virtude da necessidade do Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, adequando-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio do Ato Normativo nº 092/2015.

Em média, são 700 documentos protocolados diariamente. Todos eles, exceto aqueles que são protocolizados após às 17 horas, são encaminhados aos respectivos destinatários no mesmo dia; os demais são encaminhados nas primeiras horas do expediente forense do dia útil seguinte.



Cerca de 700 documentos são protocolizados diariamente no TJES, sendo encaminhados aos respectivos destinatários no mesmo dia, às 17 horas.

b) Distribuição de Processos

A distribuição é realizada por meio dos sistemas informatizados do Egrégio Tribunal de Justiça, sob o comando da Secretaria de Tecnologia da Informação, cabendo aos servidores da unidade apenas operá-lo.

No exercício de 2014, foram distribuídos/redistribuídos 26.367 processos, de acordo com os dados extraídos do sistema e-process. Já em 2015, até 03 de novembro de 2015, foram 22.937 processos que passaram por aquele setor.

Quanto ao acúmulo de petições iniciais com pedido liminar pendentes de numeração manual, cadastro e distribuição, foi implementado pela Presidência deste Tribunal o Ato Normativo nº 103/2015, que determinou que, no prazo de seis meses, as ações, recursos, incidentes e demais expedientes originários ou cujo processamento se dá, por regular remessa em Segunda Instância, após protocolização, serão enviados para numeração das folhas pela Secretaria do órgão julgador competente, diluindo o serviço que antes era executado única e exclusivamente pela Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição entre os dez órgãos julgadores existentes em segunda instância, como ocorre em primeiro grau. Essa providência foi de rápida repercussão, pois a Unidade ficou em dia quanto à distribuição dos feitos originários deste Tribunal de Justiça, só sendo modificado tal panorama com a greve dos servidores, sendo imprescindível a continuidade da medida diante do quadro que se apresenta junto ao setor.

Coordenadoria de Taquigrafia

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.



Neste ano de 2015, iniciou-se um projeto para identificar o processo de trabalho da unidade, já tendo sido concluído o curso de capacitação.

A taquigrafia executou tarefas em 35.302 processos, com lançamento no sistema de segunda instância, elaboração de notas taquigráficas, em vários pedidos de vista, além de Partes Administrativas, registros e comunicações, pronunciamentos orais em sessões de julgamento, durante o biênio 2014/2015. Elaboração de notas taquigráficas em 42 audiências, em investigação contra magistrado, inquéritos, ação penal, reuniões de grupo de monitoramento do sistema carcerário e outros.

Seção de Plantão e Mandados

Esta Seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, e não possui orçamento próprio. Também foi atingida com a necessidade do Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, adequando-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo destituída a Chefia de Seção. A servidora que vinha desempenhando tal função, com a anuência prévia da Presidência deste Tribunal de Justiça e ciência desta Secretaria Judiciária, por iniciativa própria, e sem prejuízo para suas atividades normais inerentes ao cargo de ofi-

cial de justiça, permanece desempenhando algumas atribuições da função de chefe da Seção.

Durante o exercício de 2014 foram recebidos e cumpridos 4.205 mandados. Já em 2015, até 31 de outubro, foram recebidos 3.340 mandados.

Seção de Contadoria Judicial

Esta seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão. O fluxo de processos na Seção aumentou consideravelmente em decorrência da Resolução nº 43/2012. Houve a formação do Grupo Especial de Trabalho (Ato Normativo nº 187/2015) para mutirão contínuo no setor, o que já demonstrou um impacto positivo na produtividade da Contadoria.

Durante o ano de 2014, foi calculado pelo setor R\$ 331.795,29 em custas processuais. Já em 2015, até 04 de novembro de 2015, foram calculados R\$ 869.613,40.

CÂMARA	Nº DE JULGADOS 2014	Nº DE JULGADOS 2015
CONSELHO	125	153
PLENO	389	344
1ª CÍVEL	3.847	2.302
2ª CÍVEL	2.826	2.033
3ª CÍVEL	1.101	2.610
4ª CÍVEL	3.305	3.195
1ª CRIMINAL	3.928	3.030
2ª CRIMINAL	2.826	2.278
CRIMINAIS REUNIDAS	216	218
1º GRUPO CÍVEIS	170	125
2º GRUPO CÍVEIS	159	122
TOTAL	18.892	16.410

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

Atividades da Coordenadoria de Gestão da Informação Documental:

- Criação do Centro de Memória do PJES, inaugurado em 02 de julho de 2015;
- Criação do Espaço Cultural do TJES, inaugurado em 02 de julho de 2015;
- Criação do Clube de Leitura na Biblioteca do TJES, já em funcionamento na Biblioteca;
- Organização do Arquivo de Vitória e do Tribunal de Justiça (totalmente cadastrado no sistema);



O Centro de Memória do Poder Judiciário, inaugurado no dia 02 de julho, abriga objetos, fotos e documentos que registram a história do órgão.

- Organização do Arquivo de Vila Velha (totalmente cadastrado no sistema);
- Organização do Arquivo de Cariacica (em andamento);
- Higienização dos processos da Comarca de Itaguaçu atingidos pelas enchentes – 8 mil processos trabalhados (já concluído com sucesso);
- Higienização dos processos da Comarca de Barra de São Francisco atingidos pelas enchentes (em andamento – previsão de término em dezembro de 2015);
- Visitas para mapear a situação de gestão documental nos Fóruns de: Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Guarapari, Alfredo Chaves, Itaguaçu, Itarana, Barra de São Francisco, Pancas, Águia Branca, Ecoporanga, Boa Esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Rio Novo do Sul, Conceição do Castelo, João Neiva, Aracruz, Domingos Martins e Marechal Floriano;
- Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 13/2014 para descarte de Agravos de Instrumento dos arquivos judiciais;
- Resolução nº 56/2015 - instituindo o plano de classificação e da tabela de temporalidade unificada dos processos judiciais do PJES, estabelecendo procedimentos para a eliminação de processos judiciais findos, conforme orientações oriundas do CNJ.

Já publicamos os Editais nº 01 e nº 02 referentes aos Juizados Especiais Cíveis de Vitória e Vila Velha, respectivamente, descartando 81.404 processos arquivados. Além dos Editais nº 03 e nº 04 referentes aos Juizados Especiais Cíveis de João Neiva e Iconha, respectivamente, descartando 2.390 processos arquivados.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo demonstrar os principais projetos desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia durante a Gestão 2014-2015.

Descontinuidade do Sistema E-Procees

O sistema E-Procees é um sistema de processo judicial eletrônico desenvolvido internamente por uma empresa contratada pelo Poder Judiciário, hoje atendendo os Juizados Especiais Cíveis de Vitória e Vila Velha, além das Turmas Recursais. Este projeto possui como finalidade principal a migração dos processos do sistema e-Procees para o sistema Projudi, este desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além de motivações técnicas determinantes para a descontinuidade do sistema, a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3, de 16 de abril de 2013, que trata da interoperabilidade entre os sistemas do Poder Judiciário, determinou no seu art. 2º e § 1º, o prazo de três anos para que fossem descontinuados todos os sistemas de informação de processo eletrônico, ou mesmo os de acompanhamento processual, que não implementem o MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), de forma que a sua descontinuidade deve ser concluída até 15/04/2016.

Assim, considerando a inviabilidade técnica do sistema atual, os custos para realizar qualquer tipo de customização, o alinhamento estratégico de convergência de sistemas, a Resolução nº 185 do CNJ que determina a implantação do sistema PJe, foi iniciada a descontinuidade definitiva do sistema e-Procees, tendo sido concluída a migração dos processos das Varas de Vitória que utilizam o sistema, devendo concluir as Varas de Vila Velha até a data estipulada pela Resolução citada.

Implantação da Taxonomia no 1º e no 2º Grau

O Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 46/2007, criou as Tabelas Processuais do Poder Judiciário, objetivando a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.

A classe processual se refere ao procedimento adotado na esfera judicial ou administrativa para atender ao pedido, o assunto processual se refere à matéria ou aos temas discutidos nos processos, e a movimentação processual é o registro dos procedimentos e rotinas dos atos processuais que impulsionam o processo.

As tabelas de classe e assunto foram implantadas em 2013 e representaram no desenvolvimento de quatro novas telas nos sistemas eJud e 2ª Instância. Já a tabela de movimentos representou a manutenção em aproximadamente 120 telas do eJud, resultando em alteração de mais de 90% do sistema, e



Magistrados e servidores se empenharam no estudo da uniformização taxonômica no Poder Judiciário do Espírito Santo.

alterando de forma substancial a forma de trabalho de todos os serventuários visando a uniformização de rotinas. De forma semelhante, a alteração no sistema 2ª instância também foi significativa, havendo a necessidade de alteração também na ordem aproximada de 90% do sistema.

Como principais objetivos do projeto, podemos citar: a) melhorar a administração da Justiça e a prestação da atividade jurisdicional, segundo padrões de nomenclatura nacionais; b) definir padrões para posterior interoperabilidade a serem utilizados em todo o Poder Judiciário; c) padronizar as tabelas básicas de classificação processual, movimentação e fases processuais, assuntos e partes; d) permitir a extração de dados estatísticos mais precisos e melhor uso da informação processual, essenciais à gestão do Poder Judiciário; e) cumprir a determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Após a realização do treinamento de servidores de todas as unidades judiciárias houve a implantação da taxonomia no 1º Grau em 01/09/2015.



Servidores participaram de treinamento para utilizar as Tabelas Processuais do Poder Judiciário.

Para o 2º Grau de Jurisdição, o sistema encontra-se com cronograma de implantação para 01/12/2015.

Implantação do Gerenciamento de Serviços de TI

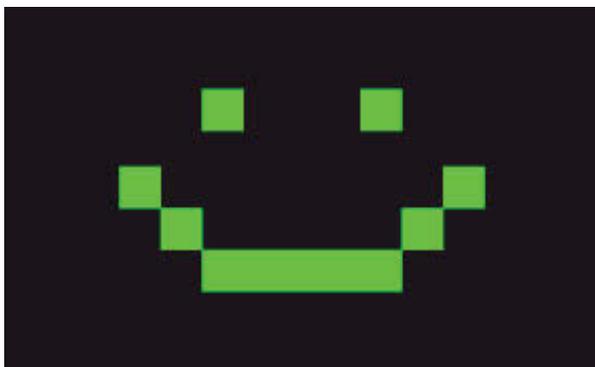
Para o Ministro Aroldo Cedraz do TCU, “Governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. Seu objetivo, pois, é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização.” (Voto do Ministro Relator – Acórdão 2.308/2010 – Plenário). Observa-se, portanto, que a “Governança de TI” tem foco no direcionamento e monitoramento das práticas de gestão e uso da TI de uma organização, tendo como indutor e principal beneficiário a alta administração da instituição.

Visando a implantação da Governança de TI, temos como um dos pilares a implantação do Gerenciamento de Serviços de TI através da ITIL (Information Technology Infrastructure Library), um conjunto de boas práticas reconhecido mundialmente que tem como principais objetivos: 1) melhorar atendimento e acompanhamento de incidentes; 2) melhorar qualidade de serviço – suporte mais confiável ao negócio; 3) melhorar a satisfação dos usuários quanto ao atendimento prestado pela TI; 4) prover uma visão mais clara da capacidade atual da TI; 5) reduzir custos com a utilização efetiva dos serviços de TI; 6) aumentar a produtividade dos usuários; 7) aumentar a disponibilidade dos serviços de TI.

No ano de 2014 foi realizado o processo de contratação da ferramenta AxiosAssyst, aderente aos processos da ITIL e homologada internacionalmente, cuja implantação iniciada em março de 2015 teve a sua

entrada em operação a partir de dezembro de 2015 com os principais processos da ITIL.

Implantação do Service Desk



O projeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte de atendimento ao usuário, suporte tecnológico ao ambiente computacional de infraestrutura de redes e execução de serviços operacionais. Tais serviços serão prestados nas áreas de atendimento ao usuário, operação e configuração de computadores, operação e configuração de ativos de TI (scanners, impressoras etc.), instalação de softwares, configuração de aplicações, análise de performances, dentre outras ações pertinentes ao Service Desk ou Infraestrutura de TI.

A contratação já foi aprovada pelo Comitê Gestor de TI, além disso, os documentos necessários foram elaborados e atualmente encontram-se em fase de análise jurídica para contratação no ano de 2016.

Implantação do PJE

A Resolução CNJ nº 185/2013 instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais no âmbito do Poder Judiciário e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento. O



sistema PJe é um sistema elaborado e mantido pelo CNJ a partir da experiência e colaboração de diversos tribunais brasileiros.

O objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais diretamente no sistema. Além desse objetivo, o CNJ pretende fazer convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma solução única, gratuita para os próprios tribunais e atenta aos requisitos de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.

A implantação do PJe foi realizada no dia 29 de abril de 2015, tendo sido já concluída a instalação em 28 unidades judiciais, exclusivamente na competência de Execução Fiscal.

Foi desenvolvido o Portal do PJe, disponível através do link: www.tjes.jus.br/pje. O objetivo do Portal é concentrar todas as informações

do projeto, propiciando transparência na execução do projeto. Entre outras informações, é apresentado no Portal do PJe a disponibilidade atual do sistema, a certidão de indisponibilidade, o número de processos protocolados, a composição dos comitês responsáveis, as unidades judiciais que operam com o sistema e todos os atos normativos e demais legislações pertinentes.

Implantação do Escritório Digital

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, “o Escritório Digital do Processo Eletrônico é um software desenvolvido pelo CNJ para integrar os sistemas processuais dos tribunais brasileiros e permitir ao usuário centralizar em um único endereço eletrônico a tramitação dos processos de seu interesse no Judiciário. A ideia é que o usuário não precise entrar no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou nos outros sistemas de controle processual dos diversos tribunais. As informações de todos os processos estarão reunidas em um único endereço na internet, facilitando a busca e o acompanhamento por advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e pela população em geral.”

A equipe do PJe do TJES realizou a integração do PJe ao Escritório Digital, possibilitando que o Estado do Espírito Santo participe dessa importante iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Justiça e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sistema Siga

A nova versão do Sistema de Gestão de Adoção, implantado em 2013, foi remodelada em termos de infraestrutura e expandida para melhor integração com o CNJ. Com as melhorias efetuadas, o sistema foi cedido para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para

o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e também para o Conselho Nacional de Justiça. O sistema SIGA recebeu a premiação do Inoves na categoria Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no ano de 2014.

Sistema da Central de Mandados



Durante o primeiro ano da gestão foi desenvolvido internamente na Secretaria de Tecnologia um novo sistema da Central de Mandados, tendo sido implantado em 04 de novembro de 2014. Atualmente, o sistema já é realidade

presente nas rotinas relacionadas ao gerenciamento de mandados em 56 Comarcas do PJES e com previsão de implantação nas últimas Comarcas para 15 de dezembro de 2015.

A implantação do Sistema proporciona diversos benefícios como: eliminação dos livros de controle de mandados onde o controle era totalmente manual; acesso rápido à informação, permitindo, por exemplo, que um servidor ou magistrado possa consultar rapidamente a situação de um mandado e ter acesso integral a certidão de cumprimento do mesmo, emitido pelo oficial de justiça; geração de relatórios estatísticos automatizados que permitem o acompanhamento geral dos mandados; melhoria significativa no gerenciamento de todo o trâmite dos mandados desde a sua expedição no cartório até o seu cumprimento pelo oficial de justiça, bem como a sua volta até o cartório, sendo registradas todas as etapas de trâmite e controle de diligências sendo possível registrar para cada mandado quantas e em quais datas

foram realizadas diligências pelo Oficial de Justiça até o cumprimento efetivo do mandado. Esse novo sistema está indicado para o prêmio Inoves na categoria Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para o ano de 2015.

Sistema para Turmas Recursais

Foi realizado o desenvolvimento e a implantação de módulo do eJud para atender turmas recursais do Norte e do Sul possibilitando assim a tramitação de processos físicos, eliminando os livros de controle. Permitiu também que acórdãos e decisões monocráticas dessas turmas pudessem ser pesquisados na pesquisa de jurisprudência do TJES.

Sistema de Alvará de Soltura

Foi realizado o desenvolvimento e a implantação de módulo do eJud para atender a gestão dos alvarás de soltura de todo o Estado de forma integrada com a Sejus (criminais) e o Iases (Infância e Juventude).

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem por competência planejar, coordenar, organizar, controlar e supervisionar as coordenações e seções encarregadas da remuneração, benefícios e saúde de servidores e magistrados do Poder Judiciário, além do pagamento dos juízes leigos e herdeiros, mantendo a base de dados atualizada, bem como controlar o sistema de pessoal relativo à captação, capacitação, movimentação, avaliação, acompanhamento, remuneração e registro de direitos, deveres e benefícios funcionais dos magistrados, servidores, estagiários, juízes de paz e seus suplentes, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 91 da Resolução nº 075/2011.

Compete também à Secretaria de Gestão de Pessoas atuar estrategicamente no que tange à gestão de pessoas, notadamente quanto à coordenação da execução do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário vigente, além de acompanhar a execução do orçamento.

Atividades Realizadas

- Edição da Resolução nº 30/2015, que instituiu o Programa de Estágio Remunerado no âmbito do Poder Judiciário Estadual, com a aplicação de nova metodologia de distribuição das vagas de estágio;
- Edição da Resolução nº 36/2015, que instituiu e regulamentou o Programa de Serviço Voluntário no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo;
- Desenvolvimento de termo de referência para a contratação de empresa especializada na seleção, por meio de concurso, de estagiários (processo em andamento);
- Desenvolvimento do termo de referência para a contratação de empresa especializada no mapeamento de competências, de forma a atender meta do Conselho Nacional de Justiça (processo em andamento);
- Elaboração de minuta de projeto de lei que visa alterar a Lei nº 234/2002, com o objetivo de torná-la mais flexível, permitindo que a Administração elabore forma de distribuição de força de trabalho, nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (processo em andamento);
- Publicação da Resolução nº 31/2015, que otimizou o procedimento das substituições – chefes de secretaria e contadoria;
- Tratativas junto ao IPAJM para proceder à transferência da folha de pagamento de inativos, responsabilidade daquele órgão previdenciário (transferência em andamento);
- Realização de remoções de servidores e magistrados;
- Processamento e anotações dos requerimentos de todos os servidores do Poder Judiciário que se referem a direitos e vantagens;
- Implementação de novo layout de Intranet da SGP, com a consolidação de legislações, normativos, formulários e outros serviços pertinentes;
- Consolidação de dados e apresentação dos resultados da Pesquisa Diagnóstica de Clima, Avaliação de Saúde e Qualidade de Vida, etapa inicial do Programa de Qualidade de Vida, que visa à promoção do bem-estar no ambiente de trabalho, a partir de uma visão biopsicossocial, considerando como ponto chave para a sua elaboração a participação dos servidores e magistrados;

- O Programa de Qualidade de Vida, ainda em sua etapa inicial, contemplou outras atividades importantes como a elaboração do edital de candidatura para participação no Comitê; a elaboração de relatório de licenças médicas, por meio de monitoramento, relativas aos anos de 2013, 2014 e 2015; a implementação do Blog de QVT; a elaboração de proposta para evento de lançamento do programa; o envio de relatório final da pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa e o planejamento do evento de lançamento do programa;
- Execução de 100% das ações previstas do Programa de Preparação para a Aposentadoria, analisando aspectos que envolvam a aposentadoria a fim de estimular seu planejamento e contribuir para a qualidade de vida dos magistrados e servidores deste Poder Judiciário, firmando parcerias com o IPAJM, entre outros. As ações contemplaram atendimentos individuais aos servidores pré-aposentandos, realização de 03 (três) grupos de preparação para aposentadoria nos anos de 2013, 2014 e 2015 e seu monitoramento, realização do balcão de informações regionalizado em parceria com o IPAJM e promoção de capacitação da equipe;
- Desenvolvimento de ações para a Promoção dos Valores Éticos e Morais, dando cumprimento ao indicador 25 do Conselho Nacional de Justiça por meio de ações diversas de valorização e difusão de práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais entre magistrados e servidores com o objetivo de criar e normatizar o Código de Ética do Poder Judiciário do Espírito Santo, concluído no ano de 2015;
- Credenciamento de psicólogos;
- Recadastramento de servidores e magistrados;
- Participação no processo de elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Capixaba 2015-2020;
- Edição do Ato Normativo nº 10/2015, que trata das cessões de servidores e estagiários no âmbito do Poder Judiciário;
- Edição de documento de oficialização de demanda para aquisição de sistema integrado administrativo, atualmente sob a gestão da Secretaria Geral;
- Desenvolvimento de modelos de Comissões Processantes de Sindicâncias e/ou Processos Administrativos Disciplinares, a fim de dar vazão às sindicâncias e processos administrativos disciplinares que estavam parados na Secretaria de Gestão de Pessoas, sem comissão instituída;
- Revisão da Resolução nº 50/2012, em conformidade à Resolução nº 156/2012 do CNJ, resultando na publicação da Resolução nº 09/2014, que resguarda as exigências de probidade para ocupação de cargos públicos;
- Alteração da forma de envio de informações para pagamento de plantão, otimizando o fluxo de procedimentos;
- Parametrização do sistema de pagamentos, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, para atender às novas regras de descontos previdenciários em virtude da implantação da Preves;
- Otimização nos procedimentos adotados pela SGP, com vistas a agilizar as instruções processuais, tais como: movimentação interna de pessoal, estabelecimento de metas de produtividade, adequação de processos por competência, automatização do abono, tratamento de expedientes em bloco, adequação do horário de atendimento, intimação via e-mail;
- Formação de equipe interna para desenvolver projetos estratégicos;

Detalhamento do Quadro de Pessoal

Força de trabalho do PJES

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	3.032
1.1. Primeira Instância	2.537
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	495
2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	802
2.1. Primeira Instância	531
2.2. Segunda Instância	271
3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	39
3.1. Primeira Instância	22
3.2. Segunda Instância	17
4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	12
4.1. Primeira Instância	04
5.2. Segunda Instância	08
Total Geral de Cargos Ocupados (1 + 2 + 3 + 4)	3.885

Cargos Comissionados

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (1.1 + 1.2)	802	85,22
1.1 Ocupados exclusivamente por comissionados	703	74,70
1.2 Ocupados por servidores efetivos	99	10,52
2. Vagos	139	14,78
3. Total de cargos comissionados (1 + 2)	941	100

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo 941 cargos em comissão, dos quais 139 (14,78%) estão vagos e 802 (85,22%) estão ocupados.

Entre os 802 cargos comissionados que estão ocupados, 99 (10,52%) são ocupados por servidores efetivos e 703 (74,70%) estão ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Por outro lado, considerando todos os cargos existentes, independente de estarem ocupados ou não, encontramos a seguinte distribuição: 14,78% vagos, 10,52% ocupados por servidores efetivos e 74,70% ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Redução da Força de Trabalho

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	13
Aguardando aposentadoria	101
Afastados para trato de interesses particulares	03
Licenciados para mandado classista	04
Licenciados para tratamento da própria saúde	26
Licença maternidade	24

Aumento da Força de Trabalho

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	08
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	87

Magistrados e Servidores Inativos

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	146
Servidores Inativos	679

Pensionistas

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Ativos	32
Magistrados Inativos	18
Servidores Ativos	124
Servidores Inativos	41

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 16/09/2015, podendo sofrer alterações, tendo em vista sua natureza.

SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obra, reforma e manutenção de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59 da Resolução nº 75/2011.

Atividades Realizadas

- Reforma da fachada do Tribunal de Justiça;
- Reforma geral com ampliação do Fórum de Boa Esperança;
- Reforma dos banheiros do Pleno, sala de becas e sala de lanche – Tribunal de Justiça;



Reforma da fachada: toda a cerâmica foi retirada e deu lugar a placas de alumínio, a fim de trazer mais conforto térmico e acústico, eficiência energética e redução dos custos de manutenção.

- Reforma dos 4 novos gabinetes de Desembargadores no Tribunal de Justiça;
- Reforma de sala para instalação da Central Multidisciplinar do Fórum de São Mateus;
- Execução de muro em rip-rap para contenção provisória de talude no Fórum de Guarapari;
- Execução de obra para viabilizar a utilização da cisterna para abastecer a caixa d'água no Fórum de Ibirapu, tendo em vista a falta de água na cidade;
- Manutenção predial no imóvel onde abrigava provisoriamente o Fórum de Boa Esperança;
- Manutenção predial no Fórum de Jaguaré;
- Execução da calçada cidadã no Fórum da Serra;
- Pintura de 16 salas no Fórum de Vila Velha (Prainha);
- Manutenção predial no Fórum de Ibirapu;
- Manutenção predial no Fórum de Itarana;
- Manutenção predial no Fórum de Santa Teresa;
- Manutenção predial na Vara de Auditoria Militar – Vitória;
- Manutenção predial na Sala de Monitoramento (piso e parede) – Tribunal de Justiça;
- Manutenção predial no setor de Transportes – Vitória;

- Manutenção predial no Fórum de Conceição do Castelo;
- Manutenção predial no Fórum de Jerônimo Monteiro;
- Manutenção predial no Fórum de Guarapari;
- Manutenção predial no Fórum de Atílio Vivácqua;
- Manutenção predial no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim;
- Manutenção predial no Fórum de Iconha;
- Manutenção predial no Fórum de Iúna;
- Manutenção predial no Fórum de Presidente Kennedy;
- Manutenção predial no Fórum de Águia Branca;
- Manutenção predial no Fórum de Ecoporanga;
- Manutenção predial no Fórum de Nova Venécia;
- Manutenção predial no Fórum de São Gabriel da Palha;
- Manutenção predial no Fórum de Conceição da Barra;
- Manutenção predial no Fórum de Pancas;
- Manutenção predial no Fórum de Baixo Guandu;
- Manutenção predial no Fórum de Itaguaçu;
- Manutenção predial no Fórum de Barra de São Francisco;
- Recarga dos extintores de incêndio em todo o Estado;
- Reforma do Corpo da Guarda no Tribunal de Justiça;
- Marcenaria dos novos gabinetes: mesas dos Desembargadores e armário de apoio;
- Manutenção de portões automáticos dos Fóruns – 1ª etapa;
- Corrimão do tablado do Salão do Pleno e guarda corpo na Corregedoria;
- Projeto de elaboração de layout e instalação de divisórias no Salão do Júri de Guarapari;
- Instalação de divisórias em diversas Comarcas do interior do Estado;
- Projeto de elaboração de layout e instalação de divisórias para Emes, Vara da Fazenda Pública Estadual e Central de Inquéritos do Fórum de Vitória;
- Projeto de As-built do Fórum Criminal de Vitória;
- Projeto de As-built do Fórum Cível de Vitória;
- Projeto de As-built do Tribunal de Justiça;
- Projeto arquitetônico do novo Fórum de Alegre;
- Projeto para regularização de terreno do Fórum de Cariacica;
- Projeto de Sistema de Monitoramento Circuito TV de 17 Comarcas + Tribunal de Justiça;
- Projeto arquitetônico e complementares de imóvel para mudança de algumas varas do Fórum de Viana que estão instaladas no Fórum de Cariacica para imóvel locado;

- Projeto de elaboração de layout do Ciase;
- Projeto para reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- Projeto de elaboração de layout da Coordenadoria da Infância e da Juventude no Tribunal de Justiça;
- Projeto de elaboração de layout da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Projeto de elaboração de layout da Secretaria de Finanças;
- Projeto arquitetônico e complementares de imóvel para mudança do Cajé para imóvel locado;
- Projeto arquitetônico e complementares de imóvel para mudança do 8º e 9º Juizados para imóvel locado;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Linhares;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Castelo;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Ecoporanga;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Domingos Martins;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo na Grande Vitória;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em João Neiva;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Santa Maria de Jetibá;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Barra de São Francisco;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Marechal Floriano;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Conceição da Barra;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo geral em Vitória;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Guaçuí;
- Execução de Chamamento Público para concessão onerosa de espaço físico para lanchonete no Fórum de Cariacica;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar a 2ª Vara da Infância e da Juventude de Serra;
- Execução de Chamamento Público para concessão onerosa de espaço físico para lanchonete no Fórum de Colatina;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar o 1º e 2º Juizados Especiais Criminais e da Fazenda Pública de Vitória;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar o CAJE;

- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar o 8º e 9º Juizados Especiais Cíveis de Vitória;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar arquivo em Cachoeiro de Itapemirim;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel para abrigar as três Varas da Infância e da Juventude de Vitória;
- Execução de Chamamento Público para aquisição de imóvel que atenda às necessidades de instalação das unidades da Comarca de Serra;
- Execução de Chamamento Público para aquisição de imóvel que atenda às necessidades de instalação das unidades que atualmente se encontram em funcionamento no Fórum Cível do Juízo de Vitória;
- Execução de Chamamento Público para locação de imóvel que atenda às necessidades de instalação das unidades que atualmente se encontram em funcionamento no Fórum Cível do Juízo de Vitória;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar o 1º e 2º Juizados Criminais de Vitória;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar os Juizados Especiais de Vitória;
- Laudo de avaliação para locação para expansão de imóvel para abrigar o Fórum da Comarca de Marechal Floriano;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar arquivos e materiais apreendidos do Fórum da Comarca de Mimoso do Sul;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar o Cajé;
- Laudo de avaliação para concessão onerosa de espaço para instalação de agência bancária no Fórum de Vila Velha;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações do PAE do Banestes em Vila Velha – Prainha;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em São Gabriel da Palha;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações de Cantina no Fórum de Colatina;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações da Agência da Coopjudes em Colatina;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações da Central de Fotocópias em Colatina;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações da Agência do Banestes em Colatina;



Prédios receberam manutenções periódicas para melhor atender os cidadãos, advogados, servidores, estagiários e magistrados.

- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar o Fórum de Bom Jesus do Norte;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações da Cantina de Cariacica;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Linhares;
- Laudo de avaliação para regularização de contrato de locação da 1ª e 2ª Vara da Infância e da Juventude de Serra;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações da Agência do Banestes no Tribunal de Justiça;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Cachoeiro de Itapemirim;
- Laudo de avaliação para renovação de locação de imóvel para abrigar o Fórum de Marechal Floriano;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Vitória;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Barra de São Francisco;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel para abrigar o 8º e 9º Juizados de Vitória;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Santa Maria de Jetibá;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Domingos Martins;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Ecoporanga;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Santa Teresa;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Cariacica;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Piúma;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações de Cantina no Fórum de Guarapari;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel que atenda às necessidades de instalação das unidades da Comarca de Serra;
- Laudo de avaliação para locação de imóvel que atenda às necessidades de instalação do Fórum de Anchieta;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum de Presidente Kennedy;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum de Itapemirim;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do imóvel onde funciona o TJES;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum de Pedro Canário;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum de Boa Vista – Vila Velha;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Prainha – Vila Velha;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do imóvel onde funciona a 1ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum de Marataízes;

- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do imóvel onde funciona a 1ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do imóvel onde funciona a Corregedoria Geral do Estado do Espírito Santo;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Ibitirama;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização de terreno doado para construção do Fórum da Comarca de Ibitirama;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Ecoporanga;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Domingos Martins;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Muniz Freire;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Santa Leopoldina;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Jaguaré;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Conceição do Castelo;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Rio Novo do Sul;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Apiacá;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Baixo Guandu;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Marilândia;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim.

Atividades em Andamento

- Execução das instalações elétricas e de rede no imóvel locado em Viana;
- Execução de obra civil, instalações elétricas e de rede para a instalação da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Linhares;
- Manutenção predial na cobertura do Fórum Cível de Vitória;
- Manutenção predial no Fórum de Nova Venécia;
- Manutenção predial no Fórum de Itarana;
- Manutenção predial na cobertura da Central Multidisciplinar de Vitória;
- Substituição da impermeabilização da varanda do gabinete do Desembargador Pedro Valls Feu Rosa;
- Execução das instalações de rede no imóvel locado em Bom Jesus do Norte;
- Execução de instalações de elétrica e rede provisórias para a Central Multidisciplinar de Vila Velha;

- Execução de instalações de elétrica e rede para a instalação das Varas de Violência Doméstica da Mulher no Fórum da Prainha;
- Projeto de reforma do Galpão do Patrimônio e Almoxarifado;
- Projeto de reforma do Galpão do Arquivo Geral;
- Projeto de reforma do estacionamento do Tribunal de Justiça;
- Projeto de reforma interna das circulações comuns e recepção do Tribunal de Justiça;
- Projeto de reforma geral da cobertura do Fórum da Prainha;
- Projeto para a instalação definitiva da Central Multidisciplinar de Vila Velha;
- Projeto de reforma do Fórum de Conceição do Castelo;
- Aquisição de bicicletário para diversas Comarcas do Estado;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Conceição da Barra;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em João Neiva;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Castelo;
- Laudo de avaliação para locação de arquivo em Mimoso do Sul;
- Laudo de avaliação para renovação de contrato de locação de imóvel onde funciona a Secretaria de Engenharia;
- Laudo de avaliação para concessão do direito de uso de área para instalações de Cantina no Fórum de Nova Venécia;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Conceição da Barra;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Serra;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Alfredo Chaves;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Vargem Alta;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Viana;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Castelo;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Rio Bananal;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Fundão;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Ibirapu;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Itaguaçu;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Itarana;

- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Santa Maria de Jetibá;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Atilio Vivácqua;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Mimoso do Sul;
- Relatório de Avaliação Contábil para fins de Regularização do Fórum da Comarca de Dores do Rio Preto;
- Contratação de empresa para implantação de cisterna no Fórum de Viana;
- Contratação de empresa para reforma geral do Fórum de Guarapari;
- Contratação de empresa para implantação de salas no Fórum de Itapemirim;
- Contratação de empresa para instalação de gradil no Fórum de Ibirajú;
- Contratação de Laudo Técnico para contenção de talude no Fórum de Guarapari;
- Contratação de empresa para substituição de divisórias de drywall na Emes;
- Contratação de empresa para impermeabilização da cobertura do Tribunal de Justiça;
- Contratação de empresa para marcenaria de Fóruns e Desembargadores;
- Contratação de empresa para construção de nova Subestação no Tribunal de Justiça;
- Projeto para reforma da Sala de Monitoramento (instalações e equipamentos) do Tribunal de Justiça;
- Contratação de empresa para construção de nova Subestação de Marataízes;
- Contratação de empresa para instalação da Central Multidisciplinar de Nova Venécia;
- Contratação de empresa para instalação de ar Split para diversos setores do Tribunal de Justiça;
- Projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu;
- Contratação de empresa para reparo no revestimento da fachada do Fórum Cível de Vitória;
- Contratação de empresa para instalação de toldos e coberturas em diversas Comarcas do Estado;
- Contratação de empresa para elaboração de As-Built de todas as Comarcas do Estado;
- Contratação de empresa para fornecimento de caçambas estacionárias;
- Contratação de empresa para manutenção de portões automáticos dos Fóruns – 2ª etapa;
- Contratação de empresa para manutenção corretiva das Subestações de algumas Comarcas;
- Contratação de empresa para substituição de divisórias por drywall no Tribunal de Justiça.

Atividades Futuras

- Manutenção predial no Fórum de Marataízes;
- Manutenção predial no Fórum Criminal de Vitória;
- Manutenção predial no Fórum de Pedro Canário;
- Manutenção predial no Fórum de Águia Branca;
- Manutenção predial no Fórum de Itaguaçu;
- Manutenção predial no Fórum de Venda Nova do Imigrante;
- Manutenção predial no Fórum de Presidente Kennedy;
- Manutenção predial no Fórum de Piúma;
- Manutenção predial no Fórum de Alfredo Chaves;
- Manutenção predial no Fórum de São Gabriel da Palha;
- Manutenção predial no Fórum de Alto Rio Novo;
- Manutenção predial no Fórum de Marilândia;
- Manutenção predial no Fórum de Água Doce do Norte;
- Manutenção predial no Fórum de Aracruz;
- Manutenção predial no Fórum de Afonso Cláudio;
- Manutenção predial no Fórum de Santa Leopoldina.

Informações Adicionais

Contratos Vigentes

Empresa	Contrato / Pregão	Objeto	Data Fim do Contrato
Cedro	PE 065/2014	Ata de registro de preços - Materiais de construção	11/12/2015
Fermaco	PE 065/2014	Ata de registro de preços - Materiais de construção	11/12/2015
Stell Tech	PE 064/2014	Ata de registro de preços - Materiais elétricos (eletroduto, tomada, interruptor)	30/12/2015
TSK	PE 064/2014	Ata de registro de preços - Materiais elétricos (canaleta, tomada, interruptor)	30/12/2015
GrandComerce	PE 087/2014	Ata de registro de preços - Materiais elétricos (lâmpadas)	23/02/2016
Ônoma	PE 001/2015	Ata de registro de preços - Manutenção predial com fornecimento de M.O e materiais	11/03/2016
Elaine Lopes Pinto	PE 029/2015	Ata de registro de preços - Sinalização visual (demais regiões)	02/07/2016
Trilha Locação e Eventos	PE 029/2015	Ata de registro de preços - Sinalização visual (região metropolitana)	02/07/2016
PHG Eletro Eletrônicos Ltda-EPP	PE 050/2015	Ata de registro de preços - Materiais elétricos (reatores)	01/10/2016
Seekl Ltda-ME	PE 037/2015	Ata de registro de preços - Placas de sinalização e identificação	22/10/2016
Luxor	F 043/2014	Plotagem e cópias xerográficas	03/12/2015
Janus	F 044/2010	Monitoramento e Gerenciamento Remoto	07/12/2015
Himalaia	F 047/2012	Manutenção ar condicionado central TJES	10/12/2015
Elevadores Nacional	F 048/2012	Manutenção elevadores PJES (exceto Venda Nova)	10/12/2015
CEP	F 010/2014	Manutenção predial - cessão de M.O. (região metropolitana)	06/02/2016
ELETRODATA	F 006/2014	Manutenção predial - cessão de M.O. (demais regiões)	16/02/2016
Thermica	F 015/2010	Manutenção ar condicionado central Cariacica	12/05/2016
Eletric	F 021/2013	Manutenção grupo gerador PJES	19/05/2016
Ônoma	F 015/2015	Manutenção Fórum de Itarana	02/06/2016
Ônoma	F 019/2015	Manutenção Fórum de Nova Venécia e Boa Esperança	09/07/2016
Ônoma	F 018/2015	Manutenção Fórum de Vitória, Serra e no Tribunal de Justiça	09/07/2016
Ônoma	F 014/2015	Manutenção Fórum de Jaguaré	09/07/2016
Ônoma	F 025/2015	Manutenção Fórum de Marataízes	26/08/2016
Himalaia	F 036/2011	Manutenção ar condicionado janela e split PJES	31/08/2016
EGS Elevadores	F 030/2011	Manutenção plataformas elevatórias	04/09/2016
EGS Elevadores	F 097/2013	Manutenção elevadores Venda Nova do Imigrante	08/10/2016
Dufril	F 093/2013	Manutenção ar condicionado janela e split TJES	04/11/2016
GHS Indústria e Serviços Ltda	F 028/2015	Tratamento de água e sistema central de ar condicionado de Linhares	22/09/2016
GHS Indústria e Serviços Ltda	F 034/2015	Tratamento de água e sistema central de ar condicionado do TJES	22/09/2016

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura é o setor responsável pelo planejamento, em parceria com suas Coordenadorias subordinadas, das atividades afetas à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dentre outros.

Cabe, ainda, à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do orçamento, em suas diversas ações, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

Atribuições

A Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos é responsável pelo processamento das aquisições de materiais e equipamentos e das contratações de serviços e obras mediante processos licitatórios ou compras diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como atividades correlatas. Para tanto, acompanha e executa os processos desde a fase de coleta de preços, com a finalidade de apurar os preços praticados no mercado, até a fase da contratação em si.

A Seção de Compras abarca a pesquisa de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços com elaboração de planilha

de preços estimados; a formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, com pesquisa de mercado e juntada de toda a documentação da(s) empresa(s); bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.

À Seção de Contratação compete a elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos e convênios (exceto relacionados a pessoal); a tomada de providências de publicação no diário e jornal de grande circulação dos instrumentos correlatos; o lançamento das informações de obras e serviços de engenharia no sistema Geo-Obras, do TCE-ES; o gerenciamento de todo o procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas a Atas de Registro de Preços; além de outras atribuições.

Atividades realizadas

Seção de Compras

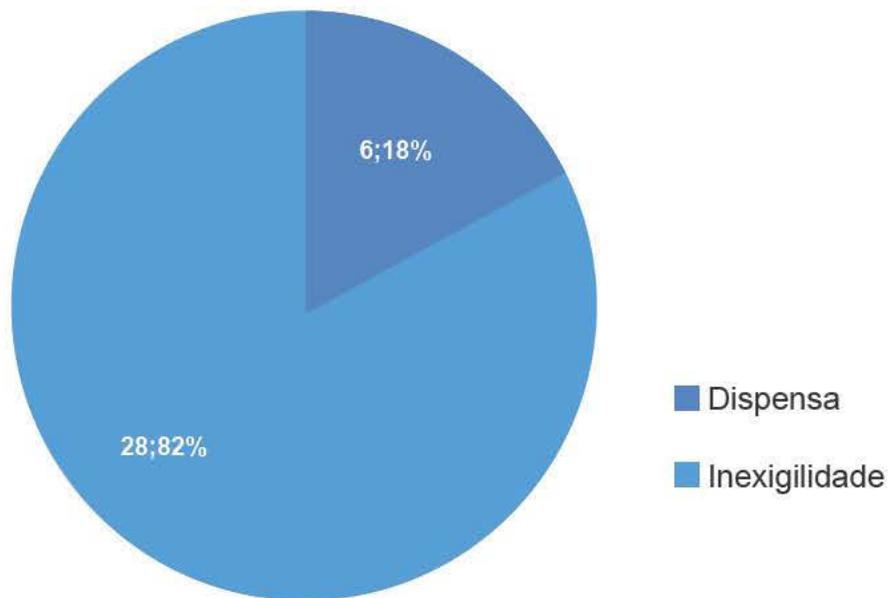
No Biênio 2014/2015, as atividades da Seção de Compras se resumiram na pesquisa de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade, justificativa de preços para treinamentos, procedimentos pertinentes para contratação direta, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação e prorrogações contratuais, totalizando 353 processos/expedientes em 2014 e 168 em 2015 (até o final de outubro).

Seção de Contratação

Dispensa e inexigibilidade

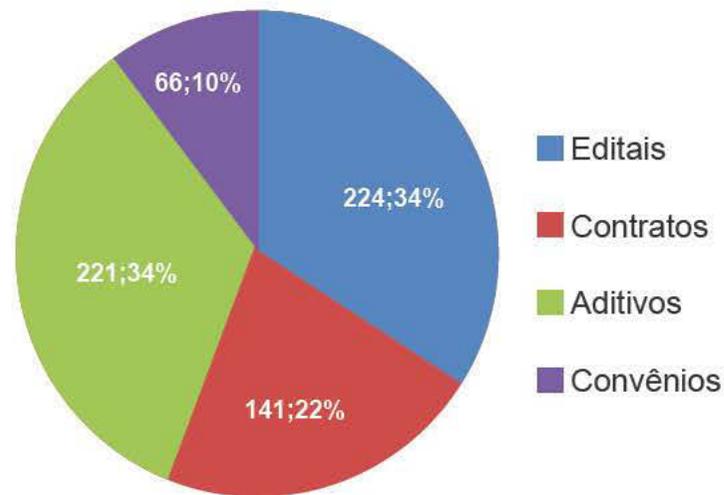
Seguem a tabela e o gráfico que demonstram o fluxo de processos referentes à Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (art. 24, inciso III e seguintes e art. 25 da Lei nº 8.666/93).

Assunto	2014	2015
Dispensa	2	4
Inexigibilidade	11	17
Total :	13	21

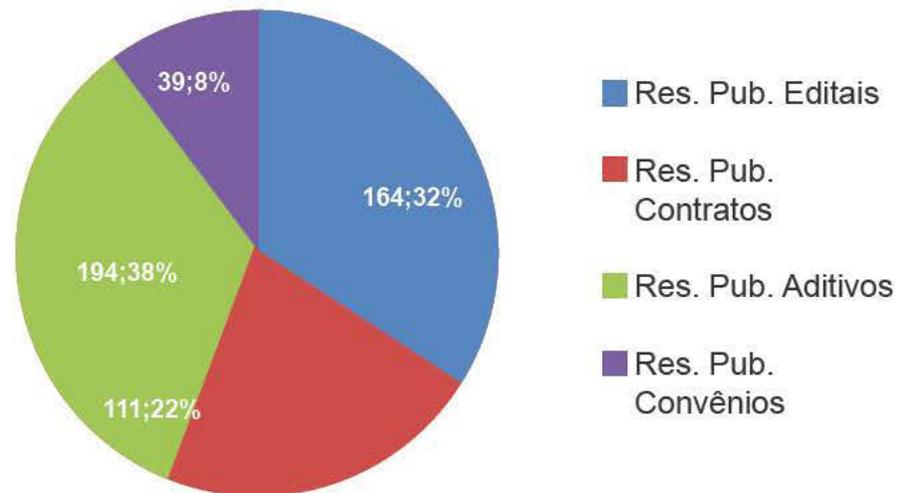


Elaboração de Minutas

Assunto	Quant. 2014	Quant. 2015
Editais (Pregões Eletrônicos, Tomada de Preços e Concorrências)	131	93
Contratos	84	57
Aditivos	143	78
Convênios	10	56

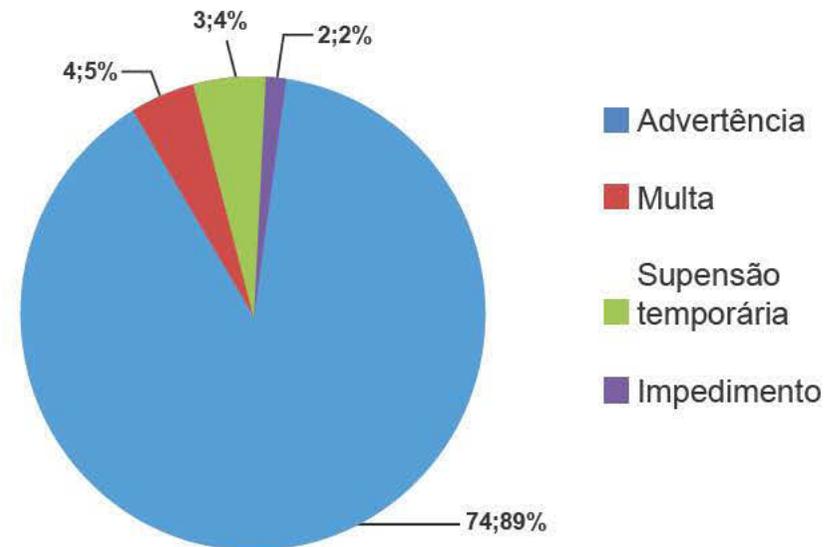
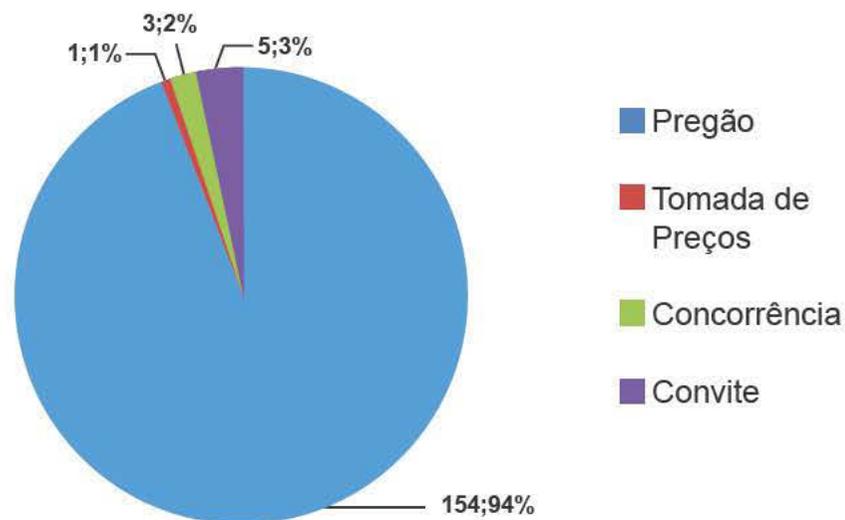


Assunto	Quant. 2014	Quant. 2015
Resumos publicados – Editais	92	72
Resumos publicados – Contratos	59	52
Resumos publicados – Aditivos	122	72
Resumos Publicados - Convênios	10	29



Licitações Realizadas

Modalidade		Quantidade 2014	Quantidade 2015	Norma de Procedimento
Pregão	Na forma Eletrônica	89	64	01.01
	Na forma Presencial	1	0	01.01
Tomada de Preços		1	2	01.01
Concorrência		1	1	01.01
Convite		0	5	01.01

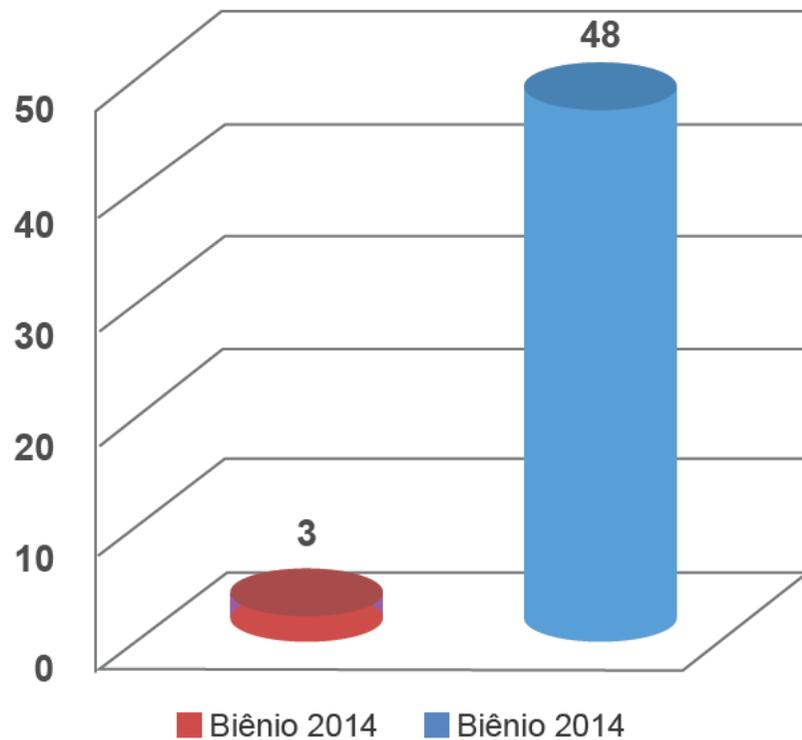


Outras Atividades

Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015
Instrução processual Adesão a Registro de Preços de outros órgãos	2	1
Instrução processual "carona" a outros órgãos - Registro de Preços	44	4

Penalidades Aplicadas

Tipo de penalidade	Quantidade de empresas penalizadas 2014	Quantidade de empresas penalizadas 2015
Advertência	02	0
Multa	40	34
Suspensão temporária	01	3
Impedimento	03	0



Ações Implementadas

- Atualização e prorrogação da contratação de empresa especializada na composição de preços referenciais de materiais, de forma semelhante ao já utilizado pelo Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, cujo objetivo da ação foi fazer frente à crescente demanda de contratações pelo Tribunal de Justiça, principalmente na modalidade Sistema de Registro de Preços - SRP. O contrato está no seu segundo ano e são pesquisados 495 itens de materiais a cada trimestre e o principal resultado dessa contratação é a redução do tempo necessário para a conclusão de uma cotação, otimizando a formação dos preços, com consequente diminuição do prazo total de contratação.

- Padronização das minutas de editais, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar mais eficiência e efetividade nas tarefas internas;
- Criação da rotina de elaboração de relatórios semanais, os quais serviram como forma de controle da produtividade, focando na tramitação dos processos e incentivo ao alcance das metas traçadas pela gestão;
- Revisão de diversas normas de procedimentos;
- Participação na elaboração da norma de locação/compra de imóveis.
- Instituição de grupo de trabalho especial, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura, objetivando a elaboração de novas normas e análise dos pedidos de alteração das Normas de Procedimentos do Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres;
- Participação de dois servidores da Seção de Contratação no Núcleo de Sustentabilidade.
- Participação de um servidor da Seção de Contratação em todas as equipes de Contratações de Tecnologia da Informação, conforme NP 09.
- Participação de um servidor da Seção de Compras na Comissão temporária de Inventário dos bens móveis do Poder Judiciário.

A Implementar

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, para o exercício de 2015, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos almeja a aquisição ou desenvolvimento de um Sistema de Gestão

Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com os seguintes objetivos (Expediente nº 2015.01.396.491):

- Permitir consulta à requisição de compra informando em que fase do processo licitatório ela se encontra;
- Permitir agrupar materiais, objetivando compras com melhores preços e a emissão de relatório consolidado por material ou serviço solicitado;
- Registrar os processos licitatórios, identificando: número do processo, objeto, requisições de compra a atender, a modalidade de licitação e datas do processo;
- Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de Licitação, registrando a Habilitação, Proposta Comercial e emitindo Mapa Comparativo de Preços;
- Gerar documentos necessários à preparação a cada modalidade de licitação (anexo ao edital, aviso de licitação e comprovante de entrega);
- Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor ou material;
- Emitir etiquetas para identificação de correspondência para fornecedores;
- Disponibilizar gráficos de compras por modalidades de licitações e materiais adquiridos e consumidos por período;

- Conter classificação/definição das melhores propostas;
- Permitir julgamento das propostas por menor preço, menor acréscimo ou maior decréscimo;
- Registrar e emitir atas de julgamentos registrando o preço dos fornecedores, entre outros.
- Acréscimo, por aditivo, do número de itens pesquisados para fins de preços referenciais, que hoje totalizam 495 itens, visando a atender a crescente demanda de produtos nas atas de registro de preços.

Comissões

ITEM	DESCRIÇÃO	NORMATIVO
1.1	PREGÃO	Ato Normativo: 171/2015 - publicado em 18/08/2015.
1.2	CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	Ato Normativo nº 178/2015.
1.3	Grupo de Trabalho Especial – Normas de procedimentos	Ordem de Serviço nº 05/2015 (Processo nº 2015.00.143.600).

Projeto – Planejamento Estratégico

Plano de contratação para o TJES com banco de preços, revisão de catálogos de bens e serviços e software:

- Comunicado nº 08/2015 – Baixa de bens patrimoniais inclusive de TI;
- Comunicado 09/2015 – Entrega de bens permanentes;
- Comunicado 10/2015 – Utilização das Tabelas de Preços Referenciais;
- Comunicado nº 13/2015 – Planejamento das Contratações.

Programa de Educação e Sensibilidade de utilização sustentável de recursos materiais.

- Licitações sustentáveis

Objetivo: promover a responsabilidade socioambiental das compras do PJES por meio da aquisição de produtos e serviços sustentáveis.

Inserir critérios de sustentabilidade nas contratações anuais diversas.

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial

Atribuições

A Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis e imóveis visando à efetiva organização e controle, através de processos de regularização, doações e inventários periódicos.

Compete à Seção de Material de Consumo operacionalizar os pro-

cedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (RDM Online); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.

À Seção de Patrimônio compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo “Termo de Responsabilidade” aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação e entrega de material permanente integrante de ata de registro de preço, bem como as entregas de materiais permanentes; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

Atividades Realizadas

Seção de Material de Consumo

Fornecimento de Materiais de Consumo

Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015
Atendimento de requisições de materiais de consumo (geradas no RDM Online) do Almoxarifado.	7.986	5773

A Seção atendeu 7.986 (sete mil, novecentos e oitenta e seis) requisições de materiais, no ano de 2014, e 5.773 (cinco mil, setecentos e setenta e três) até outubro/2015.

Seção de Patrimônio

Visita Técnica nas Unidades Administrativas

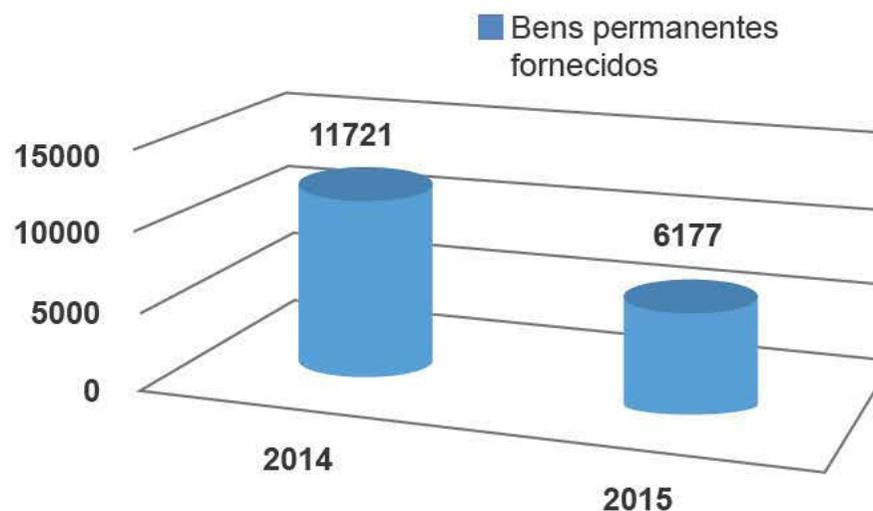
Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015
Atendimento de macrounidades após a visita técnica para levantamento de necessidades	Atendidas 80,67% das demandas das 63 Comarcas visitadas	Atendidas 86,34% das demandas das 63 Comarcas visitadas

No biênio 2014/2015 chegou-se ao total de 63 macrounidades visitadas (69 Fóruns, Tribunal e Corregedoria) do PJES, das 71 existentes, sendo necessários 18.549 bens padrões para sanar os problemas dos locais visitados, e já foram fornecidos 16.015 bens até outubro/2015, ou seja, o equivalente a 86,34% do total de demandas identificadas. Os Fóruns (e demais unidades judiciárias) não visitados também foram atendidos, pontualmente, da forma convencional, nos materiais de maior urgência.

Fornecimento de Materiais Permanentes

Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015
Bens Permanentes fornecidos	11.721	6.177

A Seção de Patrimônio, por meio da equipe de logística, forneceu 11.721 bens em 2014, e 6.177 bens até outubro/2015, para Unidades Judiciárias do PJES.

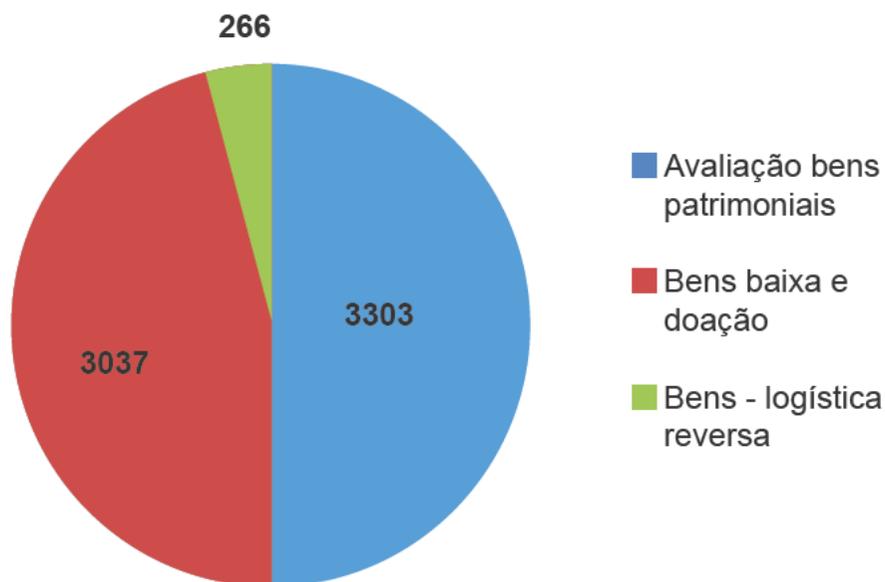


Avaliação de Bens de Móveis

Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015
Avaliação bens patrimoniais	3.303	12.860
Bens para baixa e doação	3.037	12.137
Bens para uso, recolhidos na logística reversa	266	723

A Comissão para Avaliação de Bens Móveis do PJES avaliou 3.303 bens em 2014, e 13.330 bens em 2015. O aumento do volume de bens

avaliados em 2015 se deu pela substituição dos equipamentos de TI, gerando grande quantidade de bens de TI inservíveis, que foram acondicionados no Fórum da Prainha, em Vila Velha, aguardando destinação, conforme processos autuados com base na Norma de Procedimentos TJES nº 04.01 – Avaliação e Baixa de Bens.



Ações

Ações Implementadas

- Controle especial do consumo de papel pelo PJES;
- Realização do inventário dos bens permanentes móveis: No ano de 2014, o Tribunal de Justiça iniciou novo processo objetivando a contratação de empresa especializada. No dia 26 de agosto de 2014 foi assinado contrato com a Eagle Consultoria e Avaliações

de Ativos Ltda, e expedida Ordem de Serviço em 04 de dezembro de 2014, prevendo o início dos levantamentos em 26 de janeiro de 2015, o que efetivamente ocorreu, porém, a referida empresa abandonou o projeto em junho de 2015, fazendo com que a Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura tomasse providências visando à conclusão dos trabalhos, quando foi apresentada proposta de execução com o uso de recursos humanos próprios, tanto do Tribunal, quanto dos Fóruns, e após aprovação da administração, a referida equipe foi treinada, e os trabalhos iniciados de imediato, divididos em duas etapas: Etapa 1 – levantamento dos bens permanentes móveis do PJES, concluída em 11 de novembro de 2015; e Etapa 2 – reavaliação e conciliação física x contábil dos bens, em execução, com previsão de conclusão para o dia 18 de dezembro de 2015;

- Realização do inventário dos bens imóveis: A Norma de Procedimentos para Controle Patrimonial nº 04.03: Escrituração, Registro e Cessão de Imóveis em Uso pelo PJES foi aprovada e divulgada em 05 de agosto de 2014, momento em que foram iniciadas as atividades de autuação dos processos de regularização dos bens imóveis, porém, considerando as diligências que dependem de ações dos setores/órgãos externos, tais como Secreng, Cartórios de RGI, Prefeituras e Seger, as pendências dos processos autuados para regularizar e reavaliar os imóveis em uso pelo PJES, provavelmente, só serão sanadas após alguns anos de tramitação processual.

Ações em Implementação

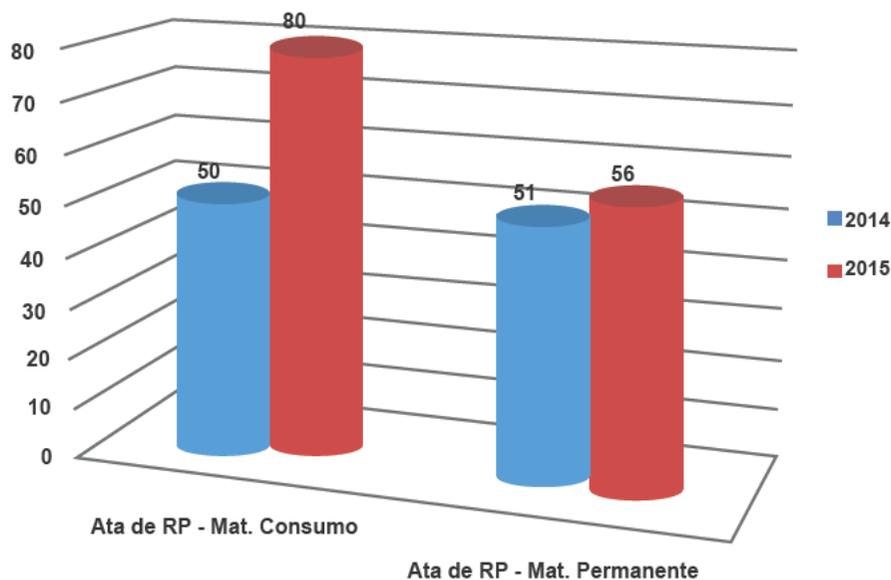
- Locação de novo galpão para ampliação imediata do espaço físico, objetivando o recolhimento de bens servíveis e inservíveis dos Fóruns, em logística reversa, bem como o recebimento de maior volume de materiais novos, para maior eficiência no atendimento das demandas acumuladas, e maior execução orçamentária da Se-

ção de Patrimônio e Seção de Material de Consumo. O processo que trata do assunto foi autuado sob nº 2014.00.169.814, o qual está em tramitação;

- Diversas melhorias na infraestrutura da Coordenadoria: Reforma dos banheiros, reparos no telhado, reforço na segurança, expansão da cobertura externa, instalação de controle de acesso eletrônico, reparo de rachaduras na estrutura, ampliação do galpão, convênio com os Correios;
- Aquisição de novos caminhões através da Seção de Transportes, com recursos transferidos do orçamento da Seção de Patrimônio, para mais eficiência da logística de entrega e recolhimento (logística reversa) de materiais em geral, processo nº 2014.01.016.746;
- Desenvolvimento da aplicação web “Patrimônio Online” (processos nºs 2012.00.057.616 e 2012.00.314.792) para recebimento de pedidos de bens permanentes, execução do inventário (processo nº 2014.01.252.534), através da intranet deste Poder Judiciário; e identificação de novo Sistema de Administração de Materiais para Almojarifado e Patrimônio (processo nº 2015.00.051.884), objetivando a gestão administrativa dos bens de consumo e permanentes, haja vista a rescisão do contrato com a atual fornecedora do Sistema de Administração de Materiais, SMARapd, a qual permitiu que o TJES utilize o referido sistema até o fim do exercício de 2016;
- Estudo da viabilidade de implantação de logística integrada neste PJES, contemplando diversos setores da administração (Almojarifado, Patrimônio, Engenharia, Informática, Memorial, Gráfica, Serviço Médico, Segurança etc.), visando à análise de custo x benefício da terceirização através do processo TJ/ES 2015.00.108.972.

Gestão de Contratos (CSCP)

Descrição	Quantidade 2014	Quantidade 2015 (Até out/2015)
Ata de Registro de Preços material de consumo.	50	80
Ata de Registro de Preços material permanente.	51	56
Total	101	136



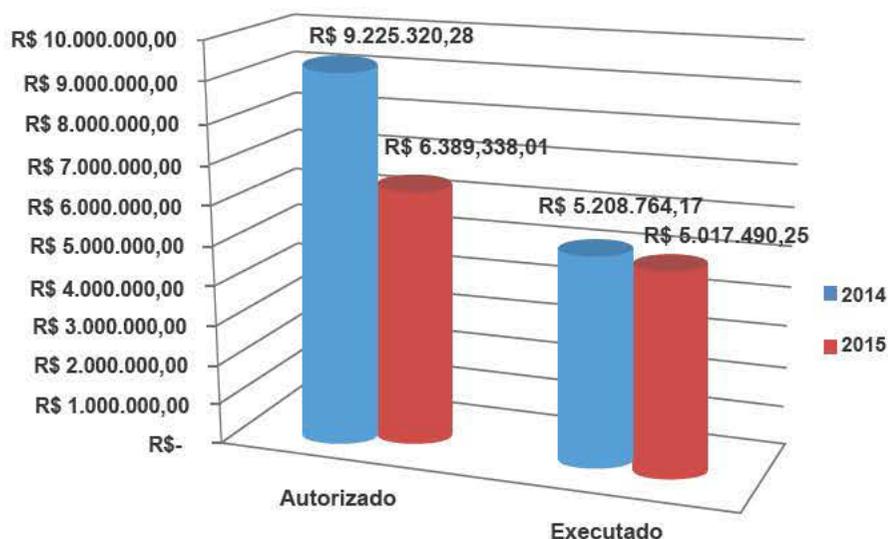
Execução Orçamentária

A execução orçamentária dos contratos de fornecimento de materiais de consumo (atas de registro de preços) empenhou maior valor no orçamento 2015, tendo em vista a alta do dólar, que inflacionou os valores de diversos materiais, principalmente suprimentos de impressão, importados, que dobraram ou até triplicaram de preço.

A execução orçamentária dos materiais permanentes foi mais forte em 2014, pois em 2015 tivemos vários contratos não renovados, interrompendo o fluxo de empenhos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2014	2015
Autorizado	R\$ 9.225.320,28	R\$ 6.389.338,01
Executado	R\$ 5.208.764,17	R\$ 5.017.490,25
Execução (%)	56,5%	79%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014	Autorizado	Executado
Almoxarifado – consumo	R\$ 3.724.058,20	R\$ 2.830.270,60
Patrimônio – permanente	R\$ 5.501.262,08	R\$ 2.378.493,57
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015	Autorizado	Executado
Almoxarifado – consumo	R\$ 3.945.464,40	R\$ 3.556.342,58
Patrimônio – permanente	R\$ 2.443.873,61	R\$ 1.461.147,67



Os valores foram extraídos no SIGEFES, dos principais subelementos dos setores.

Coordenadoria de Serviços Gerais

Atribuições

A Coordenadoria de Serviços Gerais possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, paisagismo e água mineral, visando a proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente mais confortável, fazendo assim com que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz.

Compete à Seção de Transporte o controle e a supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.

A Seção de Zeladoria, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras.

Frota de Veículos

FROTA DE VEÍCULOS	Quantidade em 2014	Quantidade em 2015
Veículos próprios	72	76
Veículos empresa terceirizada	107	109

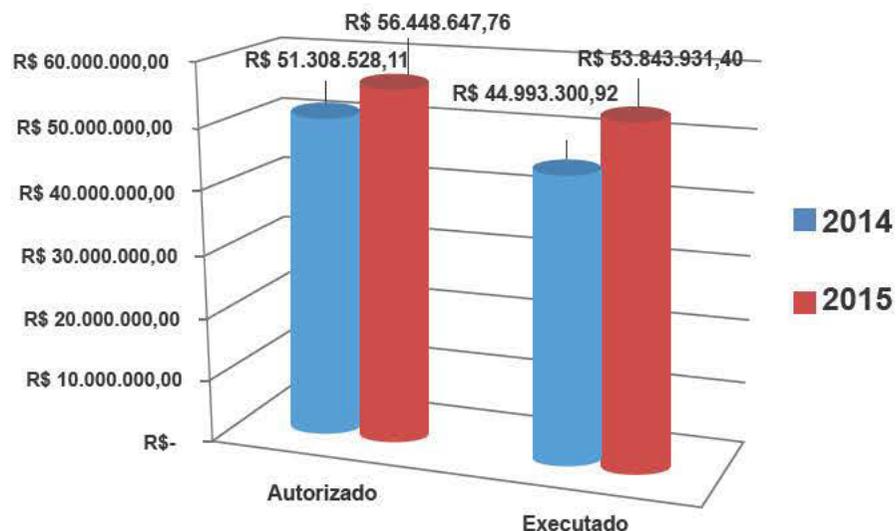
A Seção de Transportes contou em 2014 com 72 veículos próprios e 107 veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

Mão de Obra Terceirizados

BIÊNIO 2014/2015 Mão de Obra	Quantidade
Motoristas, Ajudantes e Supervisor	149
Limpeza do TJES	91
Limpeza das Comarcas	390
Motoboys	7
Telefonistas	41
Operadores de Máquina Copiadora	26

Execução Orçamentária

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2014	2015
Autorizado	R\$ 51.308.528,11	R\$ 56.448.647,76
Executado	R\$ 44.993.300,92	R\$ 53.843.931,40
Execução(%)	87,7%	95,4%



Ações Implementadas

- Realização de licitação para aquisição de 15 veículos institucionais que substituirão alguns veículos já com algum tempo de uso, do ano de 2007 e 2008, que já necessitavam de constantes manutenções, com entrega prevista para abril de 2015.
- Aquisição de 65 copiadoras que substituíram máquinas que eram alugadas.

Comissões

ITEM	DESCRIÇÃO	NORMATIVO
1.1	Comissão Processante de Sindicância – Secretaria de Infraestrutura.	Portaria nº 14/2015

SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária (SFEO) é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, composta de duas coordenações subordinadas: Coordenadoria de Contabilidade e Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira.

A Coordenadoria de Contabilidade é formada pela Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial e pela Seção de Tomada e Prestação de Contas.

A Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira é formada pela Seção de Empenho e Escrituração da Despesa, pela Seção de Tesouraria e pela Seção de Controle de Contratos e Convênios.

A seguir estão apresentadas as realizações desta Secretaria ao longo do exercício de 2014/2015, levando-se em consideração as diretrizes do Planejamento Estratégico e o alinhamento necessário com toda a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Principais Projetos e Trabalhos Executados

No âmbito da Secretaria de Finanças foram identificados alguns projetos e trabalhos executados e iniciativas de melhoria dos serviços no âmbito desta unidade, visando à melhoria no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

Um dos principais projetos foi a utilização do SIGEFES – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Espírito

Santo (SIGEFES) - visando promover a adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a agilidade na consolidação das contas do Poder Judiciário com as do Poder Executivo.

Destaca-se que a atuação desta unidade financeira mantém o foco na celeridade, padronização, eficiência, eficácia, efetividade, sempre em busca da excelência dos trabalhos desenvolvidos.

Projetos Finalizados

ITEM	PROJETO	FINALIZADO EM
01	Preparação e apresentação de Workshop para os gestores de contratos.	MAI/2014
02	Criação de formulários para prestação de garantia para seguro garantia, caução em dinheiro e fiança bancária, já com previsão de encaminhamento para registro na Coordenadoria de Contabilidade.	JAN/2014
03	Elaboração da Norma de Liquidação e Pagamento 07.03 e seus 06 check-lists.	MAI/2014
04	Alteração da Norma de Procedimentos 07.02 – Liberação de Valores Provisionados (Resolução CNJ nºs 169/2013 e 98/2009).	MAI/2014
05	Proposta de Norma de Procedimentos e de checklist de cartão magnético. Processo nº 2013.00.560.219.	NOV/2014
06	Proposta de Ato Normativo – suprimento de fundos. Processo nº 2014.01.452.176.	NOV/2014
07	Proposta de Ato normativo de cartão magnético. Processo nº 2014.01.452.198.	NOV/2014
08	Criação de Nota Técnica (passo-a-passo) para inclusão de dados dos contratos no sistema SIGEFES.	JUL/2014
09	Criação e implementação de nova metodologia de recolhimento de valores retidos das empresas e devidos ao Poder Judiciário.	DEZ/2014
10	Elaboração e implantação de metodologia diária de conferência do processamento dos pagamentos.	MAR/2014
11	Criação e implantação de rotina de baixa das diárias (com prestações de contas) no SIGEFES.	JUL/2014
12	Emissão de nota de reserva única para cada dotação orçamentária usualmente utilizada para suprimento de fundos.	JAN/2015

13	Emissão de reserva orçamentária única às diárias e outra para a folha de pagamentos.	JAN/2015
14	Transformação do procedimento de prestação de contas de diárias em procedimento virtual (envio de documentos por e-mail).	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM JAN/2015
15	Alteração do procedimento de recolhimento de multa, que deixará de ser feito através de Guia do Recolhimento do Poder Judiciário e passará a ser feito através do SIGEFES.	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM JAN/2015
16	Aperfeiçoamento do controle físico e virtual dos contratos e convênios.	JANEIRO/2014
17	Melhoria sistemática do controle dos instrumentos afetos a contratos e convênios, termos aditivos e apostilamento.	JANEIRO/2014
18	Padronização dos relatórios mensais de folha de pagamentos com o alinhamento entre Secretaria de Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Tecnologia da Informação.	AGOSTO/2015
19	Registro diário dos dados contábeis dos contratos no sistema.	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM JAN/2015
20	Sugestão de supressão do Formulário VIII – declaração de adequação ao planejamento, orçamento e financeiro.	AGOSTO/2015
21	Realização de Workshop para gestores sobre utilização do SIGEFES para consulta do saldo do empenho.	MAIO/2014
22	Mudança do procedimento de transferência das provisões trabalhistas para conta caucionada (supressão de envio do ofício ao banco).	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM JAN/2015
23	Implantação de procedimento de prestação de contas de diárias via e-mail.	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM ABRIL/2015
24	Beenchmarking junto ao TRE-ES, TJ-TO e Defensoria Pública – ES relativo à Sistema informatizado de diárias.	MAIO/2015
25	Implantação do controle “Registro de Ocorrências” nas prestações de contas de suprimento de fundos.	Concluída
26	Solicitação de alteração de norma de procedimentos relacionados à sanção (01.08).	OUT/2015
27	Elaboração de Nota Técnica relacionada à consulta do número da reserva orçamentária.	SET/2015
28	Elaboração de Nota Técnica relacionada à consulta de saldo orçamentário a nível de subelemento no SIGEFES.	AGO/2015

29	Elaboração de nota técnica referente à nota técnica de liquidação.	JUL/2015
30	Elaboração de nota técnica de retenção de multa e liberação da mesma.	OUT/2015
31	Criação de planilha em excel para cálculo de diárias.	MAIO/2015
32	Organização dos arquivos físicos e virtuais, com a criação de metodologia de classificação de documentos e criação de rotina para inserção de novos documentos em arquivos virtuais.	PROCESSO CONTÍNUO INICIADO EM JAN/2014
33	Elaboração, em conjunto com as Secretarias	OUTUBRO/2015

Projetos em Andamento

ITEM	PROJETO EM ANDAMENTO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
01	Elaboração do Manual de Gestão de Convênios.	NOV/2015
02	Elaboração de Nota Técnica sobre pagamento de diárias e suprimento de fundos.	DEZ/2015
03	Adequação dos pedidos das comarcas às reais necessidades de suprimento de fundos.	Pendente
04	Adequação para que o procedimento de concessão e prestação de contas de diárias seja realizado em sistema informatizado.	Sem data de previsão. Foi realizado o benchmarking e a STI será instada para manifestação.
05	Criação e melhoria dos relatórios emitidos pelo sistema SIGEFES.	PROCESSO CONTÍNUO. Iniciado em JAN/2015.
06	Tabela das incidências do IR, INSS e ISS relativos aos contratos firmados no TJ.	FEV/2016
07	Melhorias nos procedimentos atinentes à folha de pagamento.	Depende da STI que foi instada via protocolo nº 201501461821.
08	Elaboração de procedimentos de registro e baixa da despesa antecipada.	Pendente
09	Elaboração de Manual de Rotinas para análise das prestações de contas de Suprimento de Fundos e de Cartão Alimentação.	DEZ/2015
10	Oficinas para orientação aos supridos sobre prestação de contas de Suprimento de Fundos.	SET/2015



Poder Judiciário
**Tribunal de Justiça do
Estado do Espírito Santo**

www.tjes.jus.br